



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA –
UFC/UNILAB**

ANA PAULA FONSECA BRAGA

**MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA
DE NARRATIVAS SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR
EM REDENÇÃO-CE**

REDENÇÃO

2021

ANA PAULA FONSECA BRAGA

MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA
DE NARRATIVAS SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR
EM REDENÇÃO-CE

Texto apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Mestra em Antropologia
Programa Associado de Pós-Graduação
UFC/UNILAB – Mestrado em Antropologia.
Área de Concentração: Diferença, Poder e
Epistemologias.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Tavares
Natividade.

REDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte

Braga, Ana Paula Fonseca.

B729m

Mulheres negras e resistência: uma análise antropológica de narrativas sobre o acesso à educação superior em Redenção-CE / Ana Paula Fonseca Braga. - Redenção. 2021.

169 f.: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia, Mestrado Em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Marcelo Tavares Natividade.

1. Mulheres negras. 2. Gênero. 3. Raça. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 301.451

ANA PAULA FONSECA BRAGA

MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA
DE NARRATIVAS SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR
EM REDENÇÃO-CE

Texto apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Antropologia do Programa Associado de Pós-Graduação UFC/UNILAB - Mestrado em Antropologia. Área de Concentração: Diferença, Poder e Epistemologia.

Aprovada em: 28/05/2021

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Marcelo Tavares Natividade (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)

Professora Dra. Érica Renata de Souza
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

À vida,

Às mulheres negras.

AGRADECIMENTOS

À minha tia Bia, mulher negra que faz parte das minhas memórias por sua sabedoria, esforço e amor.

À minha filha, que me lembra constantemente o significado da maternidade.

Ao meu orientador Marcelo Natividade, seu encorajamento constante, sua sensibilidade, dedicação e apoio me fizeram chegar até aqui.

Às mulheres negras interlocutoras desta pesquisa, obrigada por partilhar comigo suas memórias, histórias, sonhos e forças.

Aos meus colegas de mestrado, obrigada pela partilha de conhecimentos e vivências, foi muito especial caminhar com vocês.

Ao colega de mestrado Bruno, por sua escuta, orientações e encorajamento, sem seu apoio o sonho do mestrado não teria sido possível.

À professora Vera Rodrigues, por seu conhecimento compartilhado, sua sabedoria e fortaleza de mulher negra são encorajadoras.

A professora Clébia Rodrigues, por escutar minhas angústias.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, gratidão pela contribuição com minha trajetória acadêmica.

“Quilombo é um guerreiro. E também é recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição.” (Beatriz Nascimento).

“Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem os outros.” (Chimamanda Ngozi Adichie).

“I can’t breathe.” (George Floyd).

RESUMO

Esta pesquisa analisa trajetórias femininas de jovens mulheres negras que tiveram acesso ao ensino superior, de modo a discutir suas percepções sobre as intersecções entre relações de gênero e raça. O estudo tem como universo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sendo realizado com jovens negras, estudantes em Redenção e ativistas, matriculadas em cursos de graduação da UNILAB. A proposta almeja produzir conhecimento antropológico sobre a construção social dos femininos locais e suas lutas pelo direito de aparecer e existir, oportunizando lugares de fala e a construção de relações de gênero mais igualitárias. A hipótese sustentada é que a política de acesso à educação superior é um marcador nessas trajetórias, oportunizando reflexões pessoais sobre formas de exclusão, opressão, preconceito e discriminações vividas. A pesquisa envolve observação-participante e coleta de entrevistas semiestruturadas que exploram as dimensões da história familiar, relações de gênero, religião, relações raciais, ativismo, acesso à educação, etc. Dessa forma, fazer etnografia neste contexto significa provocar um desenraizamento, onde se pretende desvendar através do diálogo, lugares de fala.

Palavras-chave: diferença; poder; gênero; raça; políticas públicas.

ABSTRACT

This research analyses female trajectories of young black women who had access to higher education, to discuss their perceptions about the intersections between gender and race relations. The study was carried out at Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), conducted with young black women, students in Redenção and activists, enrolled in undergraduate courses at UNILAB. The proposal aims to produce anthropological knowledge about the social construction of the places female and their struggles for the right to appear and exist, providing opportunities for places of speech and the construction of more egalitarian gender relations. The supported hypothesis is that the policy of access to higher education is a marker in these trajectories, providing opportunities for personal reflections on forms of exclusion, oppression, prejudice and discrimination experienced. The research involves participant observation and the collection of semi-structured interviews that explore the dimensions of family history, gender relations, religion, race relations, activism, access to education, etc. In this way, doing ethnography in this context means to provoke an uprooting, where we intend to unveil through dialogue, places of speech.

Keywords: difference; power; gender; race; public policy.

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPCE	Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará RMA: Religiões de Matrizes Africanas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRM	Centro de Referência da Mulher ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio SISU: Sistema de Seleção Unificada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Redenção	55
Figura 2 – Imagem Santa Rita de Cássia	59
Figura 3 – Alto de Santa Rita com a Capela da Santa	63
Figura 4 – Imagem Negra Nua	66
Figura 5 – Imagem Campos da Liberdade	75
Figura 6 – Imagem Campos dos Palmares	76
Figura 7 – Imagem Campos das Auroras	76
Figura 8 – Imagem Campos do Malês	76
Figura 9 – Imagem da Arte do III Encontro das Pretas na UNILAB	80
Figura 10 – Imagem da Arte Cartilha de Enfrentamento à Violência	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Religiões presentes em Redenção	62
Quadro 2 – Inventário Acadêmico de Pesquisas Relacionadas a Mulheres na UNILAB-CE.....	83
Quadro 3 – Dados das Interlocutoras	104

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	24
1.1	A pesquisa “por dentro”: Uma antropologia insider	24
1.2	Motivações teórico-metodológicas	29
1.3	A organização da pesquisa: Contexto, instrumentos e análise dos dados	36
1.4	Primícias e desafios do campo	40
1.4.1	<i>O campo preliminar</i>	40
1.4.2	<i>Etnografia em tempos de isolamento</i>	47
2	A CIDADE E AS IMAGENS DOS FEMININOS	53
2.1	A cidade e seus mitos e tradições culturais: da libertação a “negra nua”	55
2.2	A Alegoria da Cidade Abolicionista	71
2.3	As pretas chegam a UNILAB	78
3	MULHERES EM DESLOCAMENTO	86
3.1	Agenda de mulheres: Memórias, vozes e direitos humanos	86
3.2	Políticas públicas de mulheres em Redenção	93
3.3	Feminismo negro	99
4	MULHERES E SUAS NARRATIVAS	103
4.1	Perfil das mulheres entrevistadas	103
4.2	Ubuntu: “Sou o que sou pelo que somos.”	108
4.3	Me gritaram negra! Mas não retrocedi, cheguei à Universidade	114
4.4	O caminho das ialodês: Sobre lutas e Resistências!	121
4.5	Fantasia de um imaginário de metáforas libertadoras	128
4.6	Aquilombar-se: Memórias que inspiram	131
5	CONCLUSÃO	135
	REFERÊNCIAS	138
	FONTES ETNOGRÁFICAS	143
	ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa etnográfica parte do meu interesse em ouvir mulheres negras que têm acesso às políticas de educação superior efetivadas no município de Redenção – CE, a partir da implantação da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O foco do estudo são as intersecções entre gênero e raça, tendo como mote da reflexão o acesso ao ensino superior. O universo estudado é a UNILAB e as interlocutoras são mulheres negras jovens e adultas, ativistas e estudantes em Redenção, pertencentes às camadas de baixa renda que conseguiram adentrar no ensino superior. Focalizo, a partir de uma abordagem de escuta antropológica, o relato de mulheres dos cursos de graduação, sobre suas experiências e lutas cotidianas, envolvendo os nexos entre gênero, raça e educação.

É objeto de investigação trajetórias femininas de mulheres negras que tiveram acesso ao ensino superior, convergindo para identificar, com isso, a percepção das relações de gênero e raça presentes nas relações locais. Esse trabalho tem como pergunta impulsionadora: “Como o acesso à educação superior através da UNILAB impactou a vida de jovens mulheres negras, sendo capaz de despertar o seu olhar para o Estado a partir dos corpos femininos?”. Assim, busco investigar o lugar da Universidade na sua percepção das relações de gênero, de modo a identificar, em suas narrativas, conjunturas que envolvam opressão e marginalização, bem como tensionamento e reposicionamento, em suas lutas e vidas cotidianas.

Foi o entusiasmo pelas lutas feministas e antirracista que me trouxe até aqui: “o fato é que, enquanto mulheres negras sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.” (GONZALEZ, 1984, p. 223). Na minha visão, é necessário que nós mulheres negras ocupemos este espaço que nos foi negado ao longo dos tempos, e que, através das nossas pesquisas acadêmicas, possamos criar a possibilidade para que isso aconteça na nossa sociedade.

A pergunta instigadora se desdobra em objetivos específicos aqui detalhados: Obter informações sobre como jovens mulheres negras numa região marcada por uma história de escravização, racismo e sexismo conseguem perceber e acessar a política pública de ensino superior a partir da instalação da UNILAB?; observar até que ponto o acesso à educação é um marcador de suas lutas por igualdade de gênero e raça, levando-as ao questionamento de seus

lugares desiguais; entender como as interlocutoras interagem com as narrativas e os mitos locais em reflexões sobre igualdade de gênero e étnico-racial.

Vivemos numa sociedade racista, não podemos continuar morrendo em silêncio, ao longo da história o Estado vem sujeitando a população negra a uma situação de exclusão e desigualdade social. Ao chegar à universidade, essas mulheres quebram com um padrão de negligência e negação de tantos direitos impostos pelo capitalismo e racismo presentes através do poder do Estado. Conseguirão elas conquistar mais espaços de direitos na sociedade brasileira? Compreendo que, no Brasil de hoje, estamos vivendo tempos de retrocesso em relação à aplicação de políticas para mulheres, porém, percebo que a presença da universidade é um espaço que fomenta o ato de pensar e discutir sobre como devemos ter o direito e acesso à saúde, emprego e renda, educação, enquanto advogamos pelo combate à violência contra mulher, igualdade racial, discussões sobre o aborto e tantas outras questões do universo feminino. Vejamos:

Essa é a lição a ser tirada da eleição para presidente do Brasil, em outubro de 2018, de um homem branco apoiado por grandes proprietários de terra, pelo mundo dos negócios e por Igrejas evangélicas; um homem que declarou abertamente sua misoginia, sua homofobia, sua negrofobia, seu desprezo pelos povos indígenas, sua vontade de vender o Brasil ao melhor pagador, de violar as leis sociais voltadas às classes mais pobres e as leis de proteção à natureza, de voltar atrás nos acordos assinados com povos indígenas, e tudo isso alguns meses após o assassinato da vereadora queer e negra Marielle Franco. (VERGÉS, 2020, p. 38).

É necessário que esses temas sejam percebidos a partir do diálogo com as interlocutoras e alcançados através de suas narrativas, possibilitando o debate numa perspectiva decolonial através das relações interseccionais de gênero e raça a partir de um olhar antropológico, criando, desta forma, uma perspectiva interpretativa que analisa e reflete relacionando mulher, feminismos, raça e política pública. A história indica que, a partir do feminismo negro, é possível que “notemos que mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma conivência subjetiva com a dominação masculina.” (AKOTIRENE, 2019, p. 20).

Desejo indagar até que ponto o acesso e a permanência na universidade marcam a trajetória destas mulheres, fazendo com que discutam sobre racismo, preconceito, violência simbólica e oportunidades sociais. Quero me deixar ser afetada e, a partir do diálogo com minhas interlocutoras, construir conhecimentos, sabendo que “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assume o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o

projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada.” (FAVRET-SAADA, 1990, p. 6).

Este trabalho de pesquisa também foi desenvolvido a partir do desejo de estudar gênero e procurar compreender como as tramas sociais estão presentes nas narrativas destas interlocutoras, provocando nas mesmas novos posicionamentos a partir do acesso à universidade. Todas as etapas da pesquisa, desde o levantamento bibliográfico, fundamentação teórica, trabalho de campo até a análise e interpretação dos resultados, tiveram como marcadores gênero e raça relacionados à política pública de educação. Ao longo deste processo fui instigada a questionar até que ponto a vida de mulheres racializadas tem valor na sociedade atual? Qual o lugar reservado as mulheres negras no nosso país? Como o Estado, mesmo no período pós-colonial, continua a repercutir práticas coloniais através da ausência de políticas públicas? Desta forma, o que poderia ter ficado no passado, “permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão.” (CARNEIRO, 2011, p. 1).

Entre as várias questões que me motivam à realização desta pesquisa, sinto-me desafiada a pensar ao longo da minha trajetória o quanto a ausência de políticas públicas que promovam o respeito racial e combatam a desigualdade social no nosso país têm deixado marcas. Comecei a compreender isso mais claramente durante o período em que pesquisei questões relacionadas ao currículo e a Lei 10.639/03 – foi nessa época que me reconheci como mulher negra e me dei conta de tantas situações de discriminação racial vivenciadas no ambiente escolar, ao estudar e compreender o quanto a figura do indivíduo negro sempre foi estigmatizada a partir dos livros didáticos e de uma sequência de relações de racismo e preconceito presentes nas escolas pesquisadas. Consideremos que, a partir do ponto de vista conceitual, “o que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Foi possível encontrar a mim mesma e ver o quanto passei por situações de racismo e preconceito a partir dos depoimentos das adolescentes, principalmente por conta do meu cabelo crespo, o que doeu muito, porém foi o início de uma visão crítica sobre como a branquitude quer impor a nós negros papéis determinados, e cheguei à conclusão de que

muito ainda havia a ser feito. Como nós, mulheres negras que acessam a educação superior, nos posicionamos na luta pelo respeito de gênero e raça? Essa é uma das minhas motivações enquanto antropóloga e feminista negra: “perspectivas feministas têm sido centrais para os estudos pós-coloniais desde seu momento inicial, compartilhando muitas das preocupações gerais do pós-colonialismo, mas também revisando, questionando e complementando-as.” (BAHRI, 2013, p. 600).

Entretanto, em meio a essa construção, destaco a chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasil (UNILAB) a partir de um contexto geopolítico entre Brasil e África, instalada oficialmente em 2010 na cidade de Redenção, na qual eu nasci, e conhecida historicamente por ser a primeira cidade do Brasil a “libertar os escravizados”. Após a instalação, muitas pessoas que, por inúmeras questões, não tinham acesso ao ensino superior, entre elas o fato de residirem no interior do Nordeste Brasileiro, vislumbram a possibilidade de ingressar na universidade, e entre elas se destacam mulheres negras. Foi neste processo que também tive a oportunidade de entrar na UNILAB através do curso de Antropologia, e, posteriormente, no Mestrado de Antropologia, aprofundando minhas reflexões e escolhendo como universo da pesquisa a UNILAB por entender que “é importante que as questões de raça e de localização sejam consideradas ao lado da questão do gênero.” (BAHRI, 2013, p. 667). Assim, a universidade é o espaço onde eu poderia trabalhar com os marcadores de gênero e raça .

Durante essa caminhada, e num processo de autorreflexão, defini como tema desta pesquisa: *Mulheres Negras e Resistência: Uma Análise Antropológica de Narrativas sobre o Acesso à Educação Superior em Redenção, CE*. Pouco ouvi ou fiz leitura a respeito da luta das mulheres no processo Abolicionista no Brasil e particularmente em Redenção, e, desta forma, ao ultrapassar as barreiras que envolvem o acesso ao ensino superior, essas mulheres ousam ocupar espaços destinados antes a branquitude, elas têm oportunidades de pensar sobre o papel da mulher negra na nossa sociedade e debater questões latentes como a presença da mulher negra nas lutas desde a Abolição aos nossos dias atuais, partindo do local para o global a partir da presença de um equipamento de educação internacional como a UNILAB.

É importante referendar que as interlocutoras são mulheres do contexto sul-sul que buscam estabelecer-se e resistir. Nessa perspectiva, “a globalização oferece oportunidades sem precedentes para o ativismo feminista transnacional, mas aproveitar essas oportunidades

dependerá da capacidade de leitura das feministas sobre a semelhança e a diferença em uma escala global.” (BAHRI, 2013, p. 683).

Neste contexto, a Antropologia me mudou enquanto pessoa pois passei a estranhar e ver com um outro olhar a cidade de Redenção, sua história e as relações de gênero presentes nela através dos seus atores sociais, ou melhor, através da escuta das narrativas de minhas interlocutoras foi possível aprofundar o objeto de estudo da pesquisa. Segundo Oliveira (2000, p. 21), o olhar e o ouvir tem um importante papel no trabalho do antropólogo:

Evidentemente tanto ouvir como olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas completam-se e servem para o pesquisador como duas muletas - que não nos percamos com essa metáfora tão negativa - que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. É nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas pré-condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes, isto é que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado.

Este trabalho é pautado nas discussões de gênero, tema esse que surge na Antropologia através do clássico trabalho etnográfico de Margaret Mead intitulado “Sexo e Temperamento”. Ao pontuar que os comportamentos masculino e feminino estão relacionados não a questões biológicas, mas a aspectos culturais, a antropóloga estabelece as bases para as considerações a respeito de gênero feitas nos estudos atuais. Desta forma, mesmo sendo alvo de muitas críticas, consideremos a importância dos estudos de Mead na Antropologia relacionados a gênero e sexualidade e seus impactos e influências nas lutas feministas. Mead é clara quando destaca, através de sua etnografia: não há nada de natural nas supostas agressividade “masculina” e docilidade “feminina”. Em muitas sociedades e em especial naquelas que estudou, os padrões comportamentais seguem outros modelos culturais, evidenciando que eles são uma construção de contextos específicos, envolvendo história, cultura, cenários sociais. Vejamos suas palavras a esse respeito:

Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, sejam qualitativas ou quantitativas. Não se trata de saber se a mulher é mais instável que o homem, como se pretendeu antes que a doutrina da evolução exaltasse a variabilidade, ou menos instável, como se afirmou depois. Não é um tratado sobre os direitos da mulher, nem uma pesquisa das bases do feminismo. É, muito simplesmente um relato de como três sociedades primitivas agrupam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças dos sexos [...]. Cada uma dessas tribos dispunha como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que

elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo. (MEAD, 2000, p. 22).

O interesse em estudar mulheres negras, ativistas e seu acesso ao ensino superior, visa contribuir com a sociedade através da construção de um trabalho etnográfico que traga em suas falas as dores, alegrias e superações das interlocutoras. Expressa um lugar de enunciação destas mulheres e seus pensamentos, principalmente em relação à ideia de gênero nas tramas sociais e como esse imaginário atravessa as relações de poder da nossa sociedade produzindo uma profunda desigualdade social. É fundamental que mulheres negras também reflitam através de debates e pesquisas questões relacionadas a gênero na academia.

Na diáspora africana, “irmã” pode ser considerada aquela intelectual cuja experiência atlântica fez viagens teóricas pelo feminismo decolonial proposto por Maria Lugones, precursora do enfoque moderno colonial de gênero. Irmã também pode ser a mulherista, a mais nova do barco das ialodês a publicar pontos de vistas de mulheres subalternizadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 45).

Sobre o papel de estudos relacionados a gênero na antropologia, Corrêa (2010, p. 126) destaca:

De fato, creio que foi o feminismo que mudou a antropologia – e as ciências em geral. Há um belo artigo de uma cientista muito respeitada, Evelyn Fox Keller (cadernos pagu, 27, 2006) que mostra como, depois da emergência dos movimentos feministas contemporâneos, mudaram as perguntas nas ciências biológicas – que é o que realmente transforma a ciência. A noção de gênero foi uma consequência disso, da busca de um conceito mais amplo para tratar das desigualdades entre homens e mulheres, percebidas em várias sociedades, a partir dos movimentos sociais de mulheres no século passado. Na antropologia não foi diferente: a partir dessa percepção das desigualdades, de que a existência dessas desigualdades não é ‘natural,’ é que teve início uma lenta caminhada, recém iniciada, e que a agenda de questões feministas foi sendo incorporada às pesquisas.

A pesquisa também indaga como, a partir da educação, essas mulheres negras olham para o Estado, detentor do poder de execução de políticas públicas. Seria a educação para essas mulheres sinal de resistência ao poder de exclusão do Estado? Para Adorno (2008), mesmo após a constituição de 1988 e seus avanços no campo dos direitos humanos, o poder ainda continua monopolizado por grupos restritos das elites brasileiras, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Desta forma, ao olhar para o Estado brasileiro, estamos debatendo privilégios de uma elite branca, falta de acesso das pessoas negras a educação, saúde e justiça. O que dizer das mortes de pessoas negras e de situações como “misoginia e homofobia ainda representam poderosas fontes de preconceito que resultam; não raro, em mortes, mutilações e agressões de toda ordem”? (ADORNO, 2008, p. 215).

A estrutura do Estado brasileiro diariamente submete à morte e à exclusão aqueles que não têm acesso às políticas públicas. No momento em que escrevo esta introdução, estamos vivendo no Brasil a segunda onda da pandemia de COVID-19, muitas pessoas são atingidas, e, entre elas, merece destaque a situação das mulheres negras, trabalhadoras, mães, que no momento não têm de onde tirar o seu sustento e dependem da renda do auxílio emergencial de aproximadamente R\$250,00 reais, ou do Programa Bolsa Família, que disponibiliza auxílio para a manutenção de famílias em situação de vulnerabilidade. Um exemplo disso é a situação da cuidadora Vanusa, desempregada, moradora da periferia, com uma família de quatro pessoas que se sustentam com R\$ 500,00 do Bolsa Família. Sobre a fome, Vanusa fala : “Eu apertava a barriga pra amenizar a dor, parece que você tá morrendo. Passei dia e noite bebendo água porque não tinha o que comer. Nunca pensei que passaria por isso, já desejei minha própria morte.” (Diário do Nordeste, 6 de abril de 2021). A “dor da fome” afeta a muitas dessas mulheres e seus filhos. Assim, sinto que pesquisar as questões de gênero é ir além do visível num debate amplo, afinal, “[...] tomamos as relações de gênero como relações de poder complexas que necessariamente estão atravessadas por outros marcadores sociais de diferença – classe, cor, etnia, idade, orientação sexual, etc..” (CARRARA; VIANA, 2008, p, 343).

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é um trabalho qualitativo no qual busquei aprofundar as leituras teóricas, levantar documentos que considerei importantes, participar de círculos de convivência com mulheres fazendo o registro de tudo que achei relevante para o trabalho em meu diário de campo. O ato de registrar me fez acalmar um pouco a angústia que hora sentia e encontra as respostas que buscava. O interessante é que, mesmo falando a mesma língua, e estando em um campo de estudo com o qual eu estava familiarizada, confesso que houve horas em que me sentia como o próprio Malinowski (1978) quando relatava sua solidão ao se ver apenas com seu equipamento e deixado na praia pela navegação que o levou. Sentia-me tão pequena diante de tantos que fizeram a história da Antropologia, mas, ao mesmo tempo, sabia em meu peito da responsabilidade em relação ao ato de ouvir, olhar e escrever o que foi narrado por minhas interlocutoras. Sobre a atuação do antropólogo, Geertz (2012, p. 11) destaca:

Organizar meus relatos sobre as mudanças observadas – em minhas cidades, na minha profissão, no meu mundo e em mim mesmo – não demanda, assim, uma narrativa bem tramada, cálculos, reminiscências ou uma progressão estrutural e, certamente, não requer a utilização de gráficos - embora esses tenham os seus empregos (assim como os modelos e a teorização) no estabelecimento de estruturas e na definição de questões. A tarefa exige que se mostrem como determinados eventos e ocasiões únicos – um encontro aqui, um projeto ali – podem ser tecidos

em conjunto com uma variedade de fatos e uma bateria de interpretações, a fim de se produzir uma percepção de como as coisas andam, de como andaram e provavelmente andarão. O mito, isso foi dito penso que por Northrop Frye, descreve não o que aconteceu, mas o que acontece. Com a ciência – a ciência social, de qualquer maneira – é quase a mesma coisa, salvo o fato de que suas descrições pedem uma base mais sólida e uma reflexão mais fundamentada e aspiram, por vezes, a certo desapego.

Para a realização deste trabalho etnográfico, defini como técnicas a pesquisa documental, a observação-participante, registros no diário de campo e entrevistas semiestruturadas que abordaram tópicos relacionados à história familiar, relações de gênero, religião, relações raciais, ativismo, acesso à educação, etc. Dentro desta perspectiva, ouvi das interlocutoras suas narrativas a partir do seu lugar de fala, “assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugar de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater política criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade.” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

O universo do trabalho é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e as interlocutoras são mulheres negras, estudantes em Redenção e ativistas, matriculadas em cursos de graduação da UNILAB. Desta forma, assumindo uma postura de alteridade, entendo a relevância de suas histórias de vida, que a princípio revelam pontos subjetivos, porém, encontram intersecções no imaginário coletivo. Saliento a importância destes relatos, destacando o pensamento de Queiroz (1997, p. 20) sobre a história de vida:

A história de vida, por sua vez, como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos, que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros dos seus grupos, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e se insere nas coletividades a que o narrador pertence.

Portanto, após todas essas definições em relação à pesquisa, foi necessário estabelecer o contato com as mulheres negras que participaram da mesma – neste ponto, gostaria de destacar que as escutas das narrativas foram feitas através da rede social de forma individual pelo WhatsApp, todas foram acolhedoras e demonstraram interesse em participar. É importante o registro de que o campo ocorreu de forma inusitada, afinal, o mundo todo passava neste momento pela pandemia do Novo Coronavírus, que impossibilitou o contato presencial entre as pessoas por medidas de segurança para se evitar a transmissão do vírus.

Assim, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), procedi os encontros com as participantes de forma virtual, os mesmos foram realizados nos dias marcados com a utilização do telefone e gravador para os registros dos diálogos. O fato é que, na fase final em que essa pesquisa é realizada, o mundo se apresenta entre certezas e incertezas, doença e cura, ordem e desordem, e isso me faz lembrar o próprio exercício de fazer antropologia, o quanto existe uma linha tênue que envolve o ouvir, olhar e escrever com ética e respeito às interlocutoras, principalmente em plena pandemia. O antropólogo Taussig (2020, p. 9) fala sobre isso, argumentando que:

Os componentes que selecionei foram à ordem e a desordem que o nosso trabalho como antropólogo, cientista social particularmente, era buscar a razão, dar explicações, colocar fatos heterogêneos em algum tipo de ordem homogênea. Mas assim que o fizer você precisa ter auto percepção, você precisa ter a inteligência de perceber que essa é uma coisa arbitrária, e pode entrar em colapso e retornar à desordem. Mas então, assim que você aceita a desordem, você diz: essa é a natureza da realidade, essa é a natureza do mundo, essa é a natureza da história. Aí o mundo vai falar com você e dizer “não, eu enganei você, aquele mundo até tem uma ordem”, pode ser Deus, talvez seja “a economia.” Enfim, então você volta correndo para o polo da ordem só para então atingir um limite e ser jogado de volta, e então dizer: não, não há ordem, essa é uma pretensão, é tudo desordem. Então se caminha, talvez de forma patética ou divertida, entre esses dois polos. Isso, eu acho, resume o jogo de copos.

Participaram da pesquisa, ao todo, cinco mulheres negras, as quais descreverei melhor ao longo da análise e da apresentação das narrativas. Por questões de ética, optei pelo anonimato das participantes, considerando que “a partir desse lugar que ocupo no campo [...] o anonimato das personagens no texto etnográfico não implica necessariamente numa atitude politicamente omissa do pesquisador. Muito pelo contrário.” (FONSECA, 2005, p. 210). Desta maneira, atribuí a cada uma um nome de mulher utilizado no continente africano por nossas irmãs ancestrais.

Este trabalho também resulta de uma construção antropológica que aborda gênero numa perspectiva teórica decolonial. Segundo Péludio (2012, p. 402, apud BELTRAME, 2018, p. 3), trata-se de uma nova epistemologia que dar vez e voz aos que foram de alguma forma silenciados:

[...] é neste contexto descrito que surgem as chamadas teorias decoloniais, que podem ser entendidas enquanto as teorias feitas pelos Outros ou ainda pelos subalternos, os não brancos e europeus, majoritariamente homens que desenharam boa parte das ferramentas teórico-analíticas das ciências humanas. Um dos objetivos principais deste esforço teórico é refletir criticamente a respeito dos conhecimentos advindos dos grandes centros de produção a fim de construir novas categorias analíticas e teóricas para a análise de contextos sociais distintos, mas, ao mesmo tempo, refletindo criticamente sobre os construtos advindos do norte global no

sentido de perceber quais são adequados e quais são possíveis de serem usados após releituras.

Ao falar de pensamento decolonial, lembramos de Gonzalez (1988), ao destacar que, mesmo diante do racismo dominante em nosso país, a produção científica de intelectuais negros brasileiros é marcada por crescimento, autonomia e um espírito de intensa coragem em se opor aos obstáculos colocados pelo racismo. É o conhecimento dessa dominação e de suas atitudes cruéis que nos faz avançar contra as forças opressoras e racistas, como comunidade negra, na luta por desencarcerar e afirmar a capacidade de um grupo étnico considerado “inferior”.

Este trabalho também se orienta dentro de uma perspectiva interseccional, tendo um comprometimento com trajetórias de mulheres negras, estudantes e oriundas de famílias de baixa renda pertencentes a grupos historicamente invisibilizados e silenciados pela branquitude. “De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica.” (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

O trabalho está dividido em cinco capítulos. Após a introdução, no primeiro capítulo, esclarecerei melhor o caminho metodológico percorrido, dando ênfase à descrição etnográfica das relações estabelecidas dos documentos levantados, e os conceitos fundamentais dos discursos de gênero e poder pelos quais se orienta essa tese. No segundo, abordarei a cidade e seus mitos, a implantação da UNILAB, dando aos leitores uma melhor visão do universo do trabalho falando ainda do direito ao acesso por mulheres negras. Compõem terceiro capítulo as mulheres e seus movimentos relacionados às políticas sociais e por fim, abordo o papel do feminismo negro na luta e resistência das mulheres negras. No quarto, apresentarei detalhadamente o perfil de cada entrevistada, às narrativas e suas reflexões sobre si e sobre o acesso à Universidade, concluindo no seguinte capítulo pontuando considerações das narrativas realizadas e desenvolvendo, ideias relacionadas ao objetivo da pesquisa a partir da hipótese sustentada de que a política de acesso à educação superior é um marcador nessas trajetórias, oportunizando reflexões pessoais sobre formas de exclusão, opressão, preconceito e discriminações vividas.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Nesse capítulo apresento os caminhos que me levaram à definição do tema da pesquisa e a metodologia a ser utilizada, abordando reflexões sobre as relações entre gênero, raça, poder e Estado, além de debater sobre a inserção no campo e os desafios e possibilidades da pesquisa em tempos de pandemia.

1.1 A pesquisa “por dentro”: Uma Antropologia Insider

Posso afirmar que muitos foram os questionamentos, dúvidas, e angústias que me trouxeram até aqui, durante a realização deste trabalho. O medo dos julgamentos, por vezes, me paralisou. E confesso que muitas vezes fiquei rodando em círculos, fugindo daquilo que realmente pensava. Foram muitas as fugas: por alguns momentos achei que poderia falar de antropologia e turismo, afinal nasci e vivo em uma cidade turística e histórica, seria bem mais fácil. Tentava “domesticar” a mim mesma, até encontrar Tônico Benites e seu texto “Precisamos de mais índios na universidade”, leitura essa que se somou a muitas outras questões já amadurecidas. Comecei a entender que o meu desejo era fazer uma antropologia implicada, como mulher negra e acadêmica. Assim, optei por caminhar com minhas irmãs mulheres negras que acessaram o ensino superior, na busca antropológica de entender o outro, como pesquisadora insider, ou seja, que faz parte do grupo estudado e se vale desta condição “de dentro” na escrita etnográfica.

Já entendemos que o — escrever é uma consequência, que advém do — olhar e do — ouvir. Que são — atos cognitivos e, portanto, dispositivos para alteridade como campo dinâmico no ser e fazer antropológicos. Como nada nunca é fácil, tão difícil seja a empreitada de perceber com olhar e aprofundar com o ouvir é talvez mais árdua a do — escrever, pois é no escrever, digo, é no descrever o — outro ou a cultura que nos deparamos com o ser antropológico que ultrapassou a — dimensão alterizada, o desnudar do conhecimento que até então era eivado de repostas, agora se torna mais maduro, pois passa a ter um caráter mais instigante e buscador não de uma verdade, mais um buscador do entender o —outro ou a cultura através de uma experiência pessoal passando a ressignificar ele (o antropológico) a sua cultura. (FILHO e MARTINS, 2018, p. 10).

Tudo isso faz parte da minha trajetória de mulher negra. Dessa forma, os caminhos que me levaram a optar por esse trabalho começam bem antes do meu encontro com a Antropologia, por volta dos anos 90, quando o Brasil passa por mudanças através da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a implementação da Lei 10639/03, que institui a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no ensino básico brasileiro. Nesta época, também tive a oportunidade tão sonhada de cursar o

ensino superior, me formando, então, professora, e dando início ao meu trabalho na Política Pública de Educação como professora, coordenadora, diretora, posteriormente, Secretária de Educação do município de Redenção por oito anos.

Mas o que isso tem a ver com esta pesquisa? Considero o início de tudo, pois foi a partir daí, trabalhando a Lei 10.639/03 nas escolas, conversando com professores e educandos, tive a oportunidade de me descobrir como mulher negra, forte, de cabelos crespos e com toda a força da minha ancestralidade. Foi neste período também que meus olhos se “abriram”, e foi possível perceber que o ambiente educacional e a cidade na qual me orgulhava ter nascido ,achando o máximo dizer que ela tinha sido a primeira a libertar seus escravizados, estavam longe de oferecer aos seus estudantes uma educação que trabalhasse o respeito às diferenças e combate ao racismo e preconceitos.

No ano de 2008 teve início o processo de implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, que expande historicamente o acesso à educação superior em nosso País e escolhe o município de Redenção, no Ceará, para desenvolver uma política pública de Estado que seria o resgate de uma dívida histórica da falta de acesso à educação com a população do Nordeste e com os países de língua portuguesa, além da possibilidade de fortalecimento das relações econômicas com países de língua portuguesa do Sul-Sul.

Foi nessa época que iniciei meus trabalhos de pesquisa na área da educação, buscando compreender como a efetivação da Lei 10.639/03 e a chegada da Universidade começavam a transformar o ambiente educacional de Redenção. Durante esse período, junto à Secretaria já mencionada, desenvolvemos o projeto “As cores de Redenção”, ocasião em que tive a oportunidade de conhecer diversas meninas estudantes e perceber como o antes e o depois de sua passagem pelo projeto afetou suas vidas e a forma como elas começaram a se perceber “negras” através das suas falas. Foi um projeto muito especial, que contemplou 6.300 estudantes e 50 professores e culminou na premiação nacional de Redenção como município promotor da igualdade racial no Brasil, comigo recebendo o prêmio das mãos da Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: “[...] a secretária de Educação do Município, Ana Paula Fonseca, recebeu das mãos da ministra Luiza Helena de Bairros a comenda. Redenção está entre as oito secretarias premiadas do Brasil.” (Diário do Nordeste, 31 de março de 2011).

Posso afirmar que muitas coisas aconteceram desde então, porém o interesse pelas políticas públicas e sua influência na vida das mulheres negras nos movimentos sociais e na sociedade brasileira vem aumentando a cada dia, para mim. Por esse caminho, cheguei à Antropologia e à UNILAB, e lá estava eu, mulher negra, a única de toda a minha família a chegar à Universidade, ocupando como forma de resistência esse espaço e sendo mais uma entre aqueles que ousam dizer que temos sim direito ao acesso às políticas públicas do Estado. Temos o papel de desvelar situações que encobrem a permanência de privilégios das hegemonias sobre as minorias – por isso, pesquisar educação e direitos humanos é produzir conhecimento crítico e intervir na realidade da sociedade brasileira, objetivando mudanças no acesso a políticas públicas por pessoas, grupos e segmentos étnico, raciais e de gênero que se encontram em situação de marginalidade social (JOCA, VASCONCELOS e NATIVIDADE, 2015).

É nesse cenário, reafirmando meu direito de mulher negra e de acesso à política pública de educação, que mergulho no curso de Antropologia, e, durante a aula da professora Vera Rodrigues, escuto sobre a antropóloga Ruth Landes e o seu trabalho intitulado “A Cidade das Mulheres”. Confesso que meus olhos brilharam e comecei a me indagar sobre a presença das mulheres negras em Redenção a partir da “libertação” dos escravizados. No texto clássico de Ruth Landes, as mulheres do candomblé traziam toda sua força de sacerdotisas para reverter a situação de subordinação social por meio de um saber afro-ancestral, religioso, em casas de santo em Salvador, na Bahia.

Pensei sobre como ao longo destes 152 anos, mulheres de tantas etnias foram oprimidas, invisibilizadas e tiveram histórias silenciadas. No entanto, vislumbrando o Monumento “Negra Nua”, e o mito da escrava “queimada viva” até a morte em Redenção, me chamava à atenção como imagens de um feminino local pode ser elucidado em muitas outras dimensões. Outros simbolismos locais do feminino residem em Santa Rita de Cássia, esposa fiel que suportou todo o sofrimento do marido e cuja devoção foi trazida pela Igreja Católica para a cidade de Redenção e permanece até os dias atuais. Existe, ainda, o busto da Princesa Isabel, a “Redentora” que assinou a Lei Áurea.

Cresci aprendendo com minha mãe que a boa esposa sempre deveria agir como Santa Rita, suportando todos os maus-tratos do marido para chegar ao céu. No entanto, quando criança, sempre que perguntava sobre o porquê da mulher com correntes (Negra Nua) ter o cabelo igual ao meu e o que ela tinha feito para estar ali na entrada da cidade de joelhos e

acorrentada, nunca obtinha respostas. Na escola, aprendi sobre o busto da Princesa Isabel, que era a libertadora dos escravos, indo sempre no dia 13 de Maio rezar uma Ave Maria em sua estátua. Com minha tia, mulher negra, forte, liderança comunitária, conheci as religiões de matrizes africanas (RMAs) através do terreiro escondido, para onde às vezes ela me levava. Eu não sabia onde estava naquele momento, mas lembro de tudo, inclusive da minha mãe que dizia que minha tia participava de “bruxarias”. Também fez parte desta caminhada a D. Ismar, mulher negra rezadeira que curava espinhela caída, quebranto e até cobreiro – quando a medicina e as orações para os santos católicos não tinham muito resultado, era lá na rezadeira que todos iam parar.

Ao ingressar no curso de Antropologia, me senti desafiada a pensar sobre todas essas imagens e histórias a partir de um olhar que estranhasse aquilo que antes era tão normal. Ao trazer o simbolismo local feminino de Redenção para esta discussão, penso sobre a força do patriarcado na imposição da religião católica, que, ao longo dos anos, fez com que nós mulheres negras não tivéssemos o direito de sermos reconhecidas. O poder que coloca a imagem de Santa Rita em sua capela no topo do lugar mais alto da cidade e o busto da Princesa Isabel na praça central é o mesmo que colocou na entrada da cidade ao lado da senzala a imagem do corpo racializado da “Negra Nua”. Toda essa simbologia passa pela visão preconceituosa e de etnocentrismo presente no processo de colonização.

O etnocentrismo, que gera estereótipos e imagens a priori sobre os outros, poderá espoletar incompreensão e conflitos. O etnocentrismo supõe que o que nós somos e fazemos é sempre superior aos outros e ao que eles fazem. É um fenômeno transversal a todas as culturas e sociedades. O problema surge quando emergem falsas teorias que legitimam comparações abusivas que não têm nada a ver com rigor e cientificidade. (MENDES, 2012, p. 115).

Até esse momento de encontro com a Antropologia ainda não tinha clarificado em meu pensamento que estava ao longo da minha trajetória de gestora pública e acadêmica trabalhando com as tramas sociais que envolvem as minorias, dinâmicas do poder, gênero, relações étnico-raciais, intolerância religiosa e atuação do Estado. Sobre a percepção da realidade, Geertz (2012, p. 23) destaca :

A questão é: De onde vem o modo como falamos sobre a realidade? Novamente, a resposta preferencial é que ele vem daquilo que, com nossos olhos bem abertos, nossos interesses postos de lado, e nossos métodos em ação, encontramos diante de nós. As coisas são o que são, e nada, além disso: dramas são dramas, cenários são cenários. Concepções – crenças, visões, versões, julgamentos - podem ser inventadas, em- prestadas de outras fontes, derivadas de teorias; pode-se até mesmo deparar com elas em sonhos ou retirá-las de poemas. Mas é a forma como as questões se mostram o que autoriza seu uso. A incumbência essencial é contar aquilo como de fato aquilo é.

Iniciava a minha trajetória antropológica com a formação teórica que é a bagagem indispensável para ir a campo, pois, como traz Uriarte (2012, p. 7), “não adianta se apressar para ir a campo sem ela, pois a capacidade de levantar problemas em campo advém da familiaridade com a bibliografia do tema.” Aprofundar meu conhecimento por antropologia como ciência que pode oferecer chaves de análise desses problemas e relativizar relações de poder naturalizadas em nossa sociedade era urgente, inclusive para minha atuação técnica no Estado, como gestora e como ativista que sou.

Em 2018, me inscrevi para seleção do Mestrado em Antropologia UFC/UNILAB, optando por fazer inscrição na linha de pesquisa “Diferença, Poder e Epistemologias”, com muitas questões em minha cabeça. Prefiri, a princípio, trabalhar com as narrativas de mulheres da cidade de Redenção relacionadas à sua invisibilidade nos 150 anos de História, mas logo vi que o objeto ainda estava generalista demais e pouco recortado em um “campo”, como pede a Antropologia como ciência e epistemologia.

Nessa linha de pesquisa ligada ao campo da Antropologia e da Identidade estão presentes estudos marcados por deslocamentos de raça, etnia, gênero, classe, sexualidade, idade e direitos humanos. As pesquisas na área buscam compreender o poder e as relações de seus atores sociais com trabalhos que refletem uma decolonização epistemológica. Pela minha trajetória pessoal, eu me identificava com esse conjunto de problemas.

O grande desafio naquele momento foi construir um projeto de pesquisa que fosse capaz de trazer para o papel aquilo que realmente queria pesquisar. Como poderia deixar minha ideia clara para a banca de seleção sem parecer que estava tentando fazer algo restrito apenas à história de Redenção e as mulheres, me vi desafiada a encontrar a “pegada antropológica” e recolocar meus problemas iniciais em diálogo com esse interesse epistemológico já insurgente em meu espírito feminino e feminista.

Fui aprovada no mestrado e na apresentação do projeto a banca um dos membros da banca me questionou sobre o que iria escrever: um trabalho etnográfico ou feminista? Eu nunca tinha ouvido a expressão “antropologia engajada”, mas é exatamente isso que eu queria construir, a partir da minha experiência de mulher negra. Ouvir outras mulheres e entender como suas memórias e narrativas contribuem para a existência, visibilidade e conquistas destas minorias políticas, na cidade de Redenção.

1.2 Motivações teórico-metodológicas

Penso que produzir conhecimento antropológico nessa relação de pesquisa com certos segmentos de mulheres em Redenção pode colaborar para uma reflexão sobre a construção social do feminino local e global, suas lutas pelo direito de aparecer e existir, assim como elucidar aspectos sobre desigualdades no campo do reconhecimento das mulheres, compreendendo quais desafios existem a partir do cenário local e de como isso soma-se a outras mulheres partindo intrinsecamente do ponto de vista do Estado e da proteção social. Quais políticas públicas locais operam para a emancipação feminina em suas múltiplas manifestações (BUTLER, 2018)?

Ao longo das disciplinas teóricas do mestrado, foi possível adentrar melhor na definição e construção da pesquisa. A disciplina de Antropologia dos Rituais me fez conhecer melhor o que a Antropologia estuda seus ritos e o fazer etnográfico; já na disciplina de metodologia, aprendi sobre a Antropologia da Política e do Estado, de modo que pude começar a vislumbrar caminhos de junção das coisas em minha trajetória e arriscar a pensar nessa Antropologia engajada. Também nessa disciplina, aprendi que questões relacionadas à Política de Estado fazem parte sim dos estudos antropológicos, e que seria realmente possível tomar minha experiência de gestora, mulher e ativista como fonte de inquietação para a construção de minha luta e pesquisa. Posso seguir caminhos múltiplos em busca de conhecer pela antropologia sobre mulheres, visibilidade, garantia de direitos, inspirando-me em discussões da Antropologia da Política e do Estado para olhar para as mulheres negras e discutir políticas públicas. Olhar para as margens para compreender “avanços, recuos, disputas, alinhamentos.” (NATIVIDADE, 2016, p. 25).

Em diálogo com a Antropologia Feminista e a Antropologia do Estado, e através do aprofundamento teórico e das narrativas das interlocutoras, busco compreender e construir, assim, uma Antropologia Feminista Negra. Qual o poder que o Estado exerce sobre os corpos femininos racializados ? Quais as performances exercidas por essas mulheres através do seu ativismo na busca de resistência ? A respeito da importância de debatermos essas questões em produções, Akotirene (2019, p. 19) destaca:

Por certo, produções e posicionamentos como esse, além de encontrarem caminhos de ressarcir vozes secularmente inaudíveis até a publicação, advertem equívocos analíticos da sociedade civil e Estado toda vez que a mulher é tomada de modo universal. Diga-se de passagem, iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas. Gênero inscreve o corpo racializado. Entretanto, enfoques socialistas encurtados à cantilena de classe negaram humanidades africanas, além do fato de negras serem mulheres e estúpro coloniais

terem nas transformado em produtoras e reprodutoras de vidas expropriadas no trabalho de parto, e seus filhos em mercadorias as quais, elas, em tese, mães, não tinham o direito à propriedade. É fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão.

De acordo com Lima e Castro (2015), o panorama de cenários contemporâneos e históricos possibilita a visão de que as políticas de Estado adquiriram um nível para além do seu território sendo geradas, financiadas e avaliadas por agentes e agências internacionais, onde as formulações de planos de ação estão para além das escalas locais e nacionais.

O que dizer da sociedade contemporânea, em que líderes de muitos países se colocam contra as questões de gênero, têm atitudes homofóbicas e racistas, e ascendem ao poder? Como afirma Almeida (2019, p. 33), “o racismo é processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros.” É interessante para a Antropologia estudar como isso se processa dentro de um Estado como o Brasil, em que a branquitude nega historicamente a existência do racismo, invisibilizando grupos e excluindo pessoas negras da tomada de decisões.

É preciso refletir também sobre a natureza e historicidade desse vínculo em cada espaço social de articulação de ações de governo e ações de seus supostos destinatários, as formas pelas quais estes as reconfiguram, a elas resistem ou aderem. Neste terreno, nós nunca deixaremos de ser ‘antropólogos aplicados’, já que nossa produção pode ser muitas vezes imediatamente consumida. A vigilância epistemológica deixa de ser um imperativo do método para se deslocar ao mundo ético e moral. (LIMA e CASTRO, 2015, p. 40).

É desafiador para a humanidade esperar que o Estado promova a proteção destes corpos, afinal, “a humanidade testemunha hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados, uma crueldade que se difunde e se expande sem contenção.” (SEGATO, 2012, p. 4). A autora ainda destaca a problemática de se recorrer ao Estado Colonizador para a restauração do tecido comunitário, uma vez, que historicamente, esse não se encontra voltado para as minorias com seus corpos vitimados, sendo angustiante esperar que o Estado crie leis que defendam essas pessoas:

Minha primeira afirmação nessa tarefa é que o Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia. O advento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula. O polo modernizador da República, herdeira direta da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita autonomias, irrompe na vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com a outra introduz os princípios do individualismo e a

modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, conjuntamente com o racismo que submete os homens não brancos ao estresse e à emasculação. (SEGATO, 2012, p. 6).

Ainda dentro do realce teórico-metodológico desta pesquisa que se dispõe a discutir questões relacionadas a gênero, evidenciamos os estudos de Margaret Mead. No seu trabalho “Sexo e Temperamento” (2000), a antropóloga começa a questionar as relações de gênero a partir do papel atribuído a homens e mulheres ao estudar os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli ela afirma que os papéis desempenhados por ambos são frutos de construções sociais a partir do seu estudo comparativo. A partir de Mead, é possível perceber que a sociedade apresenta narrativas em relação ao que seria ser homem ou mulher construindo culturalmente as tramas sociais, tentando limitar o corpo masculino ou feminino a seguir performances que lhe são atribuídas ao longo da vida.

Nessas circunstâncias, assim como cada cultura cria de modo distinto a tessitura social em que o espírito humano pode enredar-se com segurança e compreensão, classificando, recompondo e rejeitando fios na tradição histórica que ele compartilha com vários povos vizinhos, pode inclinar cada indivíduo nascido dentro dela a um tipo de comportamento, que não reconhece idade, nem sexo, nem tendências como motivos para elaboração diferencial. Ou então uma cultura apodera-se dos fatos realmente óbvios de diferença de idade, sexo, força, beleza ou das variações inusuais tais como o pendor nato a visões ou sonhos e converte-os em temas culturais dominantes. (MEAD, 2000, p. 21).

Mead (2000) apresenta fortes argumentos de que, além da biologia, é a cultura que adequa o comportamento de homens e mulheres em determinadas sociedades. Desta forma, podemos perceber o quanto é desafiador o combate a questões como discriminação racial, homofobia, violência contra mulher e tantas outras pontuações relacionadas à raça, classe e gênero, em sociedades patriarcais e capitalistas. Nessas sociedades, desde muito cedo os corpos racializados são sujeitos aos limites determinados pelas estruturas do sistema. Sobre estudos realizados por outros estudiosos relacionados aos papéis de homens e mulheres, a autora destaca:

Não tocou nos papéis atribuídos aos homes, que segundo se supunha prosseguiam ao longo de um caminho masculino especial, moldando as mulheres às suas manias e caprichos com respeito à feminilidade. Qualquer discussão acerca da posição da mulher, do seu caráter e do temperamento da sua escravização ou emancipação obscurece a questão básica; o reconhecimento de que a trama cultural por trás das relações humanas é o modo como os papéis dos sexos são concebidos e de que menino em crescimento é formado para uma ênfase local e especial tão inexoravelmente como é a menina em crescimento. (MEAD, 2000, p. 24).

Ressalta-se ainda que, em seu trabalho, Mead também encontrou os “inadaptados”: pessoas que não aceitavam o papel que lhes era atribuído, sendo condenados a uma vida de inexistência. No Brasil de hoje, pessoas do grupo LGBTQIA+ enfrentam diariamente todos os desafios de lutar por uma vida que vai além da determinação biológica imposta ao seu corpo: de acordo com o grupo Gay da Bahia em Reportagem do Globo nosso país registrou em 2019 um número de 297 homicídios (G1 SÃO PAULO, 17 de maio de 2019). No contexto atual, é forte o crescimento do discurso homofóbico por aqueles que detêm o poder, sendo o debate sobre gênero visto como “ideologia de gênero” e uma ameaça à família tradicional.

Adaptações de sexo, entretanto, não são coisas de passivo expectador, mas uma situação em que os indivíduos mais passivos devem desempenhar algum papel, se ele ou ela quiser participar passivamente da vida. E embora possamos reconhecer as virtudes da complexidade os enredos interessantes e encantadores que as culturas são capazes de desenvolver com bases nos acidentes de nascimento: Não será o preço demasiado alto? A beleza que existe no contraste e na complexidade não seria obtível de outra forma? Se a inexistência social sobre personalidades diferentes para os dois sexos resulta em tanta confusão, em tantos desadaptados infelizes, em tanta desorientação é possível imaginar uma sociedade que abandona essas distinções sem abandonar os valores que agora dependem deles. (MEAD, 2000, p. 303).

Na opinião de Segato (1998), a Antropologia toma por base o gênero a partir de questões que envolvem a relatividade e a universalidade das experiências humanas, sendo Mead a responsável pela vertente da “construção social do gênero”, que se mantém viva até hoje, embora tenha passado por mudanças. Desta forma, os estudos de gênero constituem uma questão antropológica, etnograficamente documentável. Sobre as vertentes presentes nos estudos antropológicos, a autora destaca:

Desta forma, é importante sublinhar que se constituíram nos trabalhos antropológicos sobre o gênero duas vertentes que fizeram, cada uma delas, uma contribuição diferenciada aos feminismos: a) a geração de estudos que acabo de mencionar e que, apesar de afirmar a variabilidade das leituras culturais do dimorfismo biológico dos sexos, identifica como uma tendência universal dos gêneros a sua ordenação numa estrutura hierárquica; e b) a mencionada anteriormente, que surge com Margaret Mead e encontra continuidade nas pesquisas sobre a "construção cultural" dos gêneros. Precisamente, os trabalhos etnográficos que, na atualidade, tentam contestar a tese da universalidade da hierarquia são os expoentes mais recentes desta vertente. Ela deu sua contribuição fundamental ao colocar e demonstrar, com evidência etnográfica, a dimensão construtivista, relativa, dos gêneros, derrubando a premissa do determinismo natural e, com ela, do essencialismo biológico. Ao apontar para a relatividade e variabilidade dos conteúdos associados com as categorias "mulher" e "homem" através dos tempos e das culturas, provou que elas são produtos histórico-culturais e não fatos da natureza. Desta forma, instalou as bases do discurso crítico do sexismo que, como forma de discriminação, encontra seu suporte na afirmação das determinações biológicas sobre as nossas faculdades e comportamentos. (SEGATO, 1998, p. 9).

Neste cenário, é importante refletir a partir de uma análise antropológica sobre gênero num sentido amplo que seja capaz de acolher mulheres lésbicas, mães solo, trabalhadoras domésticas, ativistas, entre outras mulheres negras, indo além da perspectiva que reduz gênero apenas à categoria “mulher”. Assim, ao realizar seu trabalho etnográfico, “o pesquisador anda numa corda bamba, procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo em que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia.” (FONSECA, 2015, p. 215).

Para Bairros (1995), as relações entre raça, gênero e classe e orientação sexual se agrupam de forma multidimensional, e, desta forma, não seria possível existir uma única identidade feminina, mas diversas possibilidades de ser mulher, formando um mosaico para além das determinações naturais. A autora ainda destaca que:

O uso do conceito mulher traz implícito tanto a dimensão do sexo biológico como a construção social de gênero. Entretanto, a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal - passiva emocional, etc. - como forma de lidar com os papéis de gênero. Na prática, aceita-se a existência de uma natureza feminina e outra masculina, fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos da natureza. (BAIROS, 1995, p. 2).

De acordo com Akotirene (2019, p. 17), o Feminismo Negro se torna abrangente, pois, acolhe o corpo vitimado, sem impor barreiras em relação ao gênero, sexualidade, genitália ou língua nativa:

Quem já viu algum socorro prestar o olhar as características fenotípicas da pessoa vitimada? Avaliar se é “mulher de verdade” – e neste caso, se tem vagina, ou qual sua língua, se nativa ou estrangeira? O feminismo negro está interessado em socorrer considerando os sentidos: se a pessoa está responsiva aos estímulos lésbicos, se sofreu “asfixia racial”, se foi tocada pela polícia, se está escutando articulações terceiro mundistas. A única cosmovisão a usar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor, que somos Outros. A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos. E repito, não socorre as vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele, ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa. Considera isto, sim, humanidades. Orixá ilustra bem nossa base ética civilizacional: o corpo se relaciona com alteridade, baseado na memória, informação ancestral do espírito, e não pela marcação morfofisiológica, anatômica, fenotípica.

Para Segato (1998), os estudos de gênero atuais não podem ser considerados como algo fácil a ser desenvolvido pelo antropólogo através de suas observações – afinal, estamos falando de estruturas que envolvem aspectos abstratos, que se transformam em significantes acessíveis aos sentidos, porém não se reduzem e nem se fixam a estes. Neste

sentido, é extremamente necessário que a partir do exercício do olhar e ouvir seu “eu” e o “outro”, o antropólogo seja capaz de transformar as questões as quais a pesquisa toma por base em reflexões através da escrita. No campo, construímos, desconstruímos e desorganizamos a partir de uma sensibilidade própria da antropologia, como nos afirmam Filho e Martins (2018, p. 9):

Se for verdade a máxima de que os olhos são as janelas da alma, para o antropólogo, eles são a forma inicial que captar as primeiras impressões do campo e que processam a realidade demandada como organismo vivo, através do esquema conceitual da disciplina formadora de sua maneira de ver a realidade (fusão de horizontes) onde se somando o ouvir, resultando no escrever, obtém-se o que entendemos por alteridade.

Para Almeida (2019), avançamos no sentido de perceber que o poder e a dominação exercidos pelo Estado através das suas normas jurídicas nem sempre são utilizados para o chamado “bem comum.” O que dizer de tantas situações onde corpos negros vitimados pela sua cor e gênero? Teria esse poder centralização e pessoalidade, uma vez que, de acordo com indicadores sociais, atinge em sua grande maioria esses corpos? Sendo questionado: por que a dominação se concretiza institucionalmente sob a lógica do Estado? Por que o poder político assumiu especificamente a forma-Estado?

Sobre as violações de direitos humanos sofridos por esses corpos, Adorno (2008, p. 215) discorre:

No domínio das garantias individuais, persistem graves violações de direitos humanos. Os desafios parecem mais difíceis de serem superados, porque envolvem resistências de agentes institucionais à mudança de comportamento e de mentalidades em face do direito à vida e à segurança pública para todos, independentemente de clivagens sócio econômicas. Nesta sociedade, a distribuição do direito à vida persiste de modo escandalosamente desigual assim como o acesso à justiça e à proteção proporcionada pelas leis.

Faz parte do contexto desta pesquisa que a sua realização ocorre durante um momento singular do país, com um governo que se assume como “de extrema direita”, empenhado na retirada de amplos direitos sociais. Essa pesquisa e escrita, então, compreendem uma forma de resistência das minorias étnico-raciais, uma forma de trazer à luz lugares de fala de mulheres negras na cidade de Redenção. Em diálogo com Butler (2012), compreendo que regimes de poder acabam por decidir o preço de cada vida, quais vidas valem e quais não valem, quais são tidas como vidas e quais são vidas matáveis e não vivíveis. Então, de que modo o acesso ao sistema educacional do ensino superior local

provoca mudanças na vida de mulheres negras na cidade, oportunizando reflexões sobre suas lutas e exclusões sociais?

Nesse sentido, é necessário agir na perspectiva de uma antropologia engajada, trazendo à tona indagações sobre como o Estado, através de suas formas de operar o poder com traços de patriarcado, colonialismo, heterocapitalismo, tenta mascarar situações e impedir a circulação dos corpos racializados, femininos e feminilizados.

Se o patriarcado pertence, como afirmo, ao terreno do simbólico, sendo os fatos um epifenômeno daquela outra inscrição fundante, o que é possível opor a ele? Como é possível agir? Nada mais e nada menos que tornando representáveis e representadas, no plano ideológico, as constantes experiências de circulação dos sujeitos pelos registros do gênero, a androginia inerente à vida humana, que, contudo, raramente obtém visibilidade e permanece mascarada pela inércia da linguagem e outras formas de coerção oriundas do campo ideológico. (SEGATO, 1998, p. 10).

Butler (2012) nos instrui que é indispensável entender as complexas formas de distribuição desigual da precariedade e da vulnerabilidade. Sendo assim, nessa distribuição desigual, a certas vidas são negadas redes de apoio. Compreendo que a vida precária das minorias é atravessada pela negação do direito à educação, ao trabalho, à moradia, às políticas de saúde, etc. Como as mulheres que são minhas interlocutoras refletem sobre suas lutas diárias e seus direitos negados no campo da igualdade racial, da violência contra a mulher, etc?

No atual contexto brasileiro, penso serem ainda mais urgentes estudos desse tipo, que colaborem para a preservação de políticas públicas em especial de acesso democrático e permanência na educação superior. Em meio aos desmontes em curso, quando se fala em políticas para minorias, um estudo como esse pode representar o reforço de formas de resistência e lugar de fala, afinal, durante muitos anos, a universidade foi um espaço privilegiado para pessoas brancas. Assim, considerando que todas as interlocutoras são as primeiras pessoas de suas respectivas famílias a chegar à universidade, pode-se compreender a importância do acesso destes corpos racializados a um espaço de educação como a busca do direito a vidas que merecem ser vividas.

Desta forma, ao trazer para o debate esse tema, discutirei a manutenção de certos privilégios sociais que envolvem os grupos historicamente subalternizados e que tiveram seu acesso à educação monopolizado e negado pelas mãos de “homens brancos.” Essa é uma discussão sobre igualdade e diferença e sobre como vidas negras importam.

1.3 A organização da pesquisa: Contexto, instrumentos e análise dos dados

Defini como objeto de estudo a política pública de acesso à educação superior por mulheres negras, focalizando as narrativas e trajetórias das mesmas. Para tanto, discuto nessa pesquisa como esse acesso altera suas trajetórias e formas de exclusão, opressão, preconceito e discriminação vividas. Como se dá a relação entre suas narrativas e os mitos e tradições locais? O acesso às políticas educacionais opera como um marcador de mudança de rumo em suas vidas na construção de relações de gênero mais igualitárias? De que modos o acesso a tais lugares oportuniza lugares de fala e a construção de lutas específicas? Quais lutas seriam essas – gênero, liberdade religiosa, orientação sexual, igualdade racial e a luta contra o racismo?

O objeto deste estudo converge para as interseções entre Antropologia Feminista e Antropologia da Política e do Estado, apontando caminho para a construção de um trabalho que vai ao encontro de uma perspectiva de uma Antropologia Feminista Negra, afinal estarei refletindo sobre narrativas de vidas que são perpassadas pela política de acesso ao sistema educacional entre mulheres negras. Está longe de ser um estudo simplista, é um trabalho que atinge uma discussão geopolítica envolvendo a escolha da cidade para a instalação da Universidade e os processos sociais vivenciados pelas estudantes negras, situadas no Nordeste do Brasil, região essa marcada pela precariedade de políticas públicas do Estado. Peirano (1999, p. 18) pontua que a Antropologia tem a capacidade de ampliar novos horizontes em relação temas contemporâneos, porém sem perder de vista as teorias clássicas e contemporâneas:

Há uma terceira opção, mais rentável: ela surge quando procuramos expandir, redirecionar e ampliar questões anteriores, criando assim novos dados, novas realidades e propondo novos problemas. Neste caso, a ciência social (e a antropologia como parte dela) passa a se definir como eterna construção e superação de si mesma, o novo se construindo sobre os ombros de antecessores. Mas tal projeto não é simples. Ele depende tanto do domínio seguro das teorias clássicas e contemporâneas quanto da etnografia acurada e impecável. Se é correto pensar que uma “cultura mundial dos tempos” precisa de constantes empréstimos, tanto na direção das metrópoles para as periferias ideológicas quanto no sentido oposto, a promessa aqui implícita é a de um diálogo teórico e empírico que ultrapasse barreiras nacionais — trata-se de desenvolver “universalismos plurais” que situem, inclusive, os universalismos metropolitanos e, ao mesmo tempo, reflitam a contingência de vivermos no Brasil.

Tenho por base, ainda nesta pesquisa, responder às seguintes indagações: Como mulheres negras numa região marcada por uma história de escravização por racismo e sexismo conseguem perceber e acessar a política pública de ensino superior a partir da instalação da UNILAB? Quais as inter-relações entre gênero, poder e acesso à educação superior? Quais narrativas e memórias sobre as mulheres negras na cidade de Redenção e seus mecanismos de exclusão de gênero, trazem as estudantes negras que acessaram a educação superior?

Como afirma Carneiro (2003), os efeitos da dominação da “branquitude” causam uma violência invisível na subjetividade das mulheres negras, afetando sua vida no imaginário social e nas relações sociais concretas. Essa dimensão da violência racial vem abrindo espaço para estudos junto a essas mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos, despertando para a recriação de práticas que possam construir outros referenciais.

Para Bahri (2013), textos coloniais e pós-coloniais, bem como o feminismo ocidental, reproduzem, por vezes, o imperialismo, sendo importante em pesquisas relacionadas a situação das mulheres do terceiro mundo uma atitude de observância por parte do pesquisador para que não se reproduza uma “imagem de mulher padrão”, ou, ainda, “incompleta”, com base em seu “gênero feminino”, ou seja, reprimida sexualmente, orientada para a família, vitimada, etc.

De acordo com Taussig (2020), a Antropologia tem uma beleza terapêutica que ocorre a partir do momento que o antropólogo se encontra com problema que lhe desafia, sendo o mesmo catalisado a partir da escrita, através de uma força que vem de fora para dentro, em que o pesquisador evoca, na sua cabeça, vozes que falam por si mesmas, transformando-se em escrita em uma ideia quase xamânica. Assim, sou levada a refletir sobre a minha performance enquanto pesquisadora e a performance das interlocutoras presentes neste trabalho, em meio a tantas vozes inquietantes, compartilhadas durante a escuta das narrativas desse trabalho.

O universo da pesquisa é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada em 2010, tendo sua sede no município de Redenção, no estado do Ceará. De acordo com Lucca e Buti (2021, p. 122), sobre a criação da instituição se destaca:

De um lado, ela é resultado da histórica luta dos movimentos negros e da construção de políticas de combate à desigualdade racial que, entre outras coisas, estabeleceu a regulamentação da lei de cotas para populações afrodescendentes e a

obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira; de outro lado, ela é um instrumento de cooperação internacional com o continente africano, região transformada pelos governos petistas num espaço estratégico para projeção geopolítica brasileira no Atlântico Sul.

O recorte feito dentro deste universo contempla o relato de cinco mulheres negras, estudantes em Redenção nos cursos da UNILAB, ativistas e oriundas de famílias de classes populares. Os temas contemplados são: história familiar, relações de gênero, violência contra a mulher, casamento e vida íntima, trabalho, religião, relações raciais, etc. Como técnica, utilizei entrevistas narrativas – era necessário vê-las, ouvi-las e sentir toda força que traziam através das narrativas de suas histórias de vida. Sobre esse momento de encontro entre antropólogo e interlocutores, Oliveira (2000, p. 24) destaca:

Ao trocarem ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guindados a interlocutores, abre-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, a antiga relação pesquisador/informante. O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, em outra de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação.

A busca para compreender o dito pelas mulheres negras participantes da pesquisa através das suas narrativas faz com que se possa encontrar, através de suas falas, a expressão da subjetividade que se entrelaça com as tramas sociais vivenciadas pela comunidade da qual fazem parte, havendo entre elas uma interseção apontada pelos marcadores de gênero e raça. Assim, a pesquisadora deve tomar por base, sem interferir, deve “captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e se insere nas coletividades a qual o narrador pertence.” (QUEIROZ, 1997, p. 20). Ainda sobre narrativas de vida, destaca-se:

O esquema de narração substitui o esquema pergunta-resposta que define a maioria das situações de entrevista. O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea narração dos acontecimentos. Seria, contudo, ingênuo afirmar que a narração não possui estrutura. Uma narrativa está formalmente estruturada; como apontamos acima, a narração segue um esquema autogerador. Todo aquele que conta uma boa história, satisfaz às regras básicas do contar histórias. Aqui surge o paradoxo da narração: são as exigências das regras tácitas que libertam o contar histórias. (BAUER e JOVCHELOVITCH, 2008, p. 96).

No que tange à escolha das participantes, quero ressaltar que ser pesquisadora e aluna da universidade, assim como as interlocutoras, foi um fator importante que contribuiu para estabelecer contatos. Afinal, pelo fato de participar do Grupo de Direitos Humanos e da Incubadora Social da UNILAB, e acompanhar com frequências pautas relacionadas às discussões de gênero e raça, tive contato com todas as interlocutoras durante os diversos encontros que participei. Desta forma, ao procurá-las e conversar sobre a pesquisa, tive

receptividade por parte de todas as participantes, e acredito que o fato de ser uma pesquisadora insider contribuiu para a aceitação das mesmas em participar.

Como pesquisadora e ativista, quero contribuir para a formação de uma visão transformadora acerca do papel da mulher negra, compreendendo como se processam as desigualdades sociais a partir de gênero e raça a partir das narrativas das interlocutoras. Nessa busca de encontrar o outro, encontro a mim mesmas, pois se trata de um processo dialógico, sendo a antropologia essencialmente dialógica. Alguns relatos de mulheres em campo mostram como elas vivenciaram essa experiência, “redefinindo sua própria identidade de mulher, pesquisadora, engajada e não apenas de ‘cientista neutra e assexuada’.” (GROSSI, 1992, p. 22).

Ressalto ainda que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, busquei considerar a participação delas através do seu ativismo e trajetórias de vida. Chegando após essa busca através de diálogos com outras pessoas as interlocutoras com os perfis a seguir: jovem solteira sem filhos; jovem casada com filhos; mãe jovem solteira vinda de assentamento; adulta mãe solteira quilombola; adulta casada com filho. Sobre a relação entre pesquisador e narrador, Queiroz (1997, p. 18) argumenta que:

O pesquisador é guiado pelo seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois, pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador.

O estudo foi desenvolvido através de entrevistas semiestruturadas, trazendo histórias de vida, levantando fatos e eventos das trajetórias, com especial interesse nos relatos do acesso à Universidade. “E o empreendimento mais notável para superar o tipo de entrevista baseado em pergunta-resposta. Ela emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar história, para conseguir este objetivo.” (BAUER e JOVCHELOVITCH, 2008, p. 95). Essa escuta se faz necessária visto que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas.” (RIBEIRO, 2017, p. 69). Sendo assim, uma pesquisa etnográfica desse tipo constitui um modo de escutar as vozes de mulheres negras sobre si mesmas, sobre suas percepções da sociedade e do que precisa ser mudado nela. Bonetti (2009) chama atenção para a importância de uma reflexão multifacetada, de modo a não reificar na escrita a dicotomia dominantes-dominadas, mas

considerar a agência das mulheres e suas formas de resistir e alterar esses quadros de desvantagem.

Na realização deste trabalho etnográfico foram também utilizados, como instrumentos de pesquisa, registros em diário de campo, levantamento documental e observação participante, além da escuta das narrativas já mencionadas anteriormente. Ao realizar um trabalho etnográfico, é importante ter em mente que “a etnografia situa-se ativamente entre poderosos sistemas de significados. Coloca suas questões nas fronteiras entre civilizações, culturas, classes, raças e gêneros.” (CLIFFORD, 2016, p. 33). “A solução deste problema parte da própria experiência etnográfica. É preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam ao invés de escutar o que outros dizem que elas fazem e pensam.” (SUÁREZ, 1994, p. 10).

Por fim, realizei, na sessão de depoimentos que compõe esta pesquisa, a análise e a apresentação dos dados através da escrita. Ciente de que o antropólogo “[...] tem de prestar contas em algum momento do escrever. O que significa dizer que há de se permitir sempre o controle dos dados pela comunidade de pares, isto é, pela comunidade profissional.” (OLIVEIRA, 2000, p. 27). Sobre essa questão, o autor acrescenta que:

Entendo que para se elaborar o bom texto etnográfico, deve-se pensar as condições de sua produção a partir das etapas iniciais da obtenção dos dados - o olhar e o ouvir -, o que não quer dizer que ele deva emaranhar-se na subjetividade do autor/pesquisador. Antes, o que está em jogo é a "intersubjetividade" - esta de caráter epistêmico -, graças a qual se articulam, em um mesmo horizonte teórico, os membros de sua comunidade profissional. E é o reconhecimento dessa intersubjetividade que torna o antropólogo moderno um cientista social menos ingênuo. Tenho para mim que talvez seja essa uma das mais fortes contribuições do paradigma hermenêutico para a disciplina (OLIVEIRA, 2000, p. 31).

Assim, apresentarei ao longo desta pesquisa as narrativas colhidas durante o trabalho de campo que me permitiram chegar às conclusões acerca das inquietações e objetivos desta pesquisa com o intuito de fornecer ao leitor ou leitora o aprofundamento sobre a temática abordada.

1.4 Primícias e complicações do campo com a pandemia

1.4.1 *O campo preliminar*

Apresento aqui, entre os passos metodológicos da pesquisa de campo, o resgate de momentos que ocorreram na fase inicial desta pesquisa durante o ano 2019 e 2020. São

eles: A pesquisa documental; a participação em círculos de convivências com mulheres da cidade; e passos da primeira narrativa colhida com o objetivo de aperfeiçoar a técnica a ser utilizada.

O trabalho de campo como uma estratégia presente na construção da etnografia tem seu marco na antropologia clássica com Bronislaw Malinowski através da busca por registrar dados relativos aos povos “exóticos” através do seu trabalho etnográfico “Os Argonautas do Pacífico”. De acordo com Castro (2016), citado por Filho e Martins (2018):

Talvez o mais importante para sua fama posterior tenha sido a defesa apaixonada que Malinowski fez da pesquisa de campo com observação participante. A introdução de Argonautas, primeiro dos textos incluídos nesse capítulo, pode ser lida como manifesto a favor de uma antropologia —ao ar livre, na qual o pesquisador passa a conviver com os nativos em suas aldeias por um longo período de tempo, aprende sua língua e vive situações existenciais que apenas seriam possíveis com essa inserção. A partir dessa experiência, ele estará bem habilitado a captar a totalidade da vida de uma determinada cultura, observada — do ponto de vista dos nativos e acima de tudo sua — visão de mundo (CASTRO, 2016, p. 93, apud FILHO e MARTINS, 2018, p. 3).

A pesquisa científica deve apresentar resultados claros e honestos, sendo assim entendo que “a etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências, nem sempre contou no passado com um grau suficiente deste tipo de generosidade.” (MALINOWSKI, 1978, p. 32), neste sentido, não pode contar com dados extraídos do nada. A respeito das dificuldades iniciais do seu primeiro trabalho de campo, o autor comenta:

Lembro-me das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desespero e desalento após inúmeras tentativas obstinadas, mas inúteis para tentar estabelecer contato real com os nativos e deles conseguir material para minha pesquisa. Passe por fases de grande desânimo, quando então me entregava à leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical se entrega à bebida. (MALINOWSKI, 1978, p. 37).

De Malinowski até os dias atuais, a Antropologia passou por diversas mudanças. Hoje em dia, a etnografia pode se centrar em trabalhos mais focados relativos a determinadas temáticas e grupos, como a pesquisa ora apresentada. No entanto, o trabalho de campo e a construção de dados através do encontro com o outro continuam sendo fundamentais para a construção de uma narrativa delicada e densa.

Neste contexto, agora focada em estudar as tramas sociais que envolviam gênero, e raça, busquei iniciar meus trabalhos de campo, sob orientação do professor Marcelo

Natividade, sendo provocada por meu orientador a estar com o outro, mergulhar neste contexto das mulheres em Redenção. Assim foi sugerido fazer uma coleta documental de materiais interessantes para a pesquisa, como leis que tratassem de políticas públicas para as mulheres em Redenção ao longo destes mais de 150 anos; comecei, ainda, a construção de um diário de campo, como orientou o professor. Juntos, pensamos ser proveitoso seguir minhas inquietações para elucidar os nexos entre as narrativas de mulheres em Redenção e a relação delas com o acesso às políticas (ou não). Por meio de um “campo”, discutir, entre elas, como essas atrizes sociais “compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política” (KUSCHNIR, 2007, p. 163). Compreende-se aqui “política” num sentido amplo, de muitos fazeres políticos na cena social de Redenção.

Iniciei meus trabalhos de campo pela Câmara Municipal de Redenção na manhã do dia 7 de agosto de 2019. O prédio fica localizado na entrada da cidade, no sentido Redenção-Baturité, tendo sido construído na segunda metade do século XXI. Era um dia de intensas atividades na Câmara por conta das sessões que acontecem às sextas-feiras, e assim que cheguei fui orientada a falar com o funcionário mais antigo da casa através de uma funcionária que me falou, ao indagá-la sobre como faria para ter acesso às leis municipais que tratassem de políticas públicas para mulheres, arregalando os olhos: “Minha filha, se alguém souber dessas leis é o seu fulano, é com ele.”

Dirigi-me então até ele, um senhor branco, com cerca de 70 anos que dedicou grande parte da sua vida ao trabalho na repartição, que, me olhando desconfiado, falou: “Para que você quer saber dessas leis de mulher? Nem sei se tem..” Respondi que fazia parte do meu trabalho de mestrado e ele resmungou: “Ah! Tá, você não pode procurar no site?” Disse que já tinha procurado e não havia encontrado nada sobre, então ele, com bastante má vontade, falou: “Então precisa de um ofício para o presidente da Câmara.” Neste momento puxei de dentro da minha pasta o bendito ofício. Ele olhou com mais raiva e disse: “Pode deixar aqui, vou protocolar e lhe mantenho informada.”

Confesso que saí deste ambiente um pouco angustiada, primeiro pela falta de acolhida, segundo por pensar o quanto nós mulheres a todo o momento somos testadas e temos sempre que estar submetidas a diversas situações deste tipo. Passados alguns dias recebo a ligação de uma das funcionárias avisando que o material estava pronto e que deveria ir pegar. Recebi o material, assinei o ofício e em seguida abri o envelope, lá estavam quatro

leis que representavam as políticas públicas para mulheres no município. Tive uma mistura de sentimentos – primeiro, de alegria por ter conseguido, e segundo, de decepção por serem apenas quatro. Não tive como conter as lágrimas. A Câmara de Redenção foi criada em 21 de agosto de 1871, e eu tinha ali em minhas mãos cerca de 148 anos de história. Era 25 de setembro de 2019 quando recebi o material.

Como campo preliminar, buscando ampliar redes e conhecer lutas, participei em novembro de 2019 de atividades no Mês da Consciência Negra, através de rodas de conversas com mulheres das comunidades em que se debateu a presença da mulher negra em Redenção a partir da Imagem da “Negra Nua”. O monumento “Negra Nua”, como falei anteriormente, faz parte da simbologia feminina na cidade, tem aproximadamente cinco metros e foi erguido por ocasião do aniversário de emancipação política do município em 1968. Foi criado pelo artista plástico Eduardo Pamplona e fica localizado na entrada da cidade, na Avenida da Abolição. Para alguns, o monumento traz as marcas de um Brasil colonial em uma imagem de mulher negra submissa e sensualizada. Para outros, simboliza a liberdade. É importante pensar ainda sobre a época em que foi erguido, durante o período da ditadura, época da ideologia da democracia racial, da negação dos problemas sociais do país e da falta de políticas públicas destinadas à população negra. Representaria ele submissão ou libertação?

Desde a chegada da UNILAB na cidade, muitos questionamentos têm sido levantados acerca da presença do monumento. Sobre o monumento, Rodrigues (2018, p. 17) destaca:

O mito redencionista da abolição concedida e festiva perpassa os monumentos locais. Dentre os quais destaca-se uma figura feminina: a “Negra Nua”, um monumento na entrada da cidade no formato da imagem de uma mulher negra, nua, de joelhos com as mãos erguidas para o alto como em agradecimento à liberdade recebida. Essa imagem está presente nas embalagens de produtos locais (doces e cachaça), decoração de ambientes públicos e outras formas de veiculação comercial. No entanto, é vazia de historicidade, de referencial identitário e sentido político. É uma imagem sem nome, sem referências que perpassa apenas os limites do entendimento de que teria sido uma escravizada que ao deixar morrer o filho do seu senhor (devido a uma queda) teria sido mutilada (seio cortado) e após, queimada e enterrada viva na senzala da casa-grande.

Seguindo essa inquietação, considero parte dos objetivos desta pesquisa antropológica entender como as interlocutoras interagem com os mitos e tradições locais, sejam eles a “Negra Nua”, as narrativas de devoção à Santa Rita de Cássia ou outras possibilidades. “Neste caso, a ciência social (e a antropologia como parte dela) passa a se

definir como eterna construção e superação de si mesma, o novo se construindo sobre os ombros de antecessores.” (PEIRANO, 1999, p. 18).

Interessada em adentrar as tensões entre tradições culturais locais e a experiência de mulheres na cidade, participei de atividades comunitárias diversas, como as citadas rodas de conversas, espaços de convivência comunitária, realizadas durante o mês da Consciência Negra, com mulheres inscritas nos programas destinados a famílias vulneráveis da Secretaria Municipal de Assistência Social de Redenção. Estive em cinco encontros envolvendo o mesmo tema nas localidades de Barra Nova, Parada, Serrinha Bela, Antônio Diogo e na sede do município de Redenção que agregou mulheres de distintas gerações, entre dezoito e setenta anos, das quais todas tinham filhos, algumas eram mães solteiras e outras, em sua grande maioria, tinham companheiros.

Cheguei até essas rodas de conversas através de uma visita feita à Secretaria de Assistência. Ao conversar com uma das técnicas sobre a política de assistência destinada às mulheres, recebi o convite para acompanhar esses eventos que aconteceriam no mês de novembro. Aprendi nestes momentos que as mulheres gostavam de participar das conversas e das brincadeiras que ocorriam antes dos encontros. Durante eles, algumas eram participativas, enquanto outras ouviam, silenciosamente ou constrangidas, quando a conversa era a violência contra a mulher.

Uma destas rodas foi realizada na comunidade de Parada, distante oito quilômetros da sede do município. É uma comunidade com famílias de baixa renda, com dificuldades de acesso à água, além de não possuir nenhum espaço de convivência com atividades voltadas para as famílias da comunidade. Chamou-me a atenção as atividades locais restritas à missa mensal, visitas de agente de saúde e ações da Pastoral da Criança. No primeiro semestre, a Secretaria tinha realizado um encontro com essas mulheres. Vou relatar uma das ocasiões em que as experiências reportavam aos seus anseios e preocupações no encontro do segundo semestre do qual participei.

Era sexta-feira, 22 de novembro de 2019, por volta das dezesseis horas, quando chegamos à localidade, na pequena praça de aproximadamente dez metros com um canteiro central e sem bancos, e um grupo de quinze mulheres aguardava nossa chegada sentadas com as cadeiras e tamboretas que cada uma trazia de sua casa. Esse foi o único encontro no qual chegamos atrasadas, por conta da dificuldade de transporte (o único carro disponível pela secretaria tinha ido para Fortaleza e atrasou na volta). Já na descida do carro,

uma delas falou: “Se não tiverem trazido o lanche, pode voltar.” Outra falou, dando uma cotovelada na que se pronunciou: “Muié, deixa de ser mal educada.” A técnica sorriu e disse, “trouxemos e já vamos começar”, se desculpando pelo atraso.

O encontro começou com uma breve fala da técnica, que em seguida introduziu a seguinte pergunta: “O que a imagem Negra Nua lembra para você?” Entre as falas, as mulheres citaram liberdade, sofrimento, pena pelas correntes, nossa história, até que Dona Dodô, a matriarca da comunidade, franziu a testa e disse que ia falar, e continuou dizendo: “As pessoas negras sofreram e ainda sofri muito, eu tive oito ‘fios’, criei todos com muito sacrifício, mas todos deram pra gente e meu marido era muito bom.” Ela continuou falando da sua mocidade, que tudo era mais calmo e que não tinha violência, mas que hoje em dia era muita violência, as mulheres eram mortas com muita facilidade pelos maridos e que isso não era o que Deus queria.

Dona Dodô era uma senhora negra de 78 anos, porém me chamou a atenção a sua lucidez, e por trazer em sua fala o tema da violência contra a mulher. O encontro continuou com uma das mulheres presentes que questionou o porquê de hoje em dia se falar tanto em violência e tantas mulheres morrerem. Outra citou um caso bárbaro que tinha assistido há poucos dias em um destes programas que falam de crimes e violência. Por fim, a técnica concluiu comentando um pouco sobre dados da violência contra mulher e falando sobre o combate ao racismo e preconceito. Houve o abraço final, o lanche e a despedida. No final, me angustiei um pouco com elas perguntando quando teria outra roda de conversas, se iríamos voltar antes do final do ano. Ao longo de todas as rodas de conversa percebi que cada encontro gerava discussões com temas completamente diferentes, embora partissem da mesma pergunta, no entanto, era visível o quanto elas gostavam de vir conversar e de poder estarem juntas em comunidade.

É interessante pontuar que todos esses momentos me foram instigantes contribuindo para os passos metodológicos da pesquisa, porém, indo além ao me propiciar a vivência pessoal com o “outro”.

A noção de alteridade é considerada como vivência dentro do encontro do —eu (considerado enquanto self, o antropólogo enquanto pesquisador) com o —outro (enquanto aqueles que são sujeitos de pesquisa do antropólogo). A condução da realização da pesquisa etnográfica é um experimento antropológico que se dá dentro de uma relação de bilateralidade que se apresenta como a dimensão comum entre observador e observados. Assim, implicitamente se estabelece na prática da pesquisa etnográfica um processo em que se desencadeia a alteridade dentro da prática de realização de pesquisa do campo da antropologia social ou cultural. (FILHO e MARTINS, 2018, p. 1).

Cabe ressaltar que entre 2019 a fevereiro de 2020 também realizei, em campo, participação no Encontro as Pretas na UNILAB, contatos com a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência com o intuito de saber quais políticas públicas eram voltadas para a mulher, nestas respectivas secretarias. Com relação às mulheres jovens, acompanhei o desenvolvimento do Projeto de Autoimagem Feminina, realizado pela Escola Camilo Brasiliense, com oito jovens de famílias vulneráveis que eram vítimas de relacionamentos abusivos. Também participei de dois momentos do programa de rádio Nos Passos da Fé, realizado por uma mulher feminista e radialista local – um deles debateu as perspectivas de futuro destas jovens mulheres com uma aluna do IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará) e outra da rede municipal de ensino; o segundo programa abordou o acesso à educação com duas jovens estudantes da UNILAB. Fechando esse ciclo de convivência com mulheres, participei do “Encontro Mulheres que Lideram na Política e na Comunidade” em fevereiro de 2020, pouco antes da pandemia do Novo Coronavírus. Descreverei com mais detalhes parte destas ações de campo ao longo do trabalho escrito.

Realizei ainda, em dezembro de 2019, uma primeira conversa exploratória com o objetivo de começar a ouvir mais de perto sobre tais narrativas e avaliar posteriormente quais métodos e técnicas fazer uso. Essa entrevista foi forte e impactante, estava frente a frente com uma jovem universitária, negra, mãe, que me falou sobre sua chegada na universidade, seus aprendizados, os desafios para concluir o curso e ter que trabalhar. Passei a pensar sobre como a educação torna as mulheres empoderadas e a lamentar pela postura histórica do Estado em negar a tantas mulheres o direito de ver o mundo de outra forma, a partir da educação. Lembrei-me das jovens da Escola Camilo, e pensei “quantas delas chegariam à Universidade, como minha interlocutora chegou?.” Minha mente também foi marcada pela fala dela sobre racismo quando disse: “E aí assim, quando eu comecei a me ver, a me reconhecer, foi aí que eu percebi que muitas daquelas coisas que eu passei que eu passava eram por conta da minha cor, entendeu? E aí é por isso que eu falo que foi um processo árduo, porque eu comecei a perceber que eu era negra, não a partir do que eu realmente era, mas a partir do que as pessoas faziam comigo.”

Todos os passos dados em campo me fizeram compartilhar de várias experiências de vida com diferentes mulheres da cidade de Redenção, e embora o meu caminho seja a pesquisa com jovens universitárias, foi fundamental participar de todos esses episódios de movimentação das mulheres pela cidade, pois através deles foi possível refletir e relacionar

tudo que vi e ouvi através das suas rotinas e vidas comunitárias, pude perceber diversos mecanismos através dos quais essas mulheres constroem suas vidas. No meio de tantas vidas, algumas delas tão sofridas, como as das mulheres das rodas de conversas dos programas de famílias vulneráveis que conseguem sobreviver com uma renda em média de R\$ 300,00, pensei sobre a minha própria vida e de como desenvolver essa pesquisa seria importante para minha cidade: “minha vida é esta vida, vivida aqui, no horizonte espaço-temporal estabelecido pelo meu corpo, mas também está lá fora, implicada em outros processos vivos dos quais eu sou apenas mais uma.” (BUTLER, 2012, p. 5).

É relevante a construção de pesquisas que busquem discutir as questões relacionadas a gênero, raça e classe, afinal, estamos em uma sociedade onde várias mulheres, principalmente as negras, sofrem violência física ou simbólica diariamente, em que nos é negada a participação política com equidade, e as mães negras choram a perda de seus filhos mortos por policiais. “Onde estão sendo abertas as fissuras que avançam, hoje, desarticulando a colonialidade do poder, e como podemos falar delas? Que papéis desempenham as relações de gênero nesse processo?” (SEGATO, 2012, p. 106).

No meio de tudo isso, me pergunto: onde está o Estado e o seu poder de execução das políticas públicas? Continua nas mãos dos brancos com suas marcas de coronelismo, clientelismo e corrupção? Essas e tantas outras inquietações após esse trabalho de campo preliminar me fizeram avançar na construção da pesquisa hora apresentada, uma vez, que discutir o lugar da Universidade na sua percepção das relações de gênero, de modo a identificar, em suas narrativas, situações que envolvam opressão e marginalização, bem como tensionamento e reposicionamento em suas lutas e vidas cotidianas.

1.4.2 *Etnografia em tempos de isolamento*

O campo preliminar me deu subsídios para avançar na pesquisa, porém, quando estava preparada para iniciar o contato com as interlocutoras, fomos surpreendidos pelo anúncio do Novo Coronavírus que chegava. E, de repente, tudo mudou, as certezas se transformaram em incertezas, as pessoas ficaram perplexas sem entender. O que estava acontecendo com o mundo?

No início do ano de 2020, fomos confrontados diante de uma doença infecciosa emergente, para a qual não há tratamento, nem vacina, nem imunidade preexistente. Além disso, os processos de tomada de decisões estão baseados em protocolos que mudam conforme os contornos dinâmicos apresentados pela origem e distribuição

do vírus (e da infecção) em diferentes indivíduos e grupos; em conhecimento científico ainda incipiente (apesar do intenso esforço de equipes internacionais de pesquisas), especialmente sobre o papel dos portadores assintomáticos, sobre a relação entre infecção e imunidade e sobre a especificidade e sensibilidade dos testes diagnósticos. Nesse contexto de incertezas, somos forçados a alterar a rotina e os laços sociais, através do distanciamento social que permite a redução da velocidade de dispersão do vírus e, conseqüentemente, do número de pessoas que, simultaneamente, precisariam da estrutura hospitalar de alta complexidade para o tratamento dos sintomas graves. (GRISOTTI, 2020, p. 1).

Fomos atingidos pela pandemia do Novo Coronavírus e tudo isso modificou nossas vidas, agora teríamos que conviver com o isolamento social. Confesso que pensava muitas coisas entre elas: Como daria continuidade à pesquisa de campo? Como fazer etnografia neste momento? Será que existiria amanhã ou morreria?

Assim me vi profundamente afetada e com crises de ansiedade, no início experimentei uma sensação de pânico que me paralisava. Passava o dia pensando sobre quando chegaria minha hora, chorava muito e a noite tinha insônia. Perdi muitas pessoas queridas e próximas, vi gente em minha cidade morrer pela falta de um respirador, muitos passando fome e com muitas contas para pagar, afinal, o auxílio do governo não chegou para muitos. Que vida é essa que estamos vivendo? Como um vírus é capaz de mudar nossa história e exacerbar tantos problemas sociais? Como eu iria conseguir terminar uma pesquisa em um contexto tão adverso em minha vida e na dos demais brasileiros aos quais foram negadas políticas de combate a COVID, colocando em prática uma necropolítica? “Sobre essas vidas precárias e extenuantes para corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos.” (VERGÈS, 2020, p. 25).

Realizar uma pesquisa dentro de um quadro de ruptura social e distanciamento do cotidiano foi provocador. No entanto, me fez lembrar as mudanças que a Antropologia passou ao longo de sua história para que chegássemos até aqui. Isso é desafiador, envolve estranhamento e abre espaço a cada um como antropólogo a possibilidade de experimentar o novo, e talvez o sentimento seja um pouco parecido com o de Malinowski diante das incertezas de sua pesquisa de campo. A situação pela qual passamos em meio à pandemia pede da Antropologia que ela vá além. O mundo está em movimento constante, não podemos ficar parados, como lembra Clifford (2016, p. 56):

Apoiamo-nos, hoje, sobre uma terra em movimento. Não há mais um ângulo abrangente de observação (no topo da montanha) a partir do qual mapear os modos de vida humanos, nenhum ponto arquimediano a partir do qual representar o mundo. As montanhas estão em movimento constante, bem como as ilhas: pois não se pode ocupar, sem qualquer ambigüidade, um mundo cultural de fronteiras nítidas, a partir do qual se aventurar e analisar outras culturas. Os modos humanos de vida cada vez

mais influenciam, dominam, parodiam, traduzem e subvertem uns aos outros. A análise cultural está sempre perpassada por movimentos globais de diferença e poder.

O número de pessoas infectadas crescia assustadoramente e, em poucos meses, tivemos inicialmente 36 mortes em minha cidade, somadas a um quadro devastador no país e no mundo. Todas essas questões me deixaram profundamente inquieta neste período, enfrentando a mim mesma e pensando, sempre que fechava os olhos à noite, nos caixões e valas com tanta gente morta. É importante para mim, enquanto pesquisadora, pensar que as mortes estão relacionadas a corpos que perderam seu direito a vida, pois estamos em um momento onde os que assumem o poder no Estado tentam de todas as formas, através do negacionismo, dizer que o vírus não existe, que é apenas “uma gripezinha.” Os corpos sem vida, em sua grande maioria, são corpos negros, atravessados pela desigualdade social, tendo no fim de tudo negado o direito a um sepultamento digno com os seus e a vivência da despedida e do luto. “Por isso, sociólogos e antropólogos, através de suas peculiares ferramentas teóricas e metodológicas, detêm, muitas vezes, a chave [...] o auxílio na construção de uma consciência de interdependência, requerida para a governança global em saúde.” (GRISOTTI, 2020, p. 6). A autora ainda acrescenta que

O peso das desigualdades sociais e a existência de muitos grupos vulneráveis se tornam evidentes no momento da adoção de medidas de contingência para o controle de epidemias. Afinal, como está proposto o distanciamento social para grupos vulneráveis economicamente? Como viabilizar a higiene em locais carentes de infraestrutura básica de saneamento? Em geral, a resposta é: nesse caso, não há o que fazer no momento. (GRISOTTI, 2020, p. 2).

Recolocando, neste contexto, a necessidade de não perder o foco em relação à pesquisa, decidi, durante um certo período, acompanhar notícias relacionadas às mulheres negras com os marcadores de gênero e raça, através das redes sociais, fazendo reflexões a respeito em meu diário de campo. Foi possível perceber que a pandemia tinha um “rosto de mulher negra” de maneira muito forte, afinal, elas, em grande maioria, trabalham arduamente, principalmente como empregadas domésticas, no mercado informal; muitas não têm trabalho e dependem de políticas sociais; algumas são mães solo e de muitos filhos. Muitas dessas mulheres se arriscam diariamente a contrair o vírus na busca pela sobrevivência. É difícil, por exemplo, para uma mulher negra mãe de muitos filhos ficar em casa sem “comida na panela”. Sobre desigualdes entre mulheres negras e brancas pontua-se :

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham,

tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros. Consequentemente, elas têm como passatempo discutir a legitimidade das coisas, reclamar que não querem "incomodadas" no metrô ou aspirar a postos de liderança de grandes empresas. (VERGÉS, 2020, p. 25).

Como aponta Carneiro (2011), nós mulheres negras no Brasil fazemos parte de um contingente de mulheres que, historicamente, através de um pacto da branquitude, teve negado o direito a boas oportunidades de trabalho, e ao longo da história nos dispusemos a aprender a ser forte, em um país onde o mito da "fragilidade feminina", das musas brancas rainha dos lares foi estabelecido, fomos condenadas às rainhas do nada.

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2011, p. 1).

A pandemia mostrou ao mundo o quanto somos frágeis e vulneráveis, o quanto o acesso à saúde ainda é precário para a população negra e pobre. Mostrou ainda que, mesmo dentro de casa, não estamos seguras. O que dizer das mulheres negras vítimas de violência doméstica, violência obstétrica? Ou, ainda, abortos mal sucedidos? Através do acompanhamento de tantas notícias relacionadas a gênero, raça, classe e território, ficou ainda mais evidente para mim a problemática das relações sociais no país. No aspecto relacionado ao papel do gênero nas relações de poder, Segato (1998, p. 3) salienta que:

Por minha parte, afirmo que os gêneros constituem a emanção, por meio da sua encarnação em atores sociais ou personagens míticos, de posições numa estrutura abstrata de relações que implica uma ordenação hierárquica do mundo e contém a semente das relações de poder na sociedade.

Outro ponto de encaminhamento na continuidade dos estudos de campo foi à reflexão a respeito de como poderia ser feita a escuta das narrativas das interlocutoras. Foi preciso pensar com sensibilidade e questionar: Como as interlocutoras estariam organizando sua vida em meio a tudo isso? Além de pesquisadora, sou mulher negra e sei na pele como era difícil se manter organizada (interna e externamente) durante esse período. Afinal, parte delas eram mães, trabalhadoras e responsáveis pela organização das suas casas.

Sendo científica a antropologia, não se pode desconsiderar que embora a alteridade esteja na centralidade da relação bilateral como campo dinâmico do ser e fazer antropológico, os mecanismos metodológicos caracterizam o antropólogo como um pesquisador e como tal, instigante, que indaga muitas vezes e reconsidera a experiência através dessa mesma vivência pessoal na interação social e de alteridade. (FILHO e MARTINS, 2018, p. 5).

É desafiador para mim entender como a pandemia mexeu com a forma de se fazer pesquisa e impôs desafios. Como fazer etnografia sem ir a campo do modo tradicional, face a face, na interação presencial? Essa era a pergunta que não calava no momento. O caminho apontado para a resposta é a tecnologia.

A Antropologia de campo sempre me remetia à ideia de estar presencialmente com minhas interlocutoras, poder ouvi-las e vê-las. Porém, me surgiu como inovadora a possibilidade de realizar esse contato com elas através de meios virtuais. Qual melhor plataforma a ser usada? Como fazer para chegar o mais próximo possível delas nesta realidade on-line? Seria o processo de interação através das redes sociais capaz de produzir uma relação de maior interação entre nós?

Após observar a realidade territorial e as limitações geradas pelas dificuldades de estabilidade da internet, optei por realizar a escuta das narrativas através de chamada de vídeo por meio do WhatsApp, e como forma de registro para posterior transcrição utilizei também o gravador de voz do celular. Coloquei-me “em um campo” novo e hesitante. Sobre mudanças, Geertz (2012, p. 9), sublinha:

Mas assim também mudou o antropólogo. Assim tem mudado a disciplina em que o antropólogo atua, o ambiente intelectual no qual essa disciplina subsiste, e a base moral em que se assenta. Assim têm mudado os países nos quais as duas cidades se incluem, e o mundo cosmopolita de que os dois países fazem parte. Assim tem mudado precisamente a percepção de todos sobre o que na vida é conveniente. É como Heráclito ao cubo, e de forma mais intensa. Quando tudo muda, do pequeno e imediato ao vasto e abstrato – o objeto de estudo, o mundo imediatamente em torno dele, o estudioso, o mundo imediatamente à sua volta, e um mundo mais amplo à volta de ambos –, parece não haver lugar para se posicionar, de modo a localizar exatamente o que mudou, e - de que maneira.

Nesta perspectiva dando continuidade ao campo seguindo todas as orientações da Organização Mundial da Saúde e dos órgãos de segurança sanitária, no sentido de manter o distanciamento social, realizarei as entrevistas através de encontros individuais com cada interlocutora de forma virtual. Tomei essa decisão visando à minha segurança e à segurança das minhas interlocutoras. “Nesse contexto de incertezas, somos forçados a alterar a rotina e os laços sociais, através do distanciamento social que permite a redução da velocidade de

dispersão do vírus [...]” (GRISOTTI, 2020, p. 1). Afinal, a pandemia me mostrou que é tempo de valorizar a vida é tempo de autocuidado, porém também é tempo de cuidar do outro.

Nestes tempos de incerteza e dor, o contato, embora virtual, ganha um novo significado, e ouvir requer de cada um de nós ainda mais atenção e capacidade de encontrar-se com esse outro, ouvindo o que não foi dito, através do sentir. Percebi durante os encontros realizados que, embora virtuais, foi possível a produção de dados relevantes que contribuíram significativamente com os objetivos da pesquisa.

Foi muito interessante ouvir cada uma neste momento de pandemia, senti que estávamos próximas e o quanto foi gratificante para mim e para elas o exercício do falar e do ouvir. É importante pontuar que essa pesquisa etnográfica, visa à produção de um saber, mas situado. As falas das interlocutoras trouxeram à tona suas memórias, aprendizados, desafios, conquistas e toda a força do seu protagonismo femininista em prol das mulheres. Assim eu e minhas interlocutoras mergulhamos juntas neste trabalho etnográfico que nos permitiu estar juntas mesmo durante a pandemia. Os resultados destas narrativas serão apresentados na sessão narrativas pessoais.

2 A CIDADE E AS IMAGENS DOS FEMININOS

Quando pensamos na cidade, encontramos nela um conjunto de relações e estruturas físicas com diversos grupos que disputam espaços construídos socialmente e que, muitas vezes, são excluídos através das barreiras sociais criadas.

Este capítulo se volta para a minha inquietação como pesquisadora, pontuando questões que me levaram a pesquisar sobre a resistência da mulher negra na cidade e o acesso às políticas de educação superior como marcador dessa resistência na trajetória das mulheres entrevistadas. Neste momento, ao falar da cidade, busco trazer uma reflexão sobre como minhas interlocutoras, a partir do questionamento das estruturas de poder local, se sentem provocadas a pensar a cidade numa perspectiva decolonial.

Neste contexto, percebemos que a cidade, através das pessoas, é repleta de hábitos e costumes que, conseqüentemente, revelam uma organização moral que se relaciona com sua estrutura física, dando espaço a uma ampla construção de estruturas visíveis e invisíveis (PARK, 2018). Partindo deste ponto de vista, temos então a cidade de Redenção e toda a sua história de “libertação” dos escravizados no Brasil, motivo de orgulho para muitos dos seus habitantes locais. No entanto, essa história sempre foi contada pela força do patriarcado, até a chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Outras vezes, sufocada pelas dinâmicas do racismo estrutural sob a afirmação do senso comum compartilhado que “não existem negros no Ceará.” Essa contradição é reveladora de problemas sociais importantes de serem conhecidos pela ciência e pela social através da antropologias.

Assim, o que me motivou, a princípio, nesse capítulo da pesquisa, a pensar a cidade a partir dos marcadores de gênero, raça e suas relações como o poder colonialista foi minha percepção enquanto pesquisadora, mulher negra, nascida em Redenção e que desde muito criança se questionava a respeito da cidade e sua simbologia do feminino: por que existia uma mulher negra, acorrentada, tão parecida comigo, na famosa imagem intitulada “negra nua”? Por que rezar uma Ave Maria para a Princesa Isabel, no dia 13 de maio, por ela ter libertado os escravizados? Por que tanto silêncio sobre “a negra nua”? Por que tanta falta de importância daquele monumento que me fascinava pela força, não dos grilhões, mas da sua nudez ancestral, que a libertava? Por que tantas mulheres vestiam preto e choravam tão emocionadas com os benditos e a história de Santa Rita de Cássia?

Muitos anos se passaram, e foi na Antropologia que pude voltar a desnaturalizar de maneira muito forte tudo aquilo que parecia tão normal em nossa cidade ao ler Ruth Landes e a “cidade das mulheres.” Nesse confronto simbólico e físico, a cidade é essa imensa estrutura que responde aos seus moradores baseada na tradição, cultura e interesses envolvidos (PARK, 2018). A Antropologia me fez questionar caminhos que até então pareciam tão acertados, dentro de um inconsciente coletivo que tornou invisível a história de tantas mulheres negras que construíram e constroem diariamente a luta e resistência na conhecida “Rosal da Liberdade”, Redenção. Peirano (2018, p. 389) afirma que

Etnógrafos fomos/somos ávidos em conhecer o mundo em que vivemos, nunca nos conformamos com predefinições, estamos sempre dispostos a nos expor ao imprevisível, a questionar certezas e verdades estabelecidas e a nos vulnerar por novas surpresas. Repito, se aqueles que nos antecederam privilegiaram a exploração no duplo sentido do termo do exótico, hoje reavaliamos e ampliamos o universo pesquisado com o propósito de expandir o empreendimento teórico/etnográfico, contribuindo para desvendar novos casos que nos ajudem a entender o mundo em que vivemos.

É importante salientar que o estudo em questão analisa trajetórias femininas, exclusivamente de mulheres negras, que tiveram acesso à educação superior enquanto política pública, inventariando se e como esse acesso impacta suas percepções de gênero e poder, através das suas narrativas. Proponho desta forma, a construção de um trabalho de antropologia engajado, como destaca Peirano (2018, p. 382):

É este contraste, estas surpresas sempre à espreita dos pesquisadores, destemor em explorar o mundo em que vivemos o colocar-se em perspectiva, a negação de demarcação de fronteiras intelectuais, a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar nossa própria cosmologia essas são posturas que estiveram sempre presentes, ontem e hoje.

Neste capítulo, apresento considerações acerca da cidade de Redenção com sua história, seus mitos, tradições, leis e movimentos locais. Os objetivos deste capítulo são entender a cidade e trazer elementos do contexto da pesquisa a partir da UNILAB e de momentos que apontam a chegada das mulheres negras a universidade.

2.1 A cidade e seus mitos e tradições culturais: da libertação a “Negra Nua”

O município de Redenção está localizado a 64 km de Fortaleza, capital do Ceará. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes a 2010, possui população de 26.415 pessoas; o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Redenção é de 0,626. Tomando por base os dados de 2017 do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), sua vegetação é composta pela caatinga com variação de clima entre tropical quente úmido, tropical quente sub-úmido e tropical quente semiárido brando é uma região de serras com solo argiloso. Sua divisão territorial abrange cinco distritos: Antônio Diogo, Barra Nova, Faísca, Guassi e Redenção-Sede. O município está localizado na Região Norte do Estado do Ceará, Macrorregião de Baturité – 08, e ocupa uma área de 225,63 km². Tem uma Latitude de 4° 13`33” e longitude 38° 43`50.” Redenção limita-se ao Norte com Acarape, Guaiúba, Palmácia e Pacoti; ao Sul com Aracoiaba e Barreira; ao Leste com Barreira e Acarape e a Oeste com Pacoti e Baturité.

Figura 1 – Mapa de Redenção



Fonte: IPECE (2020)

De acordo com os dados do IPECE (2017), em relação ao atendimento em saúde, o município possui 26 unidades de públicas e 1 privada, tendo aproximadamente 280 profissionais na área. Na educação conta com uma rede de ensino fundamental e médio com

uma taxa de escolarização líquida de 98,8; atuam na área 310 docentes da rede pública e privada, e possui ainda no ensino superior uma universidade federal. Existem no município 2.530 empregos formais nas áreas extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária.

O município não possui saneamento básico, e parte da população tem acesso à água vinda da rede da adutora do Acarape do Meio, sendo que a outra parte, aproximadamente 2.449 famílias, é abastecida por poços ou de outra forma, e 410 famílias não possuem banheiro de acordo com dados do IBGE de 2010. A população da zona urbana tem acesso à coleta de lixo, enquanto apenas algumas localidades da zona rural contam com o serviço.

No seu calendário de festividades destacam-se as festas religiosas da Padroeira da Nossa Senhora da Conceição, Festa de Santa Rita, o dia do Município em 28 de dezembro, o dia da “Libertação” dos Escravizados em Redenção 1º de janeiro, desfiles da Independência do Brasil e Festas Juninas. A cidade de Redenção conta com instituições públicas e privadas: Hospital, Delegacia da Polícia Civil e Militar, Clínicas Populares, Postos de Saúde, Enel (distribuição de energia elétrica), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), Fórum Vicente Nogueira Sales, Cartório Eleitoral, Escolas, Posto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), agências bancárias, entre outros.

A cidade de Redenção iniciou seu processo de escravização de pessoas por volta de 1702, quando os primeiros donatários de terra brancos iniciaram a expansão da cana de açúcar em seus engenhos com fabricação de cachaça e rapadura, produzidas com mão de obra escrava (SILVA, 2004). A história narra que, através do movimento abolicionista, Redenção assinala seu nome no país em primeiro 1º de janeiro de 1883, ao dar liberdade aos escravizados existentes na cidade, antes da Lei Áurea que libertou os escravizados no Brasil apenas em 1888. Os fatos históricos apontam a existência em Redenção de aproximadamente 106 pessoas escravizadas em janeiro de 1883.

O nome Redenção nasceu do brado da liberdade em primeiro de janeiro de 1883, quando o município, que se chamava Acarape, libertou seus escravos, cinco anos antes da libertação dos escravos no Brasil. A frase: “nesta terra não há mais escravos” tornou Redenção nacionalmente conhecida [...] Redenção também ganhou o cognome de Rosal da Liberdade, assim chamada pelo seu filho ilustre Perboyre e Silva. (SILVA, 2004, p. 15-16).

Silva (2004) ainda destaca que, por volta do ano 1702, período em que o Ceará vivia a expansão dos engenhos com o cultivo da cana-de-açúcar os colonos Marcelo Gomes e Pantaleão Ferreira de Castro chegam à cidade com o objetivo de fabricar cachaça e rapadura, e com isso iniciou-se o processo de escravização. Antes conhecida como Acarape, vindo a se chamar Redenção somente em 1883, torna-se município através do ato provincial da Lei 1.255 de 28 de dezembro de 1868, sendo desmembrada de Baturité (SILVA, 2004). Segundo consta no registro, o feito histórico deu-se da seguinte forma:

A multidão postada em frente, respondia com aplausos e vivas ao verbo inflamado dos oradores que no interior do salão participavam da mesa diretora dos trabalhos, presidida pelo conselheiro José Liberato Barroso. O primeiro senhor de escravos a que se apresentou à mesa para alforriá-los foi o Coronel Francisco Benvindo Vasconcelos, cujo desvelo e interesse pela bendita causa da libertação bem significativamente expressou nestes termos: “a maior mancha de minha vida foi ter sido senhor de escravos.” A vibração dos tribunais e da população ali presentes promulgou-se por tempo considerável, enquanto durou a alforria dos 116 escravos então emancipados. (SILVA, 2004, p. 44-45).

Partindo desta história a qual escutei inúmeras vezes na minha vida, confesso que até pensar sobre a proposta do meu projeto de pesquisa do mestrado em Antropologia nunca havia me dado conta de que por trás havia uma história contada por pessoas brancas que nega a existência das mulheres, em especial as negras.

Não estariam elas também lutando, ainda que silenciosamente? O que dizer da força das rezadeiras, parteiras, amas de leite? Seria o acesso à educação superior em uma universidade, com uma visão afro-brasileira, a oportunidade para que muitas mulheres negras redencionistas tivessem esse encontro com sua ancestralidade, percebendo de forma mais clara a presença do racismo e preconceito? Nessa reflexão, nos ajuda Grossi (1999, p. 8):

Mesmo reconhecendo as inúmeras situações de opressão das quais as mulheres seguidamente foram vítimas ao longo da História, creio que não é possível pensá-las independentemente de outros dados históricos e culturais. Muitas historiadoras nos têm mostrado que, mesmo em épocas de grande opressão das mulheres, havia situações e práticas nas quais elas detinham poder e reconhecimento social. No campo da Antropologia, o mesmo tem sido feito quando se reflete sobre a particularidade de cada sociedade, sendo possível perceber que, em muitas delas, há espaços de poder.

Um exemplo das práticas sociais da época da “libertação” dos escravizados que deixa claro a força do patriarcado é o trecho de Dias (2008), que relata a única vez em que uma mulher é mencionada na história da libertação, a partir da citação de que José do

Patrocínio, filho de uma ex-escrava, esteve presente em 1883 em Redenção em uma comitiva formada por José Liberato Barroso, General Antônio Tibúrcio, Padre José Silveira Guerra, Justiniano de Serpa, e João Cordeiro. Assim consegui entender como é importante para nós, mulheres negras, redencionistas, falar sobre quem somos e o que buscamos. Sobre essa ocupação do nosso lugar de que Ribeiro (2017, p. 41) afirma:

Essa insistência em não se perceberem como fomos marcados, em discutir como as identidades foram forjados no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas podem pensar na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político intelectuais, sejam vistos como separatistas ou pensando somente nelas mesmas persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar em pelos outros, quando, na verdade, estão falando desse ao se julgarem universais.

É importante pensar como a experiência de acesso à educação superior faz com que mulheres negras possam travar discussões acerca de espaços de gênero e poder a partir da sua localização social. Esse mover é primordial para que grupos hierárquicos privilegiados sintam que outras pessoas podem discutir criticamente a respeito de política (RIBEIRO, 2017). Ainda sobre a relevância de estudos de gênero relacionado a mulheres negras, Carneiro (2003, p. 3) destaca que:

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).

Ao observamos a cidade e suas imagens do contexto colonial, nos deparamos com a imagem do monumento “Negra Nua”, alvo de críticas e questionamentos desde a chegada da universidade a essa cidade, que até então vivia “ordeiramente” e com orgulho, ostentando o fato de ser a terra da cachaça, que na entrada tinha o monumento a ponto de ser comum se orientar durante a viagem de ônibus à cidade “você vai descer na garrafa de cana, perto da negra nua”. Sobre a importância do olhar antropológico em situações que, a princípio, podem parecer corriqueiras, Oliveira (2000, p. 19) nos fala:

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigindo nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizando. Seja qual foi esse objeto, ele não escapa de ser aprendido pelo sistema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual - disciplinadamente aprendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo

Disciplina para as matérias que estudamos, funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração - se me permitir a imagem. É certo que isso não é exclusivo do olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos os atos cognitivos, que mencionei, em seu conjunto. Contudo, é certamente no olhar que essa refração pode ser melhor compreendida. A própria imagem ótica - refração - chama a atenção para isso.

É fundamental perceber que, ao longo da história, o lugar ocupado pelas mulheres no patriarcado é inexistente, ou seja, uma barbárie, pois, da filosofia à literatura, os homens escreveram discursos e fizeram leis apagando as mulheres, por se acharem donos do saber (TIBURI, 2018). Desta forma, para mim, como pesquisadora, é interessante analisar até que ponto a chegada ao ensino superior fez com que essas mulheres tivessem a oportunidade de ocupar seu lugar de fala, trazendo através de suas narrativas e memórias a força de ser mulher, percebendo até onde a política de Estado de educação oportuniza empoderamento.

Retomemos então a questão do monumento “Negra Nua”. Sinalizaria ele a necessidade dos homens brancos de afirmarem “somos bons pois libertamos os escravizados”, ou será que, no inconsciente coletivo, esse monumento transmite a ideia de que a mulher escravizada, objeto de desejo, está livre, porém de joelhos e submissa? Ao trazer a presença do monumento para o texto, desejo problematizar como a mulher ainda hoje é vista em nossa sociedade e como a política de educação é relevante na mudança deste conceito de mulher como somente um corpo, objeto de desejo. Ao contrário, seria, para essas mulheres, a mulher nua um símbolo de força e ancestralidade?

Figura 2 – Monumento Negra Nua



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2010)

A forma como os corpos femininos são representados revela dimensões da construção histórico-cultural desses corpos. Apesar disso, penso, é importante investigar o que tais representações significam em contexto para essas mulheres. Isso remete aquilo que antropólogos contemporâneos chamam de construção social do sexo e do gênero (HEIBORN, 2006), entre culturas hegemônicas e apropriações locais e contextuais:

Esse grande monumento pode ter contribuído para fixar uma ideologia sobre o lugar do negro na sociedade, um desejo de mostrar a pequenez da representação negra na cidade no que tange seu papel diante da luta pela abolição e também reforçar estereótipos sobre a mulher negra como a sexualização do corpo e seu lugar social submisso, herdado pela estrutura escravagista. (SILVA, 2019, p. 11).

Lembro de uma vez que estava na missa e o padre da Paróquia, na época o Pe. Plínio ficou muito aborrecido durante seu sermão e disse: “Vocês deveriam ter vergonha de trazer essa imagem com orgulho, poderiam pelo menos ter vestido uma roupa nela”. Essa fala deu-se porque ele questionou o fato de a capa do livro de canto não trazer uma imagem da tradição católica.

Vivemos em um país no qual a religião católica predomina desde a colonização com suas tentativas de catequizar os índios e converter escravizados ao catolicismo, tudo isso parte do projeto etnocentrista e colonialista europeu.

Veja-se que o negro é discriminado primeiramente por uma série de estigmas morais relacionados à sua conduta individual e sexual, para em seguida ser discriminado por sua religiosidade, pois esta, por ser do negro, que já é discriminado, acaba por ser também discriminada e estigmatizada. Essa discussão toda desembocou no racismo e na representação do negro na sociedade brasileira porque é preciso olhar para o racismo religioso e a intolerância contra as RMAs como produtos de algo bem maior do que elas mesmas. (RODRIGUES, 2020, p. 36).

As religiões de matrizes africanas (RMAs) sempre foram alvos de racismo religioso e intolerância religiosa no nosso país da colonização até os dias atuais. Impedida de viver suas religiões no Brasil, a população negra escravizada recorreu ao sincretismo religioso.

As religiões africanas aderiram o sincretismo religioso com o passar das gerações, embora fossem de origem africana, passaram a ser, religiões de matriz afro-brasileiras, ganhando uma nova nomenclatura e outras diretrizes, onde buscaram algumas práticas religiosas no espiritismo, no catolicismo, e no protestantismo e formas de culto fetichista. Também adquiriram a habilidade dos indígenas na utilização de ervas para alguns rituais. É o caso do Candomblé e da Umbanda, religiões que foram consideradas como uma prática ilegal, pois acreditam que essas formas de culto haviam relações com bruxaria, feitiçaria e assim produzindo e ocasionando mal aos indivíduos. (LIMA, 2016, p. 20)

Ao lembrar esse episódio, pensei sobre a presença da Igreja Católica em Redenção oficialmente a partir de 1868, através da Lei Provincial nº 1242, com mais de 150 anos, e de como numa cidade que teve a presença de escravizados é estranho não se ouvir falar das religiões de matrizes africanas (RMAs). Na infância, como já relatado na introdução, lembro-me do evento com minha tia e de que em algumas localidades se ouvia falar de pessoas que eram participantes das religiões de matrizes africanas (RMAs). Essas pessoas eram pejorativamente chamadas de “macumbeiras” e sobre elas era colocado o fardo de que nunca teriam nada na vida, pois “faziam o mal”.

Hoje os visitantes que vêm a Redenção através do Museu Senzala acompanham em um dos momentos, a sala com imagens de Orixás, ouvindo dos guias que os negros ali escravizados tentaram com toda força da resistência manter sua ligação com a África, através da sua religião. Também na atualidade, até 2017, a região de Olarias, em Antônio Diogo, se tornou conhecida pela concentração de terreiros, no entanto, por conta da violência urbana e falta de segurança, todas as famílias que ali viviam tiveram que deixar suas casas, chegando até mesmo a ir embora do município, enquanto outras famílias continuaram no distrito de Antônio Diogo. Pouco ou quase nada é falado a respeito das religiões de matrizes africanas (RMAs) na cidade. Sobre a presença da Umbanda, Lima (2016, p. 35) ressalta:

Os terreiros de umbanda em Redenção se dividem entre os centros urbanos e nas zonas rurais, na qual, não há um número computado absoluto da quantidade de terreiros distribuídos na cidade, pois existem casas de umbanda que funcionam por conta própria e sem conexão com nenhuma federação de religião afro-brasileira, e de tal maneira não há como conseguir um número específico computado pela federação cearense, UECUM.

As religiões de matrizes africanas foram importantes no passado para que os escravizados pudessem se manter vivos, mesmo distantes e com saudades da sua terra. Infelizmente, na atualidade, no imaginário religioso, continuam sendo alvo de preconceito por parte de uma visão colonialista, presente principalmente em cidades pequenas como Redenção:

Como partes da identidade cultural negra-brasileira, as religiões de matriz-africana são umas das principais fontes da unidade e da identidade cultural das culturas negras, são elas que veiculam as memórias, as histórias, os hábitos e as simbologias que constroem garantem aos participantes dessa religião a consciência de estarem integrados a uma outra forma de organização do mundo que não é aquela estabelecida pelo sistema social hegemônico. (MARÇAL, 2017, p. 2).

O município de Redenção, de acordo com o Censo de 2010, em relação às pessoas acima de 10 anos, possui atualmente uma população de 26.415 habitantes, sendo 13.122 homens e 13.293 mulheres, com população negra formada por 20.415, que se declaram pardas e 1.288 pretos. Sobre a religiosidade em Redenção, apresento o quadro abaixo elaborado com os dados do IBGE:

Quadro 1 - Religiões presentes em Redenção

RELIGIÕES	PESSOAS
Sem religião	693
Católica Apostólica Romana	21.203
Espírita	56
Evangélica	4.236
Não determinada e múltiplo pertencimento	10
Testemunha de Jeová	73
Umbanda	82
Umbanda e Candomblé	82
Outras religiosidades cristãs	09
Não sabem	53

Fonte: IBGE (2010).

Nesta pesquisa, investigo o lugar da Universidade na percepção das relações de gênero, de modo a identificar narrativas e conjunturas que envolvam opressão e marginalização, bem como tensionamento e reposicionamento nas lutas e vidas cotidianas das interlocutoras. A religião faz parte do cotidiano, sendo necessário discutir como a convivência em uma sociedade com traços coloniais e escravocratas, com a presença de situações de racismo religioso e intolerância religiosa, deixa seus reflexos na vida dessas jovens. Como é possível, a partir da resistência das mulheres negras, enfrentar as estruturas de poder construindo um pensamento que vise à decolonização do conhecimento?

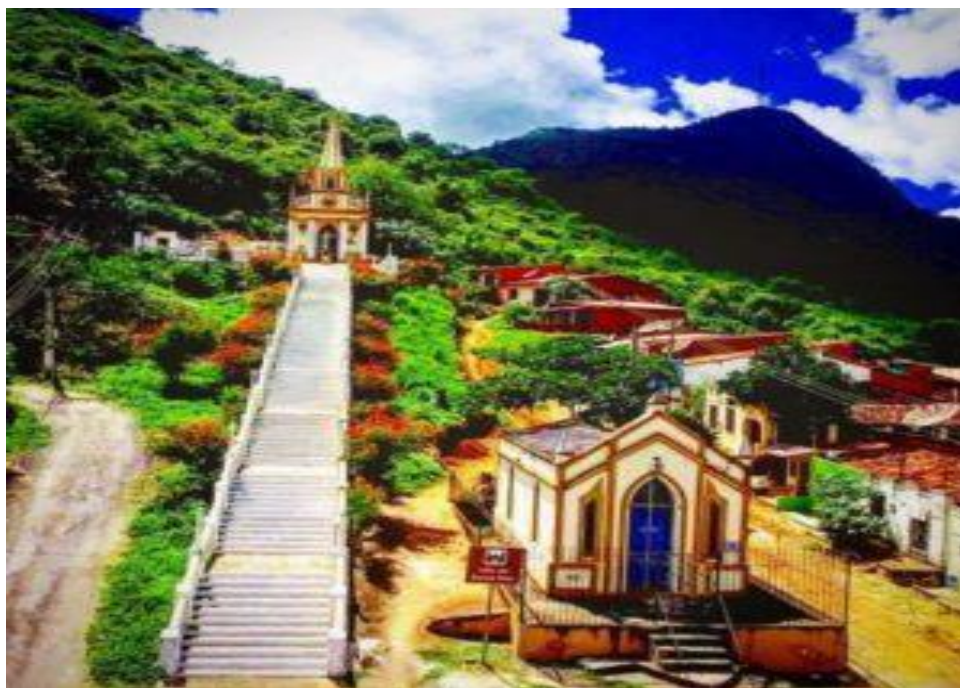
À guisa de explicação sobre as religiões de matrizes africanas em Redenção, tomo por base Lima (2016, p. 35):

Pouco se sabe de fato sobre a religião na cidade por seus moradores. O que se sabe, são de comentários e pensamentos distorcidos sobre a religião, suas práticas e sobre seus praticantes, na qual fazem com que a sociedade comece a encarar a práticas como algo demoníaco voltado totalmente na pratica do mal. Isso é derivante de uma construção cultural e social, onde começaram a assimilar as religiões tragas e

inicialmente cultuadas pelos negros como algo ruim, e vemos que embora Redenção seja uma cidade criada em cima da historicidade negra, muito da sua cultura e o que pertence a ela é negado por seus moradores, deixando de conhecer o imenso e rico círculo religioso. De tal maneirando deixando-se influenciar por uma alienação do senso comum, refletindo no âmbito cultural da cidade.

Com vistas a ampliar a visão a respeito dos mitos locais da simbologia feminina, pois, ao deslocar os mitos para a discussão, desejo ouvir as narrativas destas jovens, sendo do meu interesse dar voz aos seus anseios e lutas ligados ao gênero, raça e religião. De que modo tais mulheres elaboram visões críticas do ocultamento de suas ancestralidades, do racismo estrutural e das relações de gênero expressas nas tradições culturais locais, incluindo o catolicismo e devoção à crença em Santa Rita de Cássia.

Figura 3 – Alto de Santa Rita com a Capela da Santa



Fonte: Portal Cearensidade (2019).

A devoção a Santa Rita de Cássia foi trazida a Redenção em 1917, com a construção da capela em estilo gótico pelo Pároco Monsenhor Luiz Rocha, que ao viajar à Itália perdeu o seu passaporte e ao fazer um pedido à Santa conseguiu recuperá-lo. Na volta, trouxe uma imagem e iniciou assim a tradição. O dia de Santa Rita é comemorado em maio, porém devido à época das chuvas, os festejos foram transferidos para o mês de setembro. Com o passar do tempo e o difícil acesso, pois a capela localiza-se no alto de um morro, foi construída, em 1947, a escadaria com 108 degraus pelo Pároco Antônio Bezerra de Menezes,

tendo ao lado uma pequena capela construída posteriormente e dedicada a São Miguel. A festa de Santa Rita é uma das maiores do Maciço de Baturité, movimentando a vida social e religiosa da cidade.

Recordo com clareza a primeira vez que participei de uma procissão de Santa Rita. Longe escutava-se o hino de Santa Rita entoado na procissão gigantesca seguida por fiéis oriundos de todas as partes. Após a missa campal no patamar da escadaria que dá acesso à capela de Santa Rita de Cássia, os romeiros se deslocam, ao som da cantoria do bendito para a igreja Matriz. Formou-se, então, uma espécie de tapete humano de cor preta, que era a predominante nas vestimentas dos fiéis. Era a hora de pagar a promessa feita a Santa, que na grande maioria das vezes se resume em trajar-se como a santa, percorrer o caminho da procissão de pés descalços ou simplesmente vestir preto por todas as noites da festa. (FREITAS, 2014, p. 15).

Desde muito cedo, nós mulheres aprendemos com nossas mães a história de Santa Rita, que alcançou milagres por ser obediente a Deus suportando todo sofrimento do seu marido, a morte dos filhos e assim conseguiu chegar aos céus. Para grande parte das mulheres, Santa Rita já realizou muitos milagres e ajudou a suportar todas as dores do sofrimento no casamento. Eu mesma já fiz muitas promessas para Santa Rita, fui de preto às nove noites de novena, e quando aos 23 anos pensava em me divorciar, lembro-me da minha mãe ao dizer “lembre-se do sofrimento de Santa Rita ela aguentou tudo e venceu.” O fato é que a Santa está presente no imaginário social da cidade, e é difícil encontrar uma mulher em Redenção que não tenha ouvido falar da Santa.

Todos queriam pegar na Santa, uns para alcançar seus pedidos outros para agradecer a graça alcançada. Até criancinhas com menos de um ano usam os famosos trajes para pagar promessas feitas por suas mães. É visível no semblante das pessoas a emoção ao tocarem na imagem da Santa. As rosas que adornavam o pedestal da Santa eram retiradas forçosamente pelos fiéis, que as relacionavam com o milagre das rosas do jardim da prima de Santa Rita de Cássia. (FREITAS, 2014, p. 15).

Ainda sobre como acontecem os festejos de Santa Rita de Cássia e a importância da devoção para as mulheres, Freitas (2014, p. 15) também destaca:

A devoção é repassada de geração em geração: Dona Cesarina Freitas, 69 anos, comerciante, moradora da cidade de Redenção aos cinquenta anos, nos conta que sempre foi devota de Santa Rita de Cássia, desde que veio morar na cidade, segundo ela, já alcançou muitas graças e fez diversas promessas. Já prometeu se trajar de Santa Rita, que é um tipo de penitência feita pela maioria dos devotos, pois observamos claramente durante as festas muitas pessoas vestidas assim, prometeu também dar várias prendas para o leilão que ocorre todos os dias durante as festas e em sua mais recente promessa comprometeu-se com a santa que vestiria preto durante toda festa da co-padroeira para pagar a graça alcançada pela cura de suas duas filhas que se encontravam doentes.

Ao trazer as tradições culturais da crença em Santa Rita, estou falando da devoção religiosa católica, disseminada como um solo cultural de socialização local muito presente em

diferentes gerações. Penso que ao abordar esse problema, posso discutir sobre uma história dominante, contada dos lócus da religião católica, mas buscar discursos de resistência.

O que se pode enxergar para além dessa história contada há mais de cem anos às mulheres da cidade? Seria ela uma história que fortalece a força do patriarcado? Mulheres ao longo da história foram vítimas de violência doméstica e continuaram em relacionamentos abusivos, por acreditar que chegariam ao céu? O que seria o “ensinai-nos o bom sofrimento” presente no hino entoado pelas devotas? É necessário pensar nas nossas avós, mães, filhas e nas mulheres que estão por vir, e que “nesse sentido, pensar a partir de novas premissas é necessário para se desestabilizar verdades.” (RIBEIRO, 2017, p. 30).

Temos uma história que atravessa gerações, influenciando a vida de muitas mulheres ao longo do tempo, e quando movimentamos nossa vida diária, a nossa comunidade, a luta política, estamos exercitando o nosso ativismo feminista? A respeito da história de luta das mulheres de ontem e de hoje, destaco Tiburi (2018, p. 32), quando esta diz:

Tenho a impressão de que, de algum modo, devemos nosso feminismo a nossas mães e avós mesmo quando elas não se diziam, e talvez nem fossem, feministas. Com elas, estamos inscritas como mulheres – ou como pessoas em geral que se afirmam como feministas – em uma história que não começa nem termina em nossa mera vida. Elas fazem parte de nossa biografia. Em nome de nossas antepassadas, diretas ou não, nos tornamos feministas porque houve mulheres que foram duramente oprimidas, mas também porque no passado existiram lutadoras incomuns, pessoas que se tornaram exemplos, mulheres a quem devemos o nosso lugar. Estamos unidas às feministas do passado e, desse modo, às do futuro.

Hoje, a Antropologia me leva a observar a força local dessa crença. Especialmente quando vejo que todas as devotas querem tocar na Santa, durante os festejos. No último dia, quem consegue levar uma rosa para casa, acredita-se que alcançará graças e milagres pela intervenção da divindade. Vejamos abaixo, imagens do andor no último dia de festa de Santa Rita:

Figura 4 – Andor de Santa Rita



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020)

Instigada por essas questões, penso que os mitos e imagens da simbologia feminina trabalham com a memória coletiva e individual. Nesse sentido, falar de mulheres negras e suas trajetórias, em *Redenção*, é trabalhar com subjetividade e identidade, investigando em suas narrativas se e como essas mulheres se reconstruem a partir do acesso à conhecimentos decoloniais.

Através de uma imagem temos todo um jogo de interesses e possibilidades, nela encontra-se presentes quem a retratou, suas intenções a temporalidade e o olhar do observador que procura entender o enredo definindo seu posicionamento. Sobre as imagens, diz Mathias (2016, p. 151):

As imagens, como o espelho de narciso, os sentidos de comunicação, podem ter usos religiosos, políticos e ideológicos. Sempre remetem em um contexto, apresentam uma vontade coletiva ou narram histórias memoráveis. Quando etnográficas, mostram, se relacionam, identificam ou definem novas possibilidades de convivência.

Para Ingold (2011, p. 6), o antropólogo, assim como o artista que pinta, relaciona passado, presente e futuro:

Ainda, se o antropólogo descreve o mundo social como um artista pinta uma paisagem, então o que vem a ser o tempo? O mundo não permanece para ninguém,

menos ainda para o artista ou para o antropólogo, e a descrição deste, como a representação do anterior, não podem fazer mais do que capturar o momento fugaz em um infindável processo. Nesse momento, entretanto, é comprimido o movimento do passado que o trouxe à tona, e na tensão dessa compressão jaz a força que a propulSIONA para o futuro. Isto é este invólucro de um passado gerador e o potencial futuro no momento presente, e não a localização daquele momento em qualquer cronologia abstrata, o que a torna histórica.

Portanto, é válido perceber que a cidade de Redenção tem sua história marcada pelo processo de dominação colonial, onde homens brancos escreveram, a seu modo, os feitos da liberdade, e hoje se faz necessário ressignificar essa história que envolve gênero, raça e poder. Diante disso, trago a concepção de Tiburi (2018, p. 96) sobre o poder patriarcal:

O patriarcado se constitui por uma equação, de um lado ficam os homens e o poder, de outro, as mulheres violência. O poder que garante a violência contra o outro está para o sadismo assim como a subjugação está para o masoquismo. As mulheres não podem exercer o poder político, econômico e o do conhecimento, e são vítimas da violência. Os homens exercem o poder e a violência contra as mulheres. Por isso, o movimento feminista é também uma luta contra a violência exercida na intenção de destruir as mulheres quando se encontram na posição de indesejáveis para o sistema, ou seja, quando não servem sexual, maternal ou sensualmente, quando não produzem, não consomem e também quando criticam esse estado injusto. Esse estado de coisas só será transformado se nos dirigirmos à produção de uma consciência feminista verdadeiramente radical.

O fato é que ao pesquisar as trajetórias de mulheres negras em Redenção e se através da política de educação, elas alteram seu status social, é difícil ignorar a mulher nua e Santa Rita como as expressões locais e míticas dos femininos.

Com efeito, quero avançar na compreensão das percepções locais dos femininos no acesso a direitos e políticas. Desse modo, trazer a fala de minhas interlocutoras e suas narrativas espero produzir um conhecimento engajado que discuta um pouco dessa memória local e seus mitos e tradições, as relações de poder subjacentes a elas. Marçal (2017, p. 2) afirma que as mulheres negras, ao se movimentarem, produzem novos saberes:

Acredita-se, porém, que, diante da ordem social colonial racializada e patriarcal, há uma necessidade de que contextualize-se a importância de se valorizar e legitimar os conhecimentos produzidos por mulheres negras. A partir da experiência ou da herança da escravização e dos contatos cotidianos com a violência contra mulheres negras, criaram-se saberes que consistem no que conhecemos hoje como saberes produzidos por mulheres negras, tendo diversos nomes, como feminismo negro, mulherismo, mulheridades, etc.

Para Tiburi (2018), o poder patriarcado marcou através da história mulheres, negros e pobres, estabelecendo o que seria bom ou ruim para eles, e o feminismo nos convida, a partir de uma conduta ético-política, a atuar junto a pessoas que vivem sob signos

opressivos, fazendo com que elas sejam ouvidas por si mesma sem opressão, coação e desrespeito.

Nesse processo, a construção e reconstrução dessa memória passa por oportunidade de acesso à política de educação superior e de como esse acesso faz com que essas mulheres possam discutir questões relacionadas a gênero e poder. Nesse sentido, chamo atenção para a necessidade se discutir racismo e preconceito, como questões locais imbricadas ao gênero e aos processos históricos na sociedade brasileira:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar o lugar em que se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falaram de lugares distintos, estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em tese sobre o conceito de história. Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza esses nativos. (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Importante salientar que, ao se analisar hoje, na antropologia, problemas teóricos-metodológicos a partir de imagem construídas ao longo da história, estamos problematizando a dimensão ficcional e ética a partir de um olhar cultural (MATHIAS, 2016). O autor afirma que “o signo visual não é uma representação neutra do real. A imagem da alteridade é um conflito inevitável e, talvez, sem fim.” (MATHIAS, 2016, p. 160).

Neste momento, talvez seja pertinente para aqueles que leem esse texto se perguntarem: Qual a relação destas imagens com a mulher e a política de acesso à educação superior? Como pesquisadora, nascida em Redenção, indago se/como, a partir da instalação da Universidade, as percepções de gênero se tornam mais plurais e questionadoras das suas estruturas de poder local. Dessa forma, fazer etnografia neste contexto significa provocar um desenraizamento, onde se pretende desvendar através do diálogo, lugares de fala. Meus problemas de mulher negra, ativista, se colocam a elas? Que outros marcadores da diferença emergem de suas narrativas? Gênero, classe, raça, estado civil e religião são clivagens que importam?

Penso em problematizar esses pontos, refletindo sobre como minhas interlocutoras recolocam essas questões, através de uma escrita polifônica e intersubjetiva (URIARTE, 2012).

Com o desejo de romper esse paradigma destacamos a força do movimento negro cearense e também a importância da implantação da Unilab na cidade de Redenção que viabilizou um novo olhar sobre sua história, o processo abolicionista e os discursos pós-abolição. Diversas pesquisas acadêmicas, atividades de extensão,

grupos de pesquisa com a premissa da decolonialidade e debruçados na luta contra racismo e as diferenças de gênero têm possibilitado uma nova leitura sobre esse monumento. (SILVA, 2019, p. 14).

Neste sentido, é salutar lembrar que a antropologia movimentou certezas e dúvidas de processos históricos, fazendo como que o conhecimento possa ser desnudado a partir do “estancar-se consigo mesmo, a partir do desvelo inerente da própria disciplina causado pelo encontro com os —outros através do nosso eu entranhando a si próprio”(FILHO; MARTINS P.6). Assim, são ainda pressupostos deste trabalho as seguintes perguntas norteadoras: Como mulheres negras numa região marcada por uma história de escravização e patriarcado conseguem perceber e acessar a política pública de ensino superior a partir da instalação da UNILAB? Quais as inter-relações entre gênero, poder, raça e acesso à educação superior? Penso que, ao ouvir a multiplicidade de falas, tenho a possibilidade de construir um panorama acerca do protagonismo da mulher negra em Redenção.

Em suma, o acesso à educação seria capaz de fazer com que os discursos sociais que, até então, prevaleciam na vida destas mulheres negras, nascidas em Redenção, sejam afetados, seria possível através das suas narrativas perceber a importância desta política? Como ingressar na Universidade afetou e afeta suas vidas cotidianas e suas relações de gênero? Que interpretações e leituras críticas fazem do tradicionalismo local, a partir desse acesso? Com isso, indago se a memória local do feminino se coloca como objeto de reflexão para as minhas interlocutoras, a partir de eventos relacionados ao acesso às políticas de ensino superior.

É importante ver que a cidade cria suas normas de gênero e raça estabelecendo o que deve ser feito, “perguntar como essas normas são instaladas e normalizadas é o começo do processo de não tomar a norma como algo certo, de não deixar de perguntar como ela foi instalada e representada, e à custa de quem.” (BUTLER, 2018, p. 44). Ainda sobre o assunto, destaco Park (2018, p. 15) ao reforçar que os preconceitos mantêm as distâncias sociais:

Os interesses dirigem-se menos a objetos específicos do que aos fins que em um ou outro momento este ou aquele objeto particular encarna. Assim, os interesses implicam a existência de meios e de uma consciência da distinção entre meios e fins. Nossos sentimentos se relacionam a nossos preconceitos, e os preconceitos podem estar associados a qualquer coisa - pessoas, raças, bem como a coisas inanimadas. Os preconceitos estão relacionados também com os tabus, e assim tendem a manter "distâncias sociais" e a organização social existente. Sentimento e preconceito são formas elementares de conservadorismo. Nossos interesses são racionais e móveis, e provocam mudança.

Minhas inquietações sobre a imagem “Negra Nua” e outros mitos locais do feminino me conduzem a um estudo engajado, interessado nas transformações locais dessas relações de gênero e na ampliação de seus direitos e acesso a políticas públicas. Assim, como se colocam em pauta legislações a respeito dessas políticas? Como os movimentos negro e feminista locais se cruzam na Universidade? Como associações e grupos comunitários expressam anseios locais de ampliação de direitos em lutas locais importantes nessas trajetórias?

Se e como a Universidade se coloca como parte de novas redes de apoio que podem tornar certas vidas femininas mais vivíveis do que eram? Se e como a violência contra a mulher é pauta das suas vivências e reflexões?

Seriam, tais políticas educacionais, uma resposta a busca por reconhecimento e legitimidade nas trajetórias analisadas? Sigamos Butler (2018, p. 42) em sua crítica sobre quais vidas e corpos devem aparecer e quais não:

A questão do reconhecimento é importante porque se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis. Mas e se o campo altamente regulado da aparência não admite todo mundo, demarcando zonas onde se espera que muitos não apareçam ou sejam legalmente proibidos de fazê-lo? Por que esse campo é regulado de tal modo que apenas determinados tipos de seres podem aparecer como sujeitos reconhecíveis, e outros não podem? Na realidade, a demanda compulsória por aparecer de um modo em vez de outro funciona como uma precondição para aparecer por si só. E isso significa que incorporar a norma ou as normas por meio das quais uma pessoa ganha um estatuto reconhecível é uma forma de ratificar e reproduzir determinadas normas de reconhecimento em detrimento de outras, estreitando o campo do reconhecível.

Falar sobre vidas vivíveis e outras não vivíveis é abrir espaço para uma sociologia do cotidiano nas políticas do gênero em interseção com raça, geração e outros marcadores, incluindo o acesso à educação, como abordarei aqui. Essa Universidade, a UNILAB, opera quais mecanismos de reconfiguração do direito à cidade e ao aparecimento de mulheres negras e quais mulheres negras se apresentam nessa luta, reivindicando ‘aparecer’ e alterar seus status sociais? Velho (2002, p. 40), ao abordar a cidade sua história e desafios, lembra que

Os antropólogos têm se preocupado, por exemplo, cada vez mais, em entender os processos de mediação que ocorrem na sociedade, procurando analisar de modo mais complexo as interações, trocas e negociações entre variados atores e grupos sociais. Isso implica acompanhar e investigar trajetórias individuais, em seus níveis de atuação e desempenho de papéis sociais, tarefa fascinante e desafiadora que nos tem ajudado a perceber o caráter múltiplo, diferenciado e mesmo fragmentado dos processos identitários.

Minha percepção é que se faz necessário, para essa pesquisa etnográfica, abordar a partir das suas atrizes sociais (no trabalho em questão, mulheres negras), tentando identificar como suas vozes de ativistas tem ajudado no enfrentamento ao racismo e sexismo. Sobre a atuação do antropólogo na cidade, Velho (2002, p. 41) é enfático ao afirmar que

O tipo de trabalho que os antropólogos costumam realizar através de suas pesquisas pode ser um dos instrumentos para a valorização de um planejamento que sustente políticas públicas efetivamente democráticas. Concomitantemente, trata-se de valorizar o conhecimento em detrimento de iniciativas demagógicas e populistas, desprovidas de qualquer embasamento científico. Assim, sem abrir mão de sua vocação acadêmica, os antropólogos podem contribuir ainda mais do que já têm feito para um debate e maior conhecimento sobre as nossas cidades e sociedade.

Com vistas a responder algumas das questões instigadoras desta pesquisa, busquei trazer ao longo deste primeiro ponto do capítulo uma visão aos leitores da cidade com suas tramas sociais históricas a partir da presença do poder patriarcal, abrindo questionamentos para que se pense acerca da movimentação das mulheres negras e sua resistência.

2.2. A alegoria da Cidade Abolicionista

O dia era 28 de dezembro de 2007, a multidão se espalhava pela praça central e comemorava durante o show de uma banda de forró, costume presente no Ceará, e, conseqüentemente em Redenção, o aniversário de emancipação do município. Faz parte do ritual a parada da banda e as falas de políticos locais e estaduais que representam a cidade nas esferas do executivo e legislativo, e neste momento é feito o grande anúncio de que uma universidade estaria vindo para o Ceará, a futura UNILAB, e seria instalada em Redenção por seu feito histórico de “liberdade” aos escravizados. O então presidente Lula já havia decidido que a universidade seria no Nordeste e em Redenção. A multidão vibrou na praça, me faz imaginar como teria sido o primeiro de janeiro de 1883, quando uma multidão aguardava, também na praça central, a chegada da comitiva vinda de Fortaleza, que iria proceder o ritual da libertação dos escravizados a época. Seria a chegada da universidade a “verdadeira libertação” através do acesso à educação? Foi possível, para mim, acompanhar tudo de perto, pois era uma das pessoas presentes na praça. Sobre o cenário político econômico do Brasil na época de implantação da UNILAB, Gomes e Vieira (2013, p. 85) destacam:

O movimento de criação da UNILAB se insere no quarto ciclo expansionista, coincidindo com um cenário propício ao aumento de instituições e de vagas no ensino superior federal. Tal situação corresponde ao período ocorrido depois da estabilização econômica do país, quando iniciativas diversas de inclusão social e políticas afirmativas foram estimuladas, propiciando uma melhoria da distribuição de renda, o que tem sido associado à emergência de uma nova classe média. Neste

contexto, tem se destacado não apenas o crescimento do consumo de bens econômicos, como também de bens culturais. A ampliação do acesso à educação superior é parte deste movimento, onde a aspiração pela universidade passa a integrar o imaginário de famílias antes pertencentes aos setores mais pobres da população.

Sabemos que o Brasil é um País onde a invisibilização da população negra e de suas lutas sempre que possível é realizada pela branquitude, que ocupa a maioria dos cargos políticos. Assim, é interessante fazer o registro de que a criação da UNILAB também passa pela luta do movimento negro e sua busca por melhores condições de acesso e permanência da população negra a educação pública, pelas cotas. “A UNILAB é parte significativa deste novo movimento, fortemente marcado pela interiorização pelas lutas em prol de políticas afirmativas na educação superior brasileira.” (GOMES e VIEIRA, 2013, p. 86). As autoras pontuam ainda que “o movimento negro brasileiro se destaca nesse cenário. Juntamente com ações em nível internacional e nacional, suas lideranças trouxeram para o debate nacional a discussão sobre a adoção de políticas afirmativas na educação superior [...]” (GOMES e VIEIRA, 2013, p. 85).

Almeida (2019, p. 91) também faz seus comentários sobre o papel dos movimentos sociais:

Embora a resistência contra o racismo tenha raízes mais antigas, foi no século XX que os movimentos sociais assumiram um decisivo protagonismo político. Além da luta política – que envolveu disputas institucionais e até combates armados –, os movimentos sociais formaram intelectuais de produção variada e constituídos sob a influência das mais diversas matrizes culturais e ideológicas, que dialogaram, mesmo que de modo tenso e muito crítico, com vertentes liberais, existencialistas e marxistas, o que se pode observar na tradição de estudos decoloniais e pós-coloniais. O certo é que a experiência política e intelectual dos movimentos sociais serviu para inspirar práticas políticas e pedagógicas inovadoras que contestaram firmemente os fundamentos do racismo.

Durante os dias que seguiram ao processo de instalação da universidade em Redenção, a população continuava eufórica e ao mesmo tempo na dúvida. Será que essa universidade viria mesmo? Será bom para a cidade? É fato que a população, principalmente no Brasil, é muito desconfiada de “conversa dita por políticos”, sendo gerado o debate nas calçadas, na rádio local e nos mais diversos lugares de convivência pública. A discussão se dava sobre o seguinte comentário: Será UNILAB ou a “Unilábia”, uma vez que 2008 era um ano eleitoral? Enquanto na cidade pairava a dúvida, em Brasília, ainda em 2008, o MEC já havia instalado a Comissão Provisória que realizou a primeira visita à cidade em 2009.

Durante esse período foram realizadas incontáveis reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da Comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social. (GOMES e VIEIRA, 2013, p. 87).

Ao longo deste período, em 20 de julho de 2010 é sancionada a Lei 12.289, que institui oficialmente a UNILAB; no entanto, somente em 25 de maio de 2011 ela recebe seus primeiros estudantes dos cursos de Administração Pública, Agronomia, Enfermagem, Engenharia de Energias e Licenciatura em Ciências da Natureza e Informática. Um dos seus objetivos é a interiorização com a proposta de fortalecer o desenvolvimento local do Maciço de Baturité, região onde está localizada a cidade de Redenção, composta por 13 cidades que, historicamente, têm em sua base econômica a agricultura de subsistência e o comércio de bens e serviços, tendo em sua grande extensão territorial uma população de baixa renda e sem condições de enviar seus filhos(as) à Fortaleza, capital do Ceará, para cursar o ensino superior, e veem na concretização da chegada da universidade a possibilidade deste acesso. A respeito do papel do Estado na criação de narrativas de unidade através das suas políticas públicas, ouçamos Almeida (2019, p. 36):

A política não se resume ao uso da força, como já dissemos. É fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuem a unidade social, apesar de fraturas como a divisão de classes, o racismo e o sexismo. É parte da dimensão política e do exercício do poder a incessante apresentação de um imaginário social de unificação ideológica, cuja criação e recriação será papel do Estado, das escolas e universidades, dos meios de comunicação de massa e, agora, também das redes sociais e seus algoritmos.

Vale ressaltar que a UNILAB também se apresenta como uma possibilidade de cursar o nível superior para as mulheres, de modo especial as mulheres negras, interlocutoras desta pesquisa. Posso afirmar que, para mim, pesquisadora insider, ter uma universidade na minha própria cidade era algo que nunca imaginei. Além disso, e o fato de ser mulher negra e filha de agricultor, chegar a cursar um mestrado era algo inacreditável. Para nós, população negra classificada pelo Estado colonialista por seu gênero e raça, o desejo de alcançar a universidade torna-se mais próximo, embora não sejamos ingênuos ao ponto de acreditar que isso reduziria de imediato o quadro de profunda desigualdade social do qual nós, mulheres negras, somos vítimas. Seria a UNILAB uma brecha que se abre dentro da matriz operante do Estado colonialista, para as mulheres negras? Ou uma extensão daqueles que operam o poder a nos sufocar? Segato (2012, p. 113) argumenta que:

Apesar de ser a colonialidade uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável, esta matriz tem uma forma interna: existe, por exemplo, não só uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores, mas também uma história da raça dentro dessa episteme; existe também uma história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado. Ambas respondem à expansão dos tentáculos do Estado modernizador no interior das nações, entrando com suas instituições de um lado e com o mercado do outro: desarticulando, rasgando o tecido comunitário, levando o caos e introduzindo uma profunda desordem em todas as estruturas que existiam e no próprio cosmos.

Além da interiorização, a UNILAB também nasce com o objetivo de cooperação internacional com países lusófonos, e, de modo particular, os de origem Africana fazem parte deste contexto: chegam a Redenção alunas/os de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, sendo articulada ainda a vinda de estudantes do Timor-Leste para o Brasil, por se tratar de um país lusófono interessado em participar. “O principal objetivo [...] que as instituições dos países parceiros da UNILAB desenvolvam este intercâmbio na perspectiva da cooperação solidária e da qualidade acadêmica com inclusão social.” (GOMES e VIEIRA, 2013, p. 87).

Dessa forma, ao longo destes dez anos de instalação da universidade, temos vários deslocamentos de corpos do continente africano pelo Atlântico em busca do acesso à educação, corpos esses que enfrentam agora não mais a escravidão, mas o racismo. “Se no Brasil “ser negro” é uma questão indissociada da problemática racial, em muitos países africanos, não. A travessia Atlântica faz com que eles sintam “na pele” tal realidade.” (LUCA e BUTI, 2021, p. 135). No imaginário social dos moradores da cidade, ainda hoje, mesmo passados quase dez anos, é possível perceber a dificuldade em relacionar-se com os estudantes africanos. Vejamos a fala de uma destes estudantes, que relata um pouco deste imaginário:

Por que a surpresa quando digo que venho do meio urbano e nunca vi um elefante ao vivo?”; “As pessoas me olham nas ruas. Não sei se estou famoso ou a cor da minha pele chama tanta atenção.”; “Sou guineense, mas só me dizem “Ei, africano.” (RODRIGUES, 2018, p. 20).

Estaria a questão relacionada ao fato de a cidade manter sua história ligada a uma sociedade escravocrata? Embora as relações internacionais não sejam objeto de estudo desta pesquisa, achei pertinente pontuar a dificuldade de convivência com pessoas negras na cidade. Afinal, para mim, foram inquietações desta pesquisa saber: Como jovens mulheres negras numa região marcada por uma história de escravização, racismo e sexismo, conseguem perceber e acessar a política pública de ensino superior a partir da instalação da UNILAB? É importante perceber que na cidade ainda é um ato de resistência autodeclarar-se negra/o.

Penso, então, sobre o caminho percorrido pelas interlocutoras desta pesquisa ao se reconhecerem como mulheres negras. Sobre a invisibilidade da população negra em Redenção Rodrigues (2018, p. 17) diz :

A cidade de Redenção apresenta um quadro social instigante: aqui se deu o pioneirismo da libertação dos escravizados no período colonial. Em 1883, os 116 escravizados (as) da província teriam sido libertos pela conjugação de interesses de seus senhores e abolicionistas influentes. Depois disso, desapareceram. Essa é aversão oficial que embasa a memória coletiva e é usada como marco da historicidade redencionista.

Rodrigues (2018) também destaca que a ideia da cor parda, sugere a falsa impressão de que não somos negros, mas quase brancos. A negação da existência de negros no Ceará, conseqüentemente, tem reflexos nas tramas sociais da cidade de Redenção. Vejamos o que a autora destaca em uma de suas conversas com uma interlocutora:

Por outro lado, ser negro, como me relatou uma interlocutora que assim se assume, é ser equivalente a pobre, feio, marginal e como ela disse “ninguém quer ser assim.” Isso é tão forte que por ocasião desse relato, essa mulher quis me apresentar a sua filha adolescente para que ela visse que existem mulheres negras, com meu tom de pele e textura de cabelo, que não se enquadram nos estereótipos citados. (RODRIGUES, 2018, p. 14).

No tocante ainda à UNILAB, é interessante pontuar que a universidade possui hoje um total de quatro campos: Liberdade, o primeiro de todos, localizado em Redenção, universo desta pesquisa; Palmares, situado na cidade vizinha de Acarape; Auroras, localizado entre Redenção e Acarape; e Malês, situado na cidade de São Francisco do Conde na Bahia.

Figura 5 – Campos da Liberdade



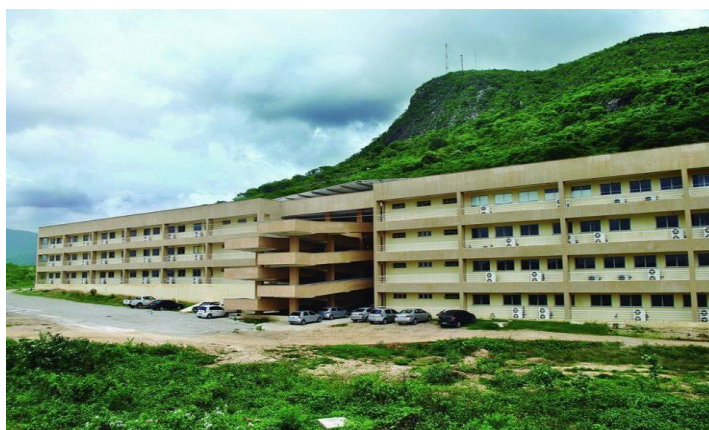
Fonte: Assecom – UNILAB (2012).

Figura 6 – Campos dos Palmares



Fonte: Assecom – UNILAB (2018).

Figura 7 – Campos das Auroras



Fonte: Assecom – UNILAB (2019).

Figura 8 – Campos dos Malês



Fonte: Assecom – UNILAB (2019).

Nesse processo de quase dez anos, a Universidade cresceu e ampliou sua política relacionada à inclusão dos povos quilombolas e indígenas através de editais, e, com uma

agenda para ocupação de vagas ociosas, entraram na universidade 206 quilombolas e 88 indígenas, somando ao seu projeto de interiorização e internacionalização o acesso à universidade para povos indígenas e comunidades tradicionais (LUCCA e BUTI, 2021). Nos últimos tempos, a universidade, assim como as demais universidades brasileiras, vem enfrentando grandes desafios frente à política neoliberalista implementada no país.

O atual deslocamento da política externa brasileira, antes voltada ao Sul Global, direcionou-se mais para o Norte, promovendo o desengajamento diplomático do Brasil com os países africanos, chegando a ameaçar o fechamento de embaixadas naquele continente quando José Serra foi Ministro das Relações Exteriores (2016-2017). Também o chamado “teto de gastos” nos investimentos sociais produziu impactos locais já em 2018, quando por pouco o campus não foi anexado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). O crescimento do nacionalismo branco e de extrema direita, junto com o avanço do discurso sexista, racista e xenófobo na esfera pública, desestabilizaram ainda mais a universidade, de modo que, em 2019, um tuíte do recém-empossado presidente da república contestou o edital de cotas para estudantes “trans e intersex” da Unilab. O edital foi inviabilizado pelo Ministério da Educação, um ato lido localmente como um ataque direto, promovendo medo e insegurança, inclusive em relação à permanência do edital para estudantes quilombolas e indígenas (LUCCA e BUTI, 2021, p. 140).

Essa pesquisa etnográfica foi realizada no contexto da cidade de Redenção a partir da UNILAB. Como pesquisadora dentro do processo de estranhamento, “procuro me colocar em posição intermediária entre “não há nada de novo sob o sol” e um “novidadeirismo” frenético, em que tudo que se faça é um grande salto revolucionário, rompendo com os quadros estabelecidos.” (VELHO, 2002, p. 36).

Assim, percebo que, na dinâmica da cidade, muitas coisas aconteceram, porém destaco no momento entre elas os seguintes pontos: aqueles que acreditaram que a universidade viria construir casas para alugar, cobrando altos valores de aluguel; os auxílios recebidos pelos estudantes movimentam a economia local; em relação à infraestrutura, em especial a falta de saneamento básico, nada caminhou; existe proximidade com os estudantes por parte de uma pequena parcela da população, mas muito tensionada com outra parte, principalmente pela presença do racismo; muitas pessoas da cidade conseguiram ingressar na universidade; a relação entre a universidade através da extensão e a cidade ainda é tímida. Nessa busca pelos deslocamentos na vida das mulheres negras a partir da presença da UNILAB na “cidade abolicionista”, considere interessante destacar nesta sessão um pouco do universo da pesquisa.

2.3 As pretas chegam a UNILAB

É sabido que, ao longo da história do nosso país, a chegada ao ensino superior por mulheres negras sempre foi algo visto como impossível para muitas, uma vez que as mulheres negras, em sua grande maioria, sempre viveram em situações precárias, tentando garantir muitas vezes a seus filhos a alimentação básica para sobrevivência, além da imposição pela branquitude de que esse espaço não era destinado a elas. No Nordeste brasileiro, região semiárida, o sonho de chegar ao ensino superior sempre foi algo muito distante, já que muitas destas mulheres não conseguem concluir sequer o ensino fundamental e acabam envolvidas em um ciclo de repetição onde engravidam jovens, têm muitos filhos e continuam presas ao quadro de exclusão social que suas mães, avós, bisavós viveram. Segundo o jornal Diário do Nordeste, o número de mortes maternas no Ceará cresceu 41,5%, e o que chama atenção é que essas mulheres não têm o ensino fundamental completo: 14,9 têm entre 15 e 19 anos de idade, sendo em sua grande maioria negras e de territórios periféricos, onde os impactos das desigualdades sociais estão presentes principalmente pela ausência de políticas públicas (Diário do Nordeste, 9 de abril de 2021). É possível, ainda, perceber essa realidade que se arasta ao longo dos anos em um dos trechos de Carolina Maria de Jesus (1960, p. 56):

Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filhos havia se suicidado por encontra dificuldade de viver. (...) A mulher que se suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmolas e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para a nação. Uma pessoa matar-se porque passou fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sintonia:- Mamãe eu quero pão! Mamãe eu estou com fome! Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou Serviço Social? Ela devia ir nos palácios falar com os manda chuva... A notícia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os políticos, porque eu também quando não tenho nada para dar a meus filhos fico quase louca.

De acordo com Almeida (2019, p. 96), a falta de acesso à educação é fruto de um circuito de discriminação em que a ausência desta política pública pelo Estado produz diversas consequências:

Um exemplo: se pessoas negras são discriminadas no acesso à educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho, além de terem menos contato com informações sobre cuidados com a saúde. Consequentemente, dispondo de menor poder aquisitivo e menos informação sobre os cuidados com a saúde, a população negra terá mais dificuldade não apenas para conseguir um trabalho, mas para permanecer nele. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas, como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito em que a discriminação gera ainda mais discriminação.

É inegável que a chegada da UNILAB através do seu processo de interiorização, desperta em muitas mulheres negras principalmente do Ceará o desejo de adentrar na universidade, rompendo com uma vida precária, onde o acesso ao ensino superior era visto como espaço da branquitude, tencionando as tramas sociais que insistem em determinar que esse espaço não seja reservado a elas. Essas mulheres começam a romper com padrões e normas estabelecidos pela colonialidade através de anos de história, ousando ir além, e respondendo à pergunta: O que você quer ser quando você crescer? Através da sua ousadia, essas mulheres desafiam a história escrita pelo patriarcado, colonialismo, capitalismo e neoliberalismo, quebrando paradigmas ao afirmar que, como negras, têm direito à universidade.

Partindo do entendimento de que, ao longo destes dez anos, várias mulheres, em especial as negras, têm chegado à UNILAB lidando com muitas tensões, produzindo novos saberes, proponho-me, neste momento da pesquisa, a partilhar dois momentos que fizeram parte da construção deste trabalho e que permitirão aos leitores perceber um pouco do imaginário social que indica possibilidades de construções que surgem a partir da presença destas mulheres na universidade, são eles: Observação Participante do III Encontro as Pretas na UNILAB; Pesquisa documental realizada no Repositório da UNILAB, sobre produções relacionadas a mulheres. Essas atividades, dentre outras, apontam caminhos que buscam provocar a descontinuidade do processo histórico de exclusão social, que tem como fortes marcadores o gênero e a raça. De acordo com Segato (2012, p. 112):

Quando a história tecida coletivamente, como os pontos de uma tapeçaria onde os fios desenham figuras, às vezes aproximando-se e convergindo, às vezes distanciando-se e seguindo em direções opostas, é interceptada, interrompida pela força de uma intervenção externa, este sujeito coletivo pretende retomar os fios, fazer pequenos nós, suturar a memória e continuar. Nesse caso, deve ocorrer o que podemos chamar uma devolução da história, uma restituição da capacidade de tecer seu próprio caminho histórico, retomando o tramado das figuras interrompidas, tecendo-as até ao presente da urdidura, projetando-as em direção ao futuro.

Início falando um pouco do III Encontro as Pretas na UNILAB, no qual estive presente realizando o processo de campo através da observação participante etnográfica, com o intuito de captar detalhes, ouvir o dito e o não dito, através de experiências distintas que se encontram coletiva, pela força que nos faz mulheres negras. “Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em

todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação [...]” (GONZALEZ, 1998, p. 77).

Figura 9 – Arte do III Encontro das Pretas na UNILAB



Fonte: Assecom – UNILAB (2019).

Antes de prosseguirmos, considero necessário esclarecer que o evento acontece desde 2017 e está hoje na sua IV edição, que foi realizada em 2020 de forma on-line, sendo produzido por discentes dos cursos de Letras e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, abordando testemunhos de vidas de mulheres negras, performances artísticas e apresentações de pesquisas científicas, tendo uma participação massiva de estudantes da universidade e de público externo.

“Ao destacar o protagonismo de mulheres negras nos campos científicos e em outras esferas de manutenção da vida de suas comunidades, o encontro reaviva tanto a memória de Tereza de Benguela, liderança quilombola que, de 1750 a 1770, governou o Quilombo do Quariterê, localizado no Mato Grosso, quanto a memória coletiva, de produção de conhecimento, valores civilizacionais e de resistência da população afro-brasileira contra as desigualdades sociais e econômicas que lhe atinge historicamente”, sublinhou Luana Antunes. (UNILAB-NOTÍCIAS, 3 de julho de 2019).

Diante da busca por compreender posicionamentos e atitudes, me inseri no III encontro das pretas na UNILAB, realizado no ano de 2019, durante dois momentos. Primeiro, na tarde do dia 24 de julho de 2019, cheguei cedo ao local do evento, o auditório do Campos da Liberdade. Aos poucos, o local foi ficando cheio de mulheres, animadas e entusiasmadas pela realização do encontro, foi um momento de troca de sorrisos, conversas e expectativas pelo início. O evento iniciou-se por volta das 14h10min, com mesa de abertura em que vários representantes de instituições se pronunciaram. Entre as falas dos presentes, destaco a participação da professora Luana Antunes, que relembrou a construção do encontro por parte das alunas e a importância de debatermos o papel da mulher negra na universidade e em

outros espaços, e da professora Jacqueline Costa, que destacou a contribuição de Mulheres Negras como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus para a literatura.

Na continuidade, o auditório agitou-se para receber com muita vitalidade a mesa com a apresentação da professora Dra. Kiusam de Oliveira, com o título “O mundo de Taió: feminismo negro, empoderamento infantil e educação pela literatura.” Surgiu no palco uma mulher negra com muita força que envolveu o auditório ao contar a história de Taió, suas experiências de mulher negra e professora na luta pela construção na educação de processos didáticos que valorizem a população negra a partir da Lei 10.639/03. Naquela tarde, Kiusam entregou às participantes algo muito especial que ia além da discussão, diria que o público se viu envolvido pela sua força, pelo seu axé.

A seguir a apresentação artística “É mais que fazer barulho” preparou as participantes para a mesa seguinte, “Intelectuais negras: escrituras.” Foi um momento no qual três mulheres negras tiveram a oportunidade de narrar para as demais suas realidades com desafios e conquistas no mundo acadêmico através das suas pesquisas. Posso dizer, com muita emoção, que uma destas mulheres negras fui eu, a pesquisadora insider, que pude partilhar com o grupo a chegada ao mestrado e a construção do projeto desta pesquisa apresentado para a admissão no mestrado. Naquela tarde, desenvolvi uma relação muito forte com outras mulheres negras como eu, tendo a oportunidade de reconhecer seus diferentes saberes. Tenho em mente Ribeiro (2018, p. 26), quando diz que “pensar novas epistemologias, discutir lugares sociais e romper com uma visão única não é imposição – é busca por coexistência.”

O segundo momento que pude acompanhar foi o segundo dia do evento, realizado na manhã de sol forte do Ceará, no dia 25 de julho de 2019. Esse momento contou com pesquisadores, estudantes, artistas, coletivos de mulheres negras, agricultoras e indígenas, e debateu a temática “A gente combinamos de não morrer.” É fundamental para pesquisadores e ativistas negras pensar sobre a vida, afinal “não existe nem nunca existirá respeito às diferenças em um mundo em que pessoas morrem de fome ou são assassinadas pela cor da pele.” (ALMEIDA, 2019, p. 116).

Estiveram presentes no momento representantes dos coletivos de mulheres negras Mulheres Negras Resistem, Sol-afro e Coletivo Enegrecer. Foi realizada a abertura pela professora Dra. Natalia Cabanilas, que colocou o significado de pensarmos sobre as vidas negras e o papel que lhes é destinado em nossa sociedade. Os membros foram divididos em

grupos nos quais os participantes poderiam falar de forma livre sobre o tema e posteriormente retornariam ao auditório. As discussões trazidas por esses grupos para o encontro giraram em torno da importância de, enquanto feministas negras, reforçarmos a necessidade da luta contra o poder opressor que tira vida de tantos jovens negros, e a união de forças para debater um projeto de vida que defenda a população LGBTQIA+ e que garanta às mulheres negras e indígenas o direito a vida em nossa sociedade. O encontro chegou ao final trazendo, para mim, a reflexão de que cada vez mais temos que avançar no estranhamento e na discussão de como são tratadas as vidas negras nessa sociedade capitalista. Afinal, vidas negras importam ou não? Qual é vida a população negra? “É por isso que nós, feministas negras, movimento negro e aliados, seguiremos dizendo: a vida negra importa. E é necessário que, além de chorar essas mortes, essa sociedade se responsabilize por elas. Não esqueceremos.” (RIBEIRO, 2018, p. 104).

A participação neste III encontro de Mulheres Negras da UNILAB me abriu a possibilidade de me inserir ainda mais nas pautas debatidas na universidade e me fez perceber a forma categórica como essas mulheres reafirmam sua presença na sociedade e buscam denunciar as práticas opressoras e imperialistas que se opõem ao seu direito de existir, deslocando-se através do ato de dar visibilidade a seus corpos na luta contra o racismo, sexismo e outras práticas de invisibilização da mulher negra. Vergés (2020, p. 91) aponta que:

O capitalismo não hesita em adotar o feminismo corporativo (aquele que exige que as pessoas se integrem a seu mundo) ou o discurso dos direitos das mulheres segundo o qual as desigualdades entre homens e mulheres são uma questão de mentalidade, de falta de educação, e não de estruturas opressivas. Não que transformação de mentalidade e uma educação antirracista e antissexista sejam questões a se negligenciar, longe disso. No entanto, devemos chamar a atenção para a insistência em não se admitir que estamos falando de estruturas, que o capitalismo racial desmorona sem o racismo, e com ele um mundo inteiro construído sobre a invisibilização, a exploração a expropriação.

Trago para esta pesquisa mais uma evidência de como as mulheres estão em movimento na academia, um inventário de pesquisas relacionadas a mulheres, que foi constituído através de levantamento feito no repositório da instituição, priorizando pesquisas realizadas por mulheres (estudantes brasileiras) na UNILAB-CE. A partir dos deslocamentos provocados pela chegada à universidade, as estudantes começam a problematizar questões, buscar alternativas para suas comunidades, e, através das pesquisas realizadas, reescreverem histórias, trazendo novos modos de pensar, falar e agir. A seguir, apresento o inventário dessas pesquisas:

Quadro 2 – Inventário Acadêmico de Pesquisas Relacionadas a Mulheres/ UNILAB-CE*

ANO	PESQUISADORA	TEMA
2014	Silva, Aurilene Batista da; Lima, Rita de Cassia Rodrigues Simões de	A violência doméstica e familiar
2014	Silveira, Maria de Fátima Souza da	A pobreza vem de longe
2015	Lima, Nayara Camurça de	Nem loba, nem cordeira
2015	Sousa, Tatiana de Lima	A autonomia financeira e abertura do mercado econômico para as mulheres beneficiárias do programa bolsa família na cidade de Redenção-CE
2015	Souza, Mônica Lucélia de Oliveira	Reinterpretando a si e reescrevendo a história
2015	Bezerra, Aline Maria Rodrigues; Saboia, Dayana Maia; Souza, Elisangela Guerra de; Oliveira, Flávia de Andrade; Bessa, Francisca Gleidjane Silva; Anjos, Saiwori de Jesus Silva Bezerra dos	Modelo lógico de rede cegonha na assistência ao Parto e nascimento
2016	Rocha, Maria Gleiciane Lima; Linard, Andrea Gomes	Acolhimento em saúde
2016	Albuquerque, Eliza Távora de	“Vem jogar, mulher”
2016	Castro, Lígia Laura de Sousa; Santos, Lydia Vieira Freitas dos	Avaliação dos antropométricos de mulheres no período gestacional
2016	Oliveira, Isabelly Gomes de; Santos, Lydia Vieira Freitas dos	Verificação de fatores de risco à saúde entre mulheres usuárias de métodos contraceptivos hormonais em Redenção- CE
2016	Freitas, Aline de Oliveira de; Costa, Edmara Chaves; Celestina Juliana Jales de Hollanda	Conhecimento de mulheres sobre plantas medicinais utilizadas para tratamento de problemas ginecológicos
2016	Magalhães, Cindy Enia Pimenta	Empoderamento Feminino no processo de pré-parto, parto e pós-parto após a instituição do programa de humanização no pré natal e

		nascimento
2017	LIMA, Brena Kercia Felix de	Benedeiras da comunidade de Urucuzal, Redenção – Ceará
2017	Nepomuceno, Samara dos Reis	Saúde ginecológica
2017	Cavalcante, Brena Kelly Sousa Lopes	Avaliação da acurácia entre o diagnóstico por manejo clínico e o diagnóstico microbiológico de pacientes com corrimento vaginal
2017	Cosmo, Nayara Raphaela Fidelis	Análise da prática de automedicação na gestação e seus potenciais riscos
2017	Beserra, Gilmar de Lucena	Comunicação enfermeiro e parturiente na fase ativa do trabalho de parto
2017	Santos, Idalina Santiago dos	Oficina educativa como estratégia para o empoderamento no processo de parir
2018	Maia, Santana Glícia Menezes	Gênero e trabalho no maciço de Baturité
2018	Pinho, Arclebia Rodrigues	O discurso machista na fala de mulheres nas redes sociais
2018	Costa, Aline Alves Candido	Experiências significativas de mulheres acarapenses na EJA
2018	Silva, Aline Maria da	Parto Humanizado
2018	Brito Antônia Fernanda Sousa de	A importância da educação em saúde no contexto da assistência reprodutiva para mulheres que participam das consultas de planejamento familiar
2018	Silva, Daianny Cristina de Almeida	Câncer do colo do útero e seus fatores de risco
2018	Oliveira, Bruna Monik Moraes de	Prática de gestantes sobre medidas preventivas contra arboviroses

*Obs.: Nos anos 2019 e 2020 não encontramos pesquisas feitas por estudantes brasileiras na UNILAB-CE

FONTE: Repositório Institucional UNILAB.

Foi possível constatar que as produções acadêmicas realizadas até o momento na universidade apontam, em sua grande maioria, para situações relacionadas à saúde

reprodutiva das mulheres. Estaria esse fato relacionado à necessidade de aprofundamento sobre a ausência e dificuldades de acessar essa política em regiões do interior de Ceará? Questões ligadas ao direito dos corpos à saúde atravessam gerações e não é de hoje que os corpos vitimados e sem direito à saúde são invisibilizados no sistema capitalista.

Nós nos conscientizamos da urgência de contextualizar a saúde das mulheres negras em relação às condições políticas vigentes. Embora nossa saúde seja inegavelmente atacada por forças naturais que, com frequência, estão além de nosso controle, muitas vezes os inimigos de nosso bem-estar físico e emocional são sociais e políticos. (DAVIS, 2017, p. 54).

Outro ponto que me chamou a atenção durante a busca no sistema foi o fato de que, durante os anos 2019 e 2020, não foram realizadas na UNILAB-CE pesquisas relacionadas a mulheres pelas estudantes brasileiras, embora no sistema constem pesquisas realizadas por estudantes de países africanos e de São Francisco do Conde. Estaria essa ausência de pesquisas relacionadas às dificuldades vivenciadas por essas mulheres no período da pandemia? Representaria ela um esfriamento no processo de discussões relacionadas à temática do gênero? O fato é que a ausência de pesquisas durante o período me chama a atenção, considerando que um dos objetivos desta pesquisa é estudar tensionamento e reposicionamento na luta e vida cotidiana de mulheres negras. Afinal, as pesquisas e escritas acadêmicas têm uma importante performance ao tornar dizível o indizível. Concordo com Kilomba (2019, p. 54), quando esta afirma que: “Como escritoras/es e acadêmicas/os negras/os, estamos transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro.”

Contudo, educação e identidade negra estão atravessadas por processos densos ligando passado e presente, individual e social, particular e universal (GOMES, 2002). Desta forma, problemas vivenciados pelas mulheres negras de “ontem” se repercutem em nossa sociedade ainda hoje. Seria o acesso à educação um marcador capaz de modificar a vida tão sofrida de muitas destas mulheres? “Nós sabemos que o caminho é longo e cheio de percalços, porém guardamos na memória coragem e resistência das mulheres racializadas ao longo da história.” (VERGÉS, 2020, p. 51). Dessa forma, é relevante que se continue avançando no tensionamento do Estado de forma a provocar posicionamentos que considerem a importância de políticas públicas que valorizem a vida de meninas e mulheres negras, viabilizando seu acesso a esse capital social, cultural e simbólico que é a educação.

3 MULHERES EM DESLOCAMENTO

Destacar as contribuições de mulheres negras a partir dos seus deslocamentos a níveis local e global é um dos objetivos deste capítulo. É necessário olhar para as margens e perceber os efeitos de agendas desumanizadoras na vida destas mulheres, observando ainda como o posicionamento de mulheres negras e a sua recusa em ocupar um lugar à margem dos seus direitos foi capaz de dar visibilidade a vozes de mulheres historicamente subordinadas.

Com o intuito de debater acerca do papel das políticas públicas e suas agendas de direito das mulheres, também apresento alguns tópicos destas políticas no sentido de contribuir para reflexões sobre territórios, poder e direitos humanos.

3.1 Agenda de mulheres: Memórias, vozes e direitos humanos

Nesta seção, quero falar um pouco sobre a história de resistência das mulheres negras ao longo dos tempos. Neste sentido, motivada pelo desejo de aprofundar os referenciais históricos do corpus bibliográfico que move as discussões desta pesquisa, avanço no entendimento de que “fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de eclipses, incoerências [...]” (GEERTZ, 2008, p. 10). Sabemos que, durante anos, as mulheres, através das suas vozes, vêm procurando ocupar os espaços na busca da promoção de uma agenda que garanta direitos e políticas públicas. Diante do cenário que encontra suas raízes na escravização, é importante nos questionarmos: Se não entramos no debate quem nos convidará? Kilomba (2019, p. 33) afirma: “A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a anunciação.” A autora ainda acrescenta que a boca se torna o elemento de opressão e silenciamento pela branquitude desde a escravização.

Nesse cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse. Fantasia-se que o sujeito negro que possui algo que pertence ao senhor branco: os frutos, a cana-de-açúcar e os grãos de cacau. [...] no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Elas/es têm que ser controladas/os.” A informação original e elementar- “Estamos tomando o que é Deles/as “- é negada e projetada sobre a/o Outra/o – “elas/eles estão tomando o que é Nosso-, o sujeito negro torna-se então aquilo que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro torna-se em inimigo intruso, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se o oprimido e o oprimido o tirano. (KILOMBA, 2019, p. 34).

Efetivamente, a abolição e a República não foram capazes de promover um avanço na garantia de direitos à população negra, de modo especial as mulheres, assim, a desigualdade social foi fortalecida ao longo dos anos, gerando pobreza e tornando precários o acesso a educação, saúde e tantas outras políticas públicas. Temos no pós-abolição o fortalecimento do pensamento de branqueamento da população brasileira, que não aconteceu, sendo posteriormente substituído pelo mito da democracia racial, que perdura até hoje no imaginário coletivo, fortalecendo um racismo velado.

Neste contexto, as mulheres negras sentem nos dias atuais as dores e fortes marcas do racismo: “o passado colonial foi ‘memorizado’ no sentido em que ‘não foi esquecido’. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer.” (KILOMBA, 2019, p. 213). Assim, o Estado através do poder dos que o operam, atua presente nas tramas sociais que compõem as discriminações de raça e de gênero, fundamentadas no patriarcado.

[...] soma-se um patriarcado colonizador que substitui uma relação antes apenas hierárquica, onde os diferentes gêneros ocupavam lugares distintos, mas tinham sua plenitude, por uma relação de gênero binária, onde o homem é o Sujeito Universal, e a mulher é o outro, onde não apenas os homens teriam mais poder e prestígio do que as mulheres, por uma lógica de pensamento de tenta anular a posição da mulher como portadora poder e prestígio. Essas duas tradições de organização de gênero, a pré-colonização e a ocidental colonizadora se articulam dando origem às várias nuances que encontramos nos países pós-coloniais, como é o caso do Brasil. (BELTRAME, 2018, p. 12).

Numa posição historicamente subalternizada, as mulheres negras têm tentado, ao longo dos anos, avançar nas suas narrativas, dando voz a outras mulheres e tentando abrir brechas ao perguntar: Por que eu, mulher, não posso ocupar este lugar? Dessa forma, torna-se imprescindível para o debate discutir lugares sociais, comunicando experiências humanas que abracem as condições de ser mulher e negra. “Uma vez que o conceito de humanidade contempla somente homens brancos, nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório. É uma grande luta, que pretende ampliar o projeto democrático.” (RIBEIRO, 2018, p. 27).

Retomando um pouco da luta histórica das mulheres, percebe-se que, no Brasil pós-República, continuava sendo atribuído à mulher branca o papel de esposa e mãe dos filhos, enquanto as mulheres negras permanecem nas cozinhas como empregadas domésticas das senhoras. Destaca-se que a “proclamação da República, em 1889, não produziu mudanças no quadro geral, e a Constituição Republicana de 1891, em seus preceitos, excluiu do sufrágio analfabetos, mulheres, mendigos, soldados e religiosos.” (SOW, 2010, p. 82).

De lá para cá, embora tenhamos conquistado o direito ao voto na constituição de 1934, ano em que foi eleita a primeira mulher branca para um cargo político no Brasil, e o direito ao trabalho sem precisar da autorização do marido, poucas coisas mudaram em relação à distribuição de renda – ou seja, a população negra deixou as senzalas, mas continuava pobre, imersa num quadro de profunda exclusão social, enquanto a branquitude seguia acumulando riquezas. “O racismo, conquanto explicitamente condenado, ainda se deixa entrever, ora velado ora explícito, no mercado de trabalho, no acesso à saúde, à escolaridade, à infraestrutura urbana e igualmente na proteção ao direito à vida.” (ADORNO, 2008, p. 215). Sobre o racismo latino-americano, trago as palavras de Gonzalez (1998, p. 78).

Por isso mesmo, afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais.

Pontuamos, ainda, que a Constituição de 1937, embora fosse fruto do Estado e do regime ditatorial de Getúlio Vargas, manteve os direitos de 1934. No governo de Gaspar Dutra, a Constituição de 1946 foi promulgado um novo texto retirando a expressão “sem distinção de sexo” quando diz que todos são iguais perante a lei, sinalizando assim um retrocesso. Após o golpe militar com a implantação da ditadura, a Constituição de 1967, no tocante à mulher, teve como único avanço a redução da aposentadoria de 35 para 30 anos. A Constituição de 1969 não apresentou nenhuma alteração em relação às mulheres.

Dentro deste recorte temporal, é importante posicionar que a agenda de mulheres também é uma agenda de direitos humanos, e, especialmente no atual contexto de desmonte no campo destes direitos, faz-se importante o registro de algumas pautas relacionadas à política de direitos humanos e mulheres em nosso país e na agenda internacional. Neste contexto, em 1970, a União Soviética e os Países do Terceiro Mundo sugerem às Nações Unidas a criação da “década da mulher”, lançada em 1975, que visava:

Essa década, lançada em 1975, tem por objetivo "assegurar às mulheres o acesso à propriedade privada e o controle de seus bens, assim como melhorar os direitos delas no que concerne à herança, à guarda dos filhos e à nacionalidade", afirmar que “o direito das mulheres é parte integrante dos direitos humanos” e “promover a igualdade entre os sexos e acabar com a violência contra as mulheres.” (VERGÉS, 2020, p. 70).

Tomamos, então, o processo que se inicia a partir de 1970. Animadas pelo movimento norte-americano, as mulheres negras começam a avançar na luta enquanto sujeitos políticos no Brasil, fazendo com que o feminismo negro começasse a ganhar forças, tendo como agenda a valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer e contra a violência sexual, sendo a segunda geração que surge durante a ditadura militar (RIBEIRO, 2018). Esse processo foi possível a partir do momento que as mulheres negras começaram a perceber que o discurso clássico em relação à opressão da mulher não dava conta da experiência histórica diferenciada de opressão que as atingia (CARNEIRO, 2011). A respeito da dificuldade de atuação política em meio ao contexto de ditadura, a antropóloga Mariza Corrêia enfatiza o surgimento dos movimentos sociais.

A questão da ‘despolitização’ é antiga e creio que seria preciso ter vivido nos anos setenta para se ter uma ideia mais clara a respeito dela. Naquela época, politizávamos as questões que podíamos – como a política propriamente dita estava fora de questão, nos anos da ditadura, muitas questões que talvez não tivessem emergido em tempos ‘normais’ foram sendo politizadas, o que foi um ganho, apesar das tantas perdas que tivemos. Assim, o movimento feminista, o movimento gay, o movimento dos negros, etc., etc., foram investidos de uma energia e vigor incomuns. Veja-se o número de jornais ditos ‘alternativos’ na época – *Lampião*, *Versus*, *Nós Mulheres*, *Beijo*, etc. – ou a surpreendente encenação do grupo *Dzi Croquettes*, até hoje pioneiro na enunciação de questões de gênero relevantes. Então, a sensação de que todas essas iniciativas foram despolitizadas faz parte do processo político que se seguiu: muita gente que estava investindo nos movimentos alternativos voltou à sua via tradicional – os partidos políticos – assim que isso foi possível. Não creio que tenha havido qualquer ‘renúncia’ aos ‘pressupostos’ dos movimentos – mas sim que houve um investimento, muito produtivo, a julgar pelo que se publica no país hoje, de muitos desses ativistas em pesquisas acadêmicas. [...]. (CORRÊIA, 2010, p. 127).

Por volta da década de 1980, o país inicia o processo de redemocratização, e fazem parte da agenda de mulheres as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, direitos de igualdade racial, direitos de equidade de gênero. De acordo com Adorno (2008), a Constituição Federal de 1988 amplia o espaço dos direitos humanos e os sujeitos de direito, e, a partir do tensionamento dos movimentos sociais e partidos políticos, o Estado é convocado, através do executivo e legislativo, a elaborar programas de governo que possam diminuir desigualdade e promover o bem-estar e justiça social. No que se refere à igualdade entre homens e mulheres, compreendida como igualdade de gênero, a Constituição de 1988 produz ampliações no campo do “direito à licença-maternidade e [contemplava] questões como a proibição exigência de atestados de gravidez ou esterilidade para fins de emprego, a criminalização do assédio sexual ou o afastamento do agressor em casos de violência doméstica, entre outros.” (CARRARA e VIANNA, 2008, p. 337). Para estes autores, a agenda ainda precisa ser ampliada de modo a abranger novos atores sociais.

A igualdade entre homens e mulheres, definida no texto constitucional, embora forneça a base fundada na qual demandas por políticas mais equânimes possam dar-se, não deixa de ter por efeito certa essencialização dos que seriam os sujeitos/alvos de tais políticas. Nesse sentido, é importante notar que outras articulações, como as que envolvem os direitos de grupos e indivíduos LGBT – de que trataremos na parte seguinte-desempenham papel relevante ao ampliar o escopo do que sejam os temas políticos relativos a gênero e sexualidade para além da cisão naturalizante e heterossexista do binômio- "homens" e "mulheres"[...] de modo que o debate não acabe simplificado e acantonado nas chamadas "políticas para as mulheres." (CARRARA e VIANNA, 2008, p. 343).

Dito isso, é interessante pontuar, ainda, que a Constituição de 1998 fornece a base para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial ou ações afirmativas nos espaços público e privados, em seus artigos 1º, 3º e 5º artigos. Fazem parte desta política pública: as leis antirracistas, como a Lei 10.639/2003, que institui o ensino de história e cultura Afro-Brasileira na educação, e as cotas raciais nas universidades federais e no serviço público (ALMEIDA, 2019). Dessa maneira, segundo o autor, se forem naturalizados no interior das instituições os conflitos raciais e sexistas, poderão ser reproduzidas práticas corriqueiras de racismo, violência, isolamento e silenciamento, passando a haver uma "naturalização" destas práticas. "Se é fato que a sociedade brasileira tem, historicamente, construído formas operacionais para discriminar o negro, já é passada a hora de essa mesma sociedade reverter esse quadro [...]" (GOMES, 2002, p. 4). É interessante pensar sobre os lugares que, durante muito tempo, não foram considerados espaços para as mulheres negras, e, certamente, a universidade é um destes espaços.

Esta questão se torna ainda mais curiosa se olharmos para o debate brasileiro sobre as cotas raciais. Embora acreditando que o problema do racismo – e da desigualdade – seja educacional, muitas pessoas foram contrárias às políticas de cotas. Isso se explica pelo fato de que no Brasil a universidade não é apenas um local de formação técnica e científica para o trabalho, mas um espaço de privilégio e destaque social – um lugar que, no imaginário social produzido pelo racismo, foi feito para pessoas brancas. O aumento de negros no corpo discente das universidades tem, portanto, impactos ideológicos e econômicos, pois, ainda que timidamente, tende a alterar a percepção que se tem sobre a divisão social do trabalho e a política salarial. (ALMEIDA, 2019, p. 101).

No campo dos direitos das mulheres, o período pós-constituição reforça a necessidade do combate à violência contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, e de leis internacionais assinadas pela República Federativa do Brasil; determinando medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (SOW, 2011). Neste sentido, foi sancionada no Brasil a Lei 11.340/2006,

conhecida como Lei Maria da Penha, embora essa lei seja vista como um grande avanço no campo do combate à violência contra a mulher, é interessante pensar sobre ela a partir das ponderações de Akotirene (2019, p. 39), dentro do prisma interseccional.

Urge enfoque interseccional de feministas brancas, capaz de compreender a inimizabilidade imposta aos homens brancos após cometerem crimes contra a administração pública. Brancos lesam a nação inteira, agridem mulheres e, no entanto, têm penas suavizadas. A interseccionalidade leva em conta a classe, promotora das negociações com as polícias e sistemas penais, diferentemente dos homens negros pobres, aos quais foram imputados os estereótipos de perigosos, agressores de mulheres e maníacos sexuais. Assim, vejamos a Lei Maria da Penha, resultante de uma articulação internacional de feministas majoritariamente brancas, de classe média e acadêmicas, que representam o direito de as mulheres viverem sem violência e homenageia a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de homicídios, e a posterior impunidade do marido, professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, que a deixou paraplégica e, após ser julgado em 1996, cumpriu apenas dois anos de reclusão.

Ressalta-se que, nos governos democráticos, o governo de Dilma Rousseff, durando cinco anos e meio, teve o maior número de cargos de “alto escalão” ocupados por mulheres, chegando a ter 18 ministras, entre elas merecem destaque as intelectuais negras Luiza Bairros e Nilma Lino Gomes. Em 2015, Rousseff cria o Ministério da Mulher das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, posteriormente extinto por Michel Temer após assumir a presidência, dando início ao processo de desmonte das políticas de diversidade, igualdade racial e de mulheres. No governo atual, temos o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, responsável por uma política com narrativas neoconservadoras.

Levando em consideração o contexto internacional, Carneiro (2011) afirma que a Declaração de Viena avança na garantia de direitos com base na não discriminação pelo sexo, no entanto, ainda era necessário que se fizesse o recorte racial. No âmbito das relações internacionais, o Brasil destaca-se ao colocar como inegociável a retirada do termo étnico-racial do Artigo 32 da declaração da Conferência de Beijing, cuja redação assinala a necessidade de

intensificar esforços para garantir o desfrute, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as mulheres e meninas que enfrentam múltiplas barreiras para seu desenvolvimento e seu avanço devido a fatores como raça, idade, origem étnica, cultura, religião (...). (CARNEIRO, 2011, p. 4).

Ainda na perspectiva internacional, Vergés (2020) aponta que os países de Terceiro Mundo, que buscam implementar um conteúdo decolonial, têm sido submetidos a

programas de ajuste estrutural, e, assim, as feministas do Norte, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial se apropriam da fala de empoderamento feminino, pois neste cenário o Banco Mundial considera prioridade o incentivo à política de redução das taxas de natalidade. Além disso, a autora destaca que a política de microcrédito, apontada pelo Banco Mundial como a solução para a pobreza das mulheres no mundo, acaba tornando as mulheres do Sul global presas fáceis do sistema capitalista. Vergés (2020, p. 119) ainda acrescenta que dentro do cenário de narrativas desumanizadoras da política neoliberalista global, temos presente:

O outro patriarcado, neofascista e masculinista, ataca frontalmente as mulheres e os LGBTQIT+ e visa fazer retroceder direitos duramente conquistados - aborto, contracepção, direito do trabalho, direitos LGBTQIT+ e de pessoas trans. Nesse sistema, só é aceitável a submissão das mulheres à sua ordem heteronormativa, que institui o poder absoluto do pai e do marido. Essa perturbação chega na forma de incitações ao estupro e ao assassinato de feministas, mulheres eleitas de esquerda, transexuais, LGBTQIT+, militantes dos povos indígenas e migrantes. É um patriarcado que manipula a religião e que descobriu como despertar o ódio e medo para justificar assassinatos.

Cabe ressaltar que neste momento que penso sobre a agenda de mulheres ao longo do tempo, volto a refletir sobre o direito à vida dos corpos racializados de mulheres. Para Almeida (2019), o Estado, através de sua soberania, tem o poder de fazer viver ou deixar morrer, ou seja, a partir do momento que esses corpos têm acesso a saúde, educação, saneamento, mobilidade urbana e a outras políticas, têm a manutenção da vida garantidas; conseqüentemente, a ausência destas e de outras políticas significa a morte destes corpos. Neste sentido, cabe às mulheres em deslocamento nas tramas sociais perguntarem-se: O que fazer para continuar resistindo dentro do controle do Estado?

Para Carneiro (2011), ao longo da última década, as mulheres negras vêm ocupando o espaço com suas vozes, com ousadia política, fazendo-se presentes nos debates sobre as mulheres do Brasil, construindo uma luta antirracista, feminista e ecológica, num modelo civilizatório humanizado, em que, como mulheres negras, pertencemos a uma mesma comunidade neste mundo global. Na luta “pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (CARNEIRO, 2011, p. 5).

Atualmente, é pertinente nos questionarmos: “Como os direitos das mulheres se tornaram um dos trunfos do Estado e do imperialismo, um dos últimos recursos do neoliberalismo e a mola propulsora da missão civilizadora feminista branca e burguesa?”

(VERGÉS, 2020, p. 27). Neste ponto, é interessante pensar epistemologicamente a partir da antropologia e refletir sobre o deslocamento dos corpos femininos racializados e suas lutas pelo direito de aparecer e existir. Essas lutas têm oportunizado lugares de fala e a construção de relações de gênero e raça mais igualitárias?

3.2 Políticas públicas de mulheres em Redenção

Diante do propósito de mergulhar no contexto social relacionado à cidade e ao universo onde interajo com as interlocutoras através das suas narrativas, realizei, como já mencionado anteriormente na sessão sobre o campo, coleta de dados documentais que estabelecem informações sobre as políticas para mulheres na Câmara Municipal de Redenção e no site oficial da UNILAB. Discorrerei, nesta seção, alguns comentários a respeito da política de mulheres de Redenção. “Construir o objeto supõe também que se tenha, perante os factos, uma postura activa e sistemática.” (BOURDIEU, 1989, p. 32).

Ao todo, foram encontradas, na Câmara Municipal de Redenção, apenas 03 leis referentes aos direitos das mulheres. A primeira delas se trata da Lei 1157, de 24 de fevereiro de 2006, e diz respeito à prorrogação da licença maternidade de 4 meses para 6 meses, garantindo às mulheres o direito de permanecer com seus filhos/as durante os meses destinados a amamentação do bebê. A ampliação da licença maternidade encontra ressonância na agenda pós-Constituição de 1988, onde nasce o tensionamento em relação à normatização dos direitos femininos. Anteriormente, as mulheres eram submetidas a uma rotina de descarte dos seus corpos, uma vez que a lei anterior lhes concedia apenas 4 meses de licença, e através de muito esforço tentavam conciliar no seu dia a dia a presença no trabalho e o período dos últimos dois meses de amamentação, muitas delas desistindo de amamentar seus filhos devido ao cansaço de seus corpos.

O debate sobre a política de natalidade entre para as mulheres negras e pobres continua forte, afinal, não é interessante para o neoliberalismo que essas mulheres engravidem, pois custa caro para o empregador capitalista lhes pagar 6 ou 4 meses de licença, e, desta forma, incentiva-se o controle da natalidade. Sobre a necessidade de resistência dentro desse sistema, Davis (2017, p. 22) acrescenta:

Ataques violentos contra os direitos reprodutivos das mulheres são alimentados por essas manifestações de racismo. Os odiosos ataques contra lésbicas e gays são parte do mesmo processo de ameaças. As raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo neste país e, na maioria das vezes, os mesmos círculos extremistas que causam a

violência contra as minorias étnicas são responsáveis pelas erupções de violência motivada por preconceitos sexistas e homofóbicos. Nosso ativismo político deve expressar evidentemente nossa compreensão dessas relações.

A Lei 1170, de 17 de maio de 2006, assegura a redução de 50% do expediente a mães que possuam filhos excepcionais, para que estas possam dedicar mais tempo aos seus/suas filhos/as. É interessante perceber que, no momento no qual essa lei é criada, os direitos da pessoa com deficiência estavam em forte debate na sociedade brasileira, principalmente a inclusão das pessoas com deficiência. Essa discussão é motivada a partir da Declaração de Salamanca, que aborda a política da educação especial, e pela Declaração de Montreal sobre inclusão. No âmbito municipal, em 2006 essa política pública tinha forte implementação através do Núcleo de Educação Especial, que atendia em torno de 91 crianças e mães semanalmente – foram de discussões implementadas neste núcleo que foi sugerido ao executivo municipal a criação desta lei que favoreceria as servidoras municipais.

A terceira lei relacionada diretamente a mulheres no âmbito municipal dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Essa lei foi aprovada em 30 de novembro de 2007, e encontra ressonância na política nacional de mulheres, pois naquela época os governos federal e estadual fortaleciam as estratégias de implementação nos municípios dos Centros de Referência para as Mulheres. A instalação destes equipamentos destinados ao atendimento jurídico psicológico e cursos práticos para as mulheres estava relacionada à criação de conselhos e fundos nos municípios. No município de Redenção é criado em 2008 o Centro de Referência da Mulher, e, até o final do ano 2012, esse equipamento recebeu recursos Estaduais e Federais para a sua manutenção. A partir de 2013, de acordo com informações da Secretária Municipal de Assistência da época Marluvia Martins, esses recursos são retirados, e a manutenção deste equipamento passa a ser de responsabilidade dos municípios – em muitos casos, esses equipamentos foram desligados, pois não havia orçamento disponível para mantê-los. No município de Redenção, até o momento de escrita desta pesquisa, o Centro de Referência da Mulher continua atendendo, embora com redução das atividades e do orçamento, com todas as suas ações atreladas à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Além disso, sua nomenclatura hoje é Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Temos, ainda, a Lei 1.481, de março de 2013, que institui no município a Semana da Mulher. No entanto, a meu ver, essa lei em sua concepção está longe de promover um debate mais fundamentado a respeito das questões dos direitos das mulheres. Em sua

concepção, a Semana da Mulher se propõe a realizar ações culturais recreativas e educacionais visando contribuir para o bem-estar da mulher. A lei demonstra um pouco do imaginário do sistema de tramas sociais no qual estamos inseridos, que, ao longo dos anos, tenta reduzir o dia 8 de Março ao momento em que a mulher merece ser homenageada pelo fato de ser mulher, sem aprofundamento do significado desta data. É comum, em Redenção, neste dia se entregar rosas nas repartições públicas, embaladas pela canção “Dizem que a mulher é o sexo frágil.”

Esses encaminhamentos tiram o verdadeiro foco do sentido do dia criado pela ONU, que tem como intuito o fortalecimento da igualdade de gênero pela classe trabalhadora. Ainda nos dias atuais, o trabalho realizado por mulheres está longe de ser remunerado e valorizado como o dos homens, sem falar da dupla jornada enfrentada por mulheres tendo que conciliar trabalho e atividades domésticas. No que se refere ao recorte de raça, vemos que grande parte das mulheres negras realizam trabalhos de limpeza nas instituições ou ainda trabalham como domésticas. Vergés (2020, p. 125) acrescenta que:

O antropólogo David Graeber falou da necessidade de reimaginar a classe trabalhadora com base no que ele chama de classe cuidadora, a classe social cujo "trabalho consiste em cuidar de outros seres humanos, plantas e animais." Ele propõe a seguinte definição para o trabalho de cuidado: um "trabalho cuja finalidade é manter ou aumentar a liberdade outra pessoa." Contudo, "quanto mais o seu trabalho serve para ajudar os outros, menos você é pago para fazê-lo." Portanto, diz ele, é necessário "repensar a classe trabalhadora colocando as mulheres em primeiro lugar, ao contrário da representação histórica que tem sido feita dos trabalhadores." Proponho ir mais longe, insistindo na economia do desgaste dos corpos racializados, na limpeza como prática de cuidado, na instrumentalização da separação entre limpo/sujo na gentrificação e na militarização das cidades.

Ainda na busca por tomar conhecimento das políticas de mulheres desenvolvidas no município, mantive contato telefônico com a técnica de gestão da Secretaria do Trabalho e Assistência, a senhora Evânia Lucena. Apresentei a mesma o motivo da ligação, que estaria relacionada à pesquisa que no momento desenvolvia. Ela me atendeu de pronto, explicou um pouco sobre as ações da secretária, esclarecendo que o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) tem como uma de suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar, isto é, todos os serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais devem ser realizados para toda família e somente para alguns grupos familiares, como crianças, adolescentes, idosos ou mulheres. Contudo, dentro da organização destas ações, as mulheres têm alguns serviços voltados somente para elas, como os equipamentos de Proteção Social Básica e o de Proteção Social Especial, visto que a Política de Direitos Humanos da Mulher é complementar à Política da Assistência Social. Desse modo, algumas ações são desenvolvidas no âmbito da

política de assistência social, como: grupo de Mulheres Chefes de Família no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); grupo de Mulheres Vítimas de Violência atendidas no serviço do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) para situações de violência; gestantes acompanhadas no CRAS; gestantes como público prioritário no Programa Criança Feliz (que prioriza famílias vulneráveis com criança até 6 anos de idade). Essas ações voltadas para mulheres garantem o acesso ao direito do público feminino às políticas sociais e humanas, conforme preconiza o SUAS nos eixos da Defesa Socioassistencial e da Proteção Social. Agradeço à senhora Evânia Lucena pela atenção ao me informar a respeito das ações voltadas para as mulheres no âmbito da secretaria, ela se despediu e, posteriormente, me enviou por e-mail, na data de 2 de dezembro de 2019, um apanhado das informações repassadas por telefone.

Outro contato feito, também por telefone, foi com a Secretaria de Saúde, com o coordenador da atenção básica do município de Redenção, o senhor Berg. Durante a nossa conversa por telefone, relatei a ele o motivo da ligação, e o mesmo entendeu o objetivo, me pedindo para enviar por e-mail os dados em relação às ações com mulheres realizadas na secretaria, ao que agradeço e fiquei no aguardo das informações. Nosso contato foi breve, porém ficou entendido o que eu buscava através da ligação.

Neste contexto, em 28 de novembro de 2019, o senhor José Gudenberg Nogueira de Souza me enviou e-mail relatando o trabalho da secretaria em relação as mulheres. A mensagem por mim recebida destava como ações desenvolvidas a realização nos postos de saúde de consulta mensal ou semanal do planejamento familiar, no qual a mulher é orientada pela enfermeira sobre as formas de prevenção de gravidez indesejada; disponibilização de métodos contraceptivos, sejam eles de emergência ou de prevenção continuada, por exemplo: DIU (Dispositivo ultra interino), camisinha, contraceptivos injetáveis e oral; atendimento para as mulheres que já se encontram no processo de gestação, com as gestantes possuindo o direito a ultrassonografias, consultas de rotinas (que são chamadas de pré-natal) e até o período puerperal; também é realizado o projeto "Amamenta e Alimenta", que tem como objetivo capacitar os profissionais de saúde das unidades, visando que os mesmos obtenham a instrução necessária para orientar as mães sobre como devem se alimentar e como devem alimentar suas respectivas crianças; existem ainda orientações sobre o câncer de colo uterino e o de mama, no qual as mulheres são alertadas o ano inteiro, com maior ênfase no mês de Outubro, que é conhecido de Outubro Rosa, tendo como meta conscientização sobre o câncer

de mama para a população, principalmente para aquelas pessoas que não se apresentam com tanta frequência nos serviços de saúde.

A resposta me permitiu perceber como as atividades relacionadas à saúde da mulher tem por base o controle da natalidade e o acompanhamento das gestantes, deixando um vácuo em relação às mulheres em idade adulta que desejam realizar o exame de prevenção do colo do útero, que é uma queixa presente há tempos no município, com a ausência de profissionais preparados dificultando atendimentos e criando uma longa lista de espera no sistema. Sobre a barbárie e limitações do sistema reprodutivo, Davis (2017, p. 41) argumenta:

Mulheres pobres, em particular as de minorias étnicas, continuam a ser vítimas da violência cirúrgica da esterilização forçada. Inúmeras mulheres ferem seu corpo de modo involuntário com o Dalkon Shield e outros métodos potencialmente fatais de controle de natalidade, ao mesmo tempo em que mulheres com deficiência física ou mental são presunçosamente definidas como não sexuadas e, portanto, dispensadas de atenção especial no que se refere às suas necessidades relativas ao controle de natalidade. Os direitos reprodutivos, entretanto, implicam mais do que o acesso ao aborto e a métodos contraceptivos seguros. Eles abrangem, por exemplo, o direito das mulheres lésbicas de ter suas crianças fora dos limites dos relacionamentos heterossexuais e exigirão leis não repressivas sobre novas tecnologias reprodutivas envolvendo inseminação com espermatozoides de doadores, fertilização in vitro e gravidez por substituição.

Na busca etnográfica, tentando adentrar em pormenores que ajudem a descrever um pouco ações de direitos das mulheres implantados na comunidade que compõe o universo desta pesquisa na UNILAB, realizei pesquisa relacionada as políticas de gênero, na página da universidade, me adequando ao contexto atual , uma vez que a pandemia me impedia de estar presencialmente. Dentre as informações encontradas, achei relevante, dentro dos objetivos da pesquisa, a criação da Cartilha Informativa de Enfretamento à Violência de Gêneros.

Figura 10 – Imagem da Arte da Cartilha de Enfretamento à Violência



Fonte: Assecom (2021) / Arte Sol Alves, discente da UNILAB.

A cartilha nasce da necessidade de apoiar a permanência de mulheres na universidade, uma vez que as mulheres atingidas por situações de violência são mais vulneráveis a desistir de seus projetos de vida e, conseqüentemente, podem ter sua permanência na universidade comprometida. Nesta perspectiva, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Estudantis, com a contribuição da comunidade estudantil do Ceará, e Malês na Bahia, representantes dos/as estudantes brasileiros/as e internacionais, representante da comunidade LGBTQIA+, contando com a participação também do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG/ Dandara) elaboraram a cartinha, que apresenta informações claras para o combate às violências contra mulheres e de gênero. Esse material traz dados interessantes sobre essas violências e dentre eles destaco: o Ceará foi o 7º Estado Brasileiro com maior número de denúncias de violência contra a mulher em 2020; no ano de 2018, um total de 12,5 milhões de mulheres foram vítimas de ofensa verbal como insulto, humilhação ou xingamento; em 2019, a cada 1 minuto e 8 segundos aconteceu um caso de estupro, sendo a grande maioria de vulneráveis e pessoas negras; no Brasil, cotidianamente registram-se 600 casos de agressão a mulheres por dia 1, e agressão dolosa a cada 2 minutos; uma pessoa trans ou de gênero diverso é assassinada a cada dois dias; em 2019, o Brasil registrou 1.326 casos de feminicídio, com a maioria dos casos (66,6%) sendo mulheres negras, e destas, 70,7% possuíam apenas o ensino fundamental. Todas essas informações são apontadas na cartilha (CARTILHA DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, 2021).

A violência contra mulheres está relacionada às desigualdades de gênero na sociedade e à importância histórica atribuída ao ser homem e ao ser mulher. Atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, religiões, culturais e orientação sexual. Produz conseqüências emocionais devastadoras e impactos graves sobre a saúde mental, sexual e reprodutiva não é somente praticada por meio de agressão física, mas também como violência sexual, moral, patrimonial e psicológica. Violações contra as mulheres trans e travestis do gênero feminino se expressam por meio dos crimes de ódio (facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento), motivados por preconceito e pela crença na sua “anormalidade”, pela não identificação com o estereótipo do que é “natural.” (UNILAB-NOTÍCIAS, 04 de abril de 2021).

Diante da conjuntura do material apresentado nesta sessão, sugeri que ainda é necessário avançar na luta por políticas públicas de direito das mulheres capazes de combater à violência de gênero em nossa sociedade. Assim, é necessário um olhar profundo para que se possa perceber como o acesso à educação pode ajudar no tensionamento e combate à violência de gênero. Como mulher negra, sinto que “sem embargo, às feministas negras não resta alternativa intelectual senão a de abarcar o transatlântico e dar sentidos, além da cosmovisão colonial, às relações de poder reconfiguradas pela modernidade [...]”

(AKOTIRENE, 2019, p. 25). Na performance de pesquisadora, lembro que “sendo a análise antropológica parte integrante do projeto moderno, o antropólogo deve inevitavelmente incorporar a tensão entre sua formação intelectual e sua exposição a visões dissonantes do mundo.” (FONSECA, 2015, p. 206).

Nesta perspectiva, essa pesquisa buscou corroborar na construção de relações mais humanizadas que produzam esperança em um cenário no qual tantas situações de neoliberalismo sufocam o ser humano, restando à sociedade civil, enquanto atores políticos, pressionar o Estado como tomador de decisão nas esferas municipais, estaduais e federal. É inadmissível que, ainda hoje, mulheres sejam vítimas de tantas violências de gênero e raça pela ausência de políticas públicas afirmativas pelo Estado.

3.3 Feminismo negro

Ao longo da história, as mulheres negras sentiram a necessidade da construção de uma perspectiva feminista que tivesse delimitasse intersecções entre as questões relacionadas às opressões de raça e gênero. O feminismo ocidental não respondia a essas mulheres, sendo necessárias novas visões que dessem conta das inquietações das mulheres negras, e, dessa forma, surgem os feminismos negros na busca de ocupação do lugar de fala, onde elas são convidadas a fazer ecoar o que antes era indizível sobre a luta de suas lutas. “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identitários. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos.” (RIBEIRO, 2018, p. 7). É necessário avançar compreendendo a necessidade de feminismos que se oponham ao colonialismo:

Em vez de adotar a estrutura da narrativa colonial que o feminismo civilizatório tanto preza, devemos ser implacáveis na recuperação das histórias de luta de mulheres escravizadas e quilombolas que revelam a existência de um feminismo antirracista e anticolonial a partir do século XVI. (VERGÉS, 2020, p. 106).

Seguindo o caminho empreitado pelas feministas negras, no início do movimento, veja as contribuições de Davis (2017, p. 18):

Ao longo desta década, testemunhamos um empolgante renascimento do movimento de mulheres. Se a sua primeira onda começou nos anos 1840, e a segunda, nos anos 1960, então, nestes últimos dias da década de 1980, estamos nos aproximando da crista de uma terceira onda. Será que, quando historiadoras feministas do século XXI tentarem resumir a terceira onda, vão ignorar as grandiosas contribuições das mulheres afro-americanas, que têm atuado como líderes e ativistas de movimentos frequentemente restritos de mulheres de minorias étnicas, mas cujas realizações levaram invariavelmente a avanços nas causas das mulheres brancas? [...] como

podemos garantir que esse padrão histórico se rompa? Enquanto defensoras e ativistas dos direitos das mulheres de nosso tempo, devemos começar a fundir esse duplo legado a fim de criar um continuum único, que representem de modo sólido as aspirações de todas as mulheres da nossa sociedade. Devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras. Para mobilizar tal potencial, devemos desenvolver ainda mais aqueles setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como empregos, equidade de salários, licença-maternidade remunerada, creches com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção contra esterilizações forçadas. Mulheres de todas as raças e classes se beneficiarão enormemente de uma abordagem como essa.

Sobre o papel do feminismo negro diante das gerações, Lorde (2020, p. 48) indica que:

Existe um mundo que desejamos viver. Não é fácil alcançá-lo. Nós o chamamos de futuro. Se, como feministas negras, não começarmos a falar, a pensar e a sentir a forma que ele terá, nós condenamos e aos nossos filhos a um ciclo ininterrupto de corrupção e falhas. Não é o nosso destino repetir os erros da América, mas será, se formos enganados por seus símbolos de sucesso.

O feminismo negro ganha forças no Brasil a partir de 1980, porém ainda é muito presente no país que encontremos poucos trabalhos falando sobre feminismo negro, tornando-se necessário que se entenda que, apesar do gênero, unir as mulheres negras a feministas brancas, pois o feminismo negro quebra com a universalidade trazendo para a cena as lutas das mulheres negras. No contexto brasileiro, é importante destacar o surgimento de organizações e coletivos, assim como as contribuições de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras (RIBEIRO, 2019). “O feminismo de política decolonial não tem por objetivo melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão. Justiça para as mulheres significa justiça para todos.” (VERGÉS, 2020, p. 51).

Segundo Akotirene (2019), o feminismo negro, numa perspectiva de Interseccionalidade, é capaz de abarcar diversas compreensões que envolvem cis-hetero-patriarcado, capitalismo e racismo, ajudando a entender como eles atuam na subjetividade da colonização até os dias atuais de colonialidade. Sobre esse olhar, é possível entender que o feminismo negro nascido nas sociedades latino-americanas tem como o seu pilar as discussões sobre racismo e seu impacto sobre nas relações de gênero, pois nasceu em um contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas (CARNEIRO, 2011).

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisasse quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas,

repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Sobre o pensamento feminista negro, Bueno (2020, p. 68) discorre:

Para além do conceito de interseccionalidade e matriz de dominação, o pensamento feminista negro teve influência central na construção das teorias do ponto de vista, as quais se alicerçam em três bases centrais: o conhecimento é socialmente situado; grupos marginalizados estão em posição que lhes possibilitam um maior conhecimento dos fatos sociais, produzindo questionamentos de forma mais acurada do que grupos privilegiados; a pesquisa principalmente aquela voltada para o poder, deve refletir aspectos das vidas das pessoas marginalizadas.

Ao longo dos tempos, feministas ocidentais defendem a ideia de uma universalidade entre as mulheres. Hoje, a palavra sororidade, que pressupõe a ideia de uma conexão familiar entre todas as mulheres do mundo, tem motivado essas mulheres a reafirmarem essa luta coletiva única em uma sociedade patriarcal. No entanto, a sororidade é uma falsa ideia, pois nega todo processo de escravização, colonialismo e racismo vivenciado pelas mulheres negras (KILOMBA, 2019). Para Vergés (2020), é preciso defender um feminismo decolonial que tenha por base um programa de anulação do racismo, do capitalismo e do imperialismo. "Como o feminismo se tornou, em uma convergência notável, um dos pilares de inúmeras ideologias que, à primeira vista, se opõem a ele – a ideologia liberal, a ideologia nacionalista xenófoba, a ideologia de extrema direita." (VERGÉS, 2020, p. 27). A autora ainda acrescenta que:

Nossas lutas constituem uma ameaça aos regimes autoritários que acompanham o absolutismo econômico do capitalismo. Elas ameaçam também a dominação masculina, assustada por ser obrigada a renunciar a seu poder – e que, por todo lugar, mostra sua proximidade com as forças fascistas. Elas desestabilizam igualmente o feminismo civilizatório que, ao transformar os direitos das mulheres em uma ideologia de assimilação e de integração à ordem neoliberal, reduz as aspirações revolucionárias das mulheres à demanda por divisão igualitária dos privilégios concedidos aos homens brancos em razão da supremacia racial branca. Cúmplices ativas da ordem capitalista racial, as feministas civilizatórias não hesitam em apoiar políticas de intervenção imperialistas, políticas islamofóbicas ou negrofóbicas. (VERGÉS, 2020, p. 37).

Para Ribeiro (2019), o feminismo negro contribui com a quebra do silenciamento colocando a mulher como sujeito político, e essa quebra do silêncio é fundamental para as melhorias de condições de vida das mulheres negras. Neste contexto, a ativista negra e lésbica Audre Lorde alerta para importância de que o feminismo negro incorpore a luta de lésbicas e gays:

Nós nos posicionamos como o último bastião de humanidade num mundo cada vez mais despersonalizado e anti-humano. A busca por aceitação não deve nos cegar

para a necessidade ampla e genuína de mudança. Devemos nos perguntar sempre de qual mundo queremos fazer parte? Como lésbicas e gays, temos sido os mais oprimidos, as pessoas que mais receberam cusparadas em nossas comunidades. E sobrevivemos. Essa sobrevivência é testemunho das nossas forças. Sobrevivemos e nos reunimos hoje para usar essa força e implementar um futuro, com esperança, que será livre dos erros de nossos opressores, assim como de nossos erros. (LORDE, 2020, p. 54).

O feminismo negro se posiciona em antagonismo aos padrões construídos pela supremacia branca, que busca estabelecer quem pode falar e o que deve falar a partir da ciência moderna. “Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem a qual intelectuais negros e residem [...]” (KILOMBA, 2019, p. 51). Neste sentido, como pesquisadora e feminista negra disposta a dialogar com interlocutoras acadêmicas também mulheres negras, percebo o quanto é importante resistir não abrindo mão da minha raça e gênero, sendo a relação construída com as minhas interlocutoras um caminho de trocas e escutas no qual, juntas, sejamos capazes de produzir conhecimentos que se contraponham à ordem eurocêntrica hegemônica. Sem perder de vista o grande dilema da relação entre antropologia e feminismo, Segado (1998, p. 10) se questiona: “Como conciliar a relatividade das construções culturais com a tendência universal da representação do gênero como hierarquia?”.

4 MULHERES E SUAS NARRATIVAS

O intuito deste capítulo é apresentar o perfil das interlocutoras e as suas narrativas, fundamentais para a construção desta pesquisa. Ao todo, temos cinco interlocutoras mulheres negras cis, ou seja, que se identificam com o gênero mulher que lhes foi atribuído desde o nascimento. As participantes são ativistas, alunas autodeclaradas negras de cursos de graduação e mestrado na UNILAB, com as quais conversei durante o campo da pesquisa e colaboraram de forma significativa para a análise dos objetivos da mesma. A escolha destas deu-se a partir de diálogos com outras estudantes, em que o nome das interlocutoras foi apontado, estando também relacionada a presença ativa das mesmas em atividades relacionadas as mulheres negras na universidade. Foi valioso, para mim, ouvir e me conectar com elas através de suas narrativas emocionantes, que trazem à tona, através das suas falas, resistência e memórias da vida de cada uma. “Dito de outro modo, como a autoridade da fala não é igualmente distribuída, o etnógrafo precisa abrir o espaço de fala para aqueles que não o possuem por desígnios culturais.” (SUÁREZ, 1994, p. 10).

Numa estrutura racista e sexista, a chegada destas mulheres negras à universidade significa representatividade negra, sinalizando a possibilidade de movimentação dos seus corpos na luta por oportunidades de visibilidade através da ocupação de um lugar privilegiado – a universidade. No entanto, para além da entrada, é necessário refletir sobre a permanência destas mulheres neste lugar, e como esse acesso pode contribuir para a construção de novas possibilidades. É necessário questionar a academia e a sociedade na qual vivemos: “não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas [...]” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Assim, apresentarei ao longo deste capítulo as perguntas e reflexões que fizeram parte das conversas que tive com as interlocutoras através dos encontros, via plataforma digital do WhatsApp, realizados no trabalho de campo desta pesquisa.

4.1 Perfil das mulheres entrevistadas

Inicialmente, é importante destacar que, por questões consideradas dentro do objetivo da pesquisa, que se propõe a ouvir narrativas de trajetórias de mulheres negras em um universo no qual onde a maioria das pessoas se conhece por se tratar de um contexto de cidade pequena do interior, optamos pelo anonimato das interlocutoras. Sobre essa questão, Fonseca (2005, p. 214) pontua:

Depois de tudo, se o objetivo do antropólogo é justamente chegar na lógica implícita dos atos, falar dos "não ditos" do local, adentrar de certa forma no "inconsciente" das práticas culturais, como podemos imaginar que os informantes preveem todas consequências de seu consentimento informado?

Por essa razão, optei por atribuir à cada interlocutora um nome de mulher utilizado no continente africano, trazendo a memória à força da nossa ligação com as mulheres negras que atravessaram o Atlântico e lutaram por sua liberdade. Assim, as interlocutoras serão identificadas conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Dados das Interlocutoras

NOME	SIGNIFICADO	IDADE	CURSO
Jendayi	Agradecida	25	ADMINISTRAÇÃO
Zuri	Linda	28	PEDAGOGIA
Eno	Dádiva	33	ANTROPOLOGIA
Monifa	Eu tenho sorte	34	CIÊNCIAS NATURAIS/MATEMÁTICA
Adenike	A coroa deve ser estimada	47	ANTROPOLOGIA e MESTRADO INTERDISCIPLINAR

Portanto, apresentarei inicialmente a interlocutora Jendayi, mulher negra cis, estudante de Administração, nascida em Redenção, mãe de uma menina e casada com um estudante internacional. Ambos se conheceram através da universidade, neste período ela engravidou, e, tendo que conciliar estudos e gravidez, atualmente trabalha como vendedora da Cacau Show. Jendayi foi aluna de escola pública no ensino médio e chegou até à UNILAB por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A princípio, a dificuldade de adequar trabalho e estudo foi um dos grandes desafios enfrentados por ela, que chegou até mesmo a desanimar e sentir-se triste, pois os constantes atrasos na chegada lhe prejudicavam bastante, alguns professores/as não queriam entender e lhe davam falta. Aos poucos, e com uma pequena ajuda financeira dos pais, consegui diminuir a rotina de trabalho e conciliar com seus estudos.

Como aluna da universidade, logo se destacou por suas colocações e questionamentos acerca de situações relacionadas aos estudantes, o que fez com que se aproxima dos movimentos sociais e da Kizomba, chegando à presidência do Diretório Central de Estudantes (DCE). Uma das suas pautas principais é a ocupação de espaços pela mulher negra, destacando como importante para ela, ao longo do trabalho à frente do DCE, a participação na Marcha Mundial das Mulheres que lutam pela igualdade de gênero, distribuição de terras e o ecossistema. Também na presidência do DCE, tem conseguido com os demais membros algumas emendas de deputados para benefícios aos/as alunos/as. Filha de pais evangélicos e com uma irmã, a mesma vem de família humilde, como costumamos dizer no interior, quando a família luta com dificuldades para não deixar nada faltar para os filhos. Para ela, que também é evangélica, a universidade possibilitou a oportunidade de conviver com pessoas de diferentes religiões, inclusive de matrizes africanas; no entanto, em casa, principalmente com o pai, nem sempre as coisas foram fáceis em relação ao debate em trono da religião. Um dos seus grandes orgulhos foi ver sua mãe também adentrar na universidade. Seu reconhecimento como mulher negra veio a partir da universidade e a culminância deste processo de auto-aceitação foi materializada através da transição dos cabelos, algo muito simbólico para ela.

Zuri, jovem estudante de pedagogia na UNILAB, é mulher negra cis, solteira e sem filhos. Ela sempre estudou em escola pública e se denomina com filha da política pública do Bolsa Família, pois, sem essa política, sua mãe não teria tido nem como comprar o básico. A família ao longo da vida passou por grandes dificuldades. Nascida no Maranhão, chegou em Redenção na adolescência para cursar o ensino médio em escola pública. Filha de pai negro com trabalho autônomo e mãe branca empregada doméstica, vinda de uma família de 6 filhos, é a única a cursar o ensino superior até o momento. Hoje se reconhece como mulher negra, porém as questões relacionadas à sua cor surgem desde a infância e só na universidade começou a compreender as situações de racismo que vivenciou. A partir do contato com a literatura, em especial Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, descobre toda força vinda da sua origem negra. Zuri é a única de uma família de 6 filhos a cursar o ensino superior até o momento, e seu desejo é que seus irmãos e irmãs também tenham essa oportunidade.

Começou a trabalhar bem jovem, por volta dos 17 anos, antes de entrar na universidade. Era difícil conciliar trabalho e estudos, e com as notas do Enem muito baixas, seu ingresso na UNILAB foi interrompido. Após algumas tentativas, finalmente no ano de

2016 conseguiu a tão sonhada nota para adentrar na universidade através do Enem. Durante muito tempo, Zuri foi membro do grupo de estudos de literaturas negras, sendo uma das organizadoras do Encontro às Pretas na UNILAB. Zuri se diz de uma família católica, porém atualmente não frequenta a igreja e se considera uma pessoa espiritualizada que acredita em um ser superior, olhando para outras religiões, como as de matrizes africanas, com respeito e com curiosidade de conhecer.

Outra das nossas interlocutoras foi Eno, solteira, mulher cis, mãe de dois filhos, trabalha como produtora cultural. Estudante de Antropologia, ela é filha de pai agricultor ambientalista e de mãe professora, nascida em um assentamento rural em Pentecostes, onde cursou educação infantil e fundamental. Começou a sentir as dificuldades de acesso durante o ensino médio em escola pública, pois o carro que levava os/as alunos/as para chegar à sede da cidade faltava muito, e, por vezes, era necessário ir a pé, chegando a caminhar 15km até a escola. Foi um período difícil para ela. Assim, para ficar mais fácil, teve que deixar a família e mudar-se para a casa de um tio na cidade de Acarape (vizinha a Redenção), onde conseguiu concluir o ensino médio. Como mulher do campo, considera o acesso à educação um grande desafio para quem reside nas comunidades rurais. Ao terminar o ensino médio, Eno voltou para a sua comunidade e posteriormente, em 2014, se mudou para Redenção, na tentativa de conseguir trabalho e se preparar melhor para ingressar na universidade. Durante esse período, engravidou de sua primeira filha e teve que adiar seu sonho por um período, e quando a filha completou 4 anos conseguiu passar na UNILAB através do Enem pelo Sisu.

Hoje ela se sente mais segura, mas no início foi difícil enfrentar a vida na cidade longe da comunidade e dos pais. Eno se reconhece como uma mulher negra que fez sua trajetória através da comunidade rural e da participação nos movimentos sociais, e hoje, através da sua relação com a cultura, busca atuar na luta por espaço enquanto mulher negra. Sobre a religião, Eno, filha de pai que iria ser padre e mãe que iria ser freira, que se conheceram nas comunidades eclesiais de base e casaram, tem forte identificação com o catolicismo por causa de sua estrutura familiar, porém não se define como católica e se considera atualmente em uma busca espiritual aberta a partir da Antropologia. Já esteve em alguns terreiros de umbanda, no entanto tem tido muita identificação atualmente como os rituais indígenas, já tendo acompanhado alguns rituais.

Falarei agora de Monifa, mulher negra cis, estudante de Ciências da Natureza, servidora pública há 15 anos e também trabalha com produções audiovisuais. É apaixonada

pela arte e pelo teatro, com suas atuações voltadas para críticas à desigualdade social. Monifa é casada, engravidou bem jovem, seu filho hoje tem 11 anos, e ele e o marido dela trabalham juntos com ela no teatro. Filha de pais negros, seu pai sempre trabalhou como autônomo e sua mãe se dedicou aos afazeres domésticos da casa, e na família de três filhos ela foi a primeira da família a se dedicar à universidade. Desde a instalação da UNILAB, começou a ver o sonho da universidade mais próximo, dessa forma conseguiu, através do Enem, ingressar pelo Sisu, e mesmo tendo feito o ensino médio já há algum tempo na escola pública da cidade, obteve êxito. Um dos seus grandes desafios para permanecer na universidade é a conciliação entre trabalho, atividades em sua família e a universidade. Considera que, no início, foi muito difícil, mas aos poucos com a ajuda do filho e do marido conseguiu conciliar, porém costuma se sentir sobrecarregada tendo que conciliar tantas coisas.

Na universidade, já foi presidente do DCE de Ciências da Natureza, e foi no ambiente universitário que Monifa pôde se declarar mulher negra em um processo ardente, dolorido e ao mesmo tempo mágico para ela, pois percebeu que passava por situações de racismo na sociedade que antes não entendia. A partir da universidade, entendeu que sua cor e seu cabelo incomodavam muita gente. Hoje, bate no peito e diz que é mulher negra com muito orgulho. Praticante do catolicismo, ela se considera aberta à convivência respeitosa com a tolerância religiosa a outras religiões, principalmente as de matrizes africanas, pois, mesmo católica, considera desumano o que a instituição da Igreja praticou no processo de colonização com negros e índios e seus reflexos ainda hoje na sociedade.

Concluo com a apresentação de Adenike, mulher negra cis, quilombola, mãe solteira com dois filhos. Nasceu na comunidade quilombola da Serra do Estevão em Quixadá, local de difícil acesso a aproximadamente 30 km da cidade com uma subida íngreme de 62 curvas. Atualmente reside lá, vindo estudar em Redenção, e faz parte da sétima geração do quilombo, filha de Maria Lúcia, a comunidade vive da agricultura de subsistência. Ela foi alfabetizada pela mãe na comunidade, passando depois a estudar na cidade, onde pôde sentir desde a infância o racismo, por ser de uma comunidade de pessoas negras. Teve que deixar a escola aos 10 anos, indo para uma casa de família em Quixadá, com a promessa de estudar e trabalhar, o que não aconteceu, e depois foi para Fortaleza trabalhar em outra casa, e foi lá onde conseguiu concluir o fundamental e o ensino Médio no Liceu do Ceará.

Anos depois, engajada nas comunidades eclesiais de base, assume a coordenação e engravida do seu primeiro filho, sendo afastada pelo bispo e abandonando a faculdade de

filosofia que havia iniciado pois não tinha mais como pagar. Posteriormente, engravidada da segunda filha, volta para o quilombo com o objetivo de encontrar os seus e voltar a estudar. Aos 40 anos, passa para o bacharelado em Assistência Social na UECE em 2013. Com o curso voltado para os movimentos sociais, após o golpe que culminou na saída da então presidente Dilma Rousseff, em 2016, passa por dificuldades por causa das mudanças na política pública do país e os consequentes cortes de verbas, dando uma parada. Ainda no ano de 2016, Ademike tem a confirmação que está com câncer e inicia sua luta pela vida, conseguindo sair vitoriosa. No ano de 2018, conclui o bacharelado e consegue continuar seu sonho na educação superior na UNILAB, e a partir de editais específicos para comunidades quilombolas e indígenas, ingressa no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e no curso de graduação em Antropologia também na UNILAB.

Um dos motivos de optar por cursar Antropologia foi o fato de outros jovens da comunidade também terem o desejo de estudar na UNILAB, porém alguns os pais da comunidade não deixariam esses jovens se deslocarem sozinhos para a cidade de Redenção. Assim, Adenike assume a responsabilidade de acompanhar os mais jovens de sua comunidade na estadia em Redenção com a mais velha. Ademike aponta como um dos seus grandes desafios de permanência na universidade a criação de estereótipos por parte de muitos que estão naquele ambiente, sendo um lugar em que, para permanecer, é necessária muita resistência, sendo mulher negra de território. Deixar a família para ter que se deslocar a outro município também é difícil pois ela é chefe de família. Católica participante de missões e das comunidades eclesiais de base, também tem uma ligação muito forte com São Gonzalo, pois a comunidade tradicionalmente ao longo de anos vivencia a dança de São Gonzalo. Acredita que, se não houvesse a colonização pela religião, seria adepta das religiões de matrizes africanas, pois o toque do tambor mexe com o mais profundo da sua alma.

Sugiro seguirmos discutindo as questões relacionadas aos marcadores de gênero e raça a partir dos dados etnográficos obtidos por meio das narrativas das nossas interlocutoras.

4.2 Ubuntu: “Sou o que sou pelo que somos.”

Penso que ouvir essas mulheres e suas narrativas foi algo marcante, cada fala e emoção apresentada durante nossas conversas traziam muito da subjetividade de cada uma. Contudo, as falas acabavam se encontrando, pois, por mais que fossem diferentes mulheres, e que não se conhecessem, cada uma delas compartilhava algo em comum com as outras –

estavam entrelaçadas por sua raça e gênero mais do que se imaginava. Assim, ao construir uma pesquisa antropológica que passa por trajetórias de vida, é interessante que se perceba que “a história de vida é, portanto, uma técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”. (QUEIROZ, 1987, p. 36).

Ambas as interlocutoras têm em comum uma origem simples, nascidas em famílias que lutaram com muito esforço para garantir o essencial para os filhos, passaram por escola pública e, ao longo de suas trajetórias, tiveram que enfrentar desafios na busca, pela educação. Este é o caso de Eno:

Eu venho de um assentamento rural, aí em determinado momento não tem mais escola para as crianças jovens, lá só tem até o quinto ano. O oitavo ano a partir disso começa nossa trajetória em busca do acesso, né, à educação, e aí foi uma coisa que foi bem difícil, no começo não tinha transporte, uma luta pelo transporte pra ter acesso ao ensino médio. A gente tinha uma educação muito rígida acompanhada de dificuldades mesmo de chegar na escola, a gente ia de pau de arara e às vezes se o pau de arara desse prego a gente ia a pé 15 km, então era bem distante, isso aí, foi bem difícil, isso aí foi em Pentecostes. Aí depois de um tempo eu tive que sair da cidade, eu tava lá com os meus pais, né, para buscar um melhor ensino médio e acesso à universidade porque lá não tinha nem perto nem longe, aí vim pra Acarape e depois Redenção. O primeiro grande desafio foi o acesso mesmo à educação, foi o primeiro grande desafio e depois disso quando você fica adulta né que têm filhos, aí você começa a ver que em determinadas comunidades rurais não vai ter uma escola boa para o seu filho, saúde, entendeu? Então esses desafios todas as mulheres do campo, né, de certa maneira vivem. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

No Nordeste do Brasil, principalmente em regiões do interior do Ceará, ainda são muitas as dificuldades para se chegar à escola, sendo ainda comum que jovens e adolescentes em comunidades rurais passem por verdadeiras maratonas no trajeto para a sala de aula, com transportes sucateados e sem segurança. Além disso, muitas destas crianças e adolescentes negros/as, ao chegar às escolas urbanas, são vítimas de brincadeiras de mau gosto, sendo vistos como “exóticos”, sofrendo com o racismo por causa de sua pele e seu cabelo. Situações vergonhosas como essa ainda ocorrem, seja pela ausência de fiscalização do Estado aos seus entes municipais em relação ao transporte escolar, seja pela ausência do judiciário em cobrar que a Lei 10.639/00, que estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, fortaleça relações de respeito às diferenças na escola. É interessante, também pontuar a ausência de reflexões na escola que gerem o comprometimento, por parte dos que fazem a comunidade escolar, na construção de um currículo descolonizado. Ainda é alto o número de jovens negros/as que não concluem o ensino médio pelas dificuldades de acesso e permanência na escola, principalmente por questões relacionadas ao racismo estrutural. “Como vejo, então, a articulação entre educação e identidade negra? Ambas mantêm entre si uma relação

complexa. Uma relação que apresentam aproximações e distanciamentos, avanços e recuos.” (GOMES, 2002, p. 38).

Adenike, ao relatar sua trajetória, se emociona ao falar de como foi dolorido para ela deixar a escola de sua comunidade e ter que ir para a escola da cidade, onde era vítima de racismo por seu cabelo. Além disso, o trabalho infantil também marcou sua vida: aos 10 anos de idade, ela começa a trabalhar em casa de família. Em nossa sociedade, desde a abolição até os dias atuais os serviços domésticos são destinados quase que em sua totalidade a mulheres negras. É interessante questionar: por que as mulheres negras limpam o mundo? (VERGÉS, 2020).

Então era assim, eu estudava dentro da comunidade e fui alfabetizada pela minha mãe, ela foi uma das primeiras professoras quilombolas, era bacana porque quando você estava dentro da própria comunidade que eu não sentia medo das crianças que estavam ali era um espaço que era nossa casa, mas quando a gente sai da escolinha pra outro espaço, a gente já sente impacto e já começa sofrer com o racismo. São várias questões, então escola pra mim nos primeiros anos foi muito ruim exatamente pelos apelidos que eram criados pelos colegas por causa da minha cor e do meu cabelo, eram muitos apelidos. Destroem nossos corpos, né, e aí eu tive que parar de estudar, pois chorava muito. Acho que com uns 10 anos voltei fui trabalhar em casa de família em Quixadá, e aí recebi proposta de estudar e trabalhar: eu cuidava da filha da criatura e à tarde eu ia estudar, ficava muito cansada. Depois de um tempo, fui trabalhar em Fortaleza em uma outra casa, terminei o ensino fundamental, que naquela época era até o oitavo ano, e eu terminei em Fortaleza numa escola no Monte Castelo. Em seguida, eu ingressei no Liceu do Ceará e lá eu terminei ensino médio, sofri muito para terminar e trabalhar ao mesmo tempo. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

Adenike também demonstra, ainda, uma narrativa presente na vida de muitas mulheres negras, principalmente mães solteiras e com família, o fato de que é preciso ser muito forte para permanecer de pé. É sabido que as mulheres negras tiveram que ser fortes desde o tempo que tinham seus corpos racializados pelos senhores de engenho e suas esposas, sendo violentadas, mutiladas e escravizadas. A sociedade contemporânea, a partir do poder do Estado colonialista e neoliberal, continua a escravizar os corpos racializados: “a rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de tráfico e comercialização de tudo o que estes corpos podem oferecer, até ao seu limite.” (SEGATO, 2012, p. 108). Penso que, ao longo de sua vida, a necessidade de Adenike de permanecer forte resistindo a todos os estereótipos sobre seu corpo negro de mulher quilombola acaba em um momento vindo à tona e comprometendo sua saúde, ela diz que:

Quando descobri o câncer sofri muito, mesmo, pensava em tudo que tinha sofrido para chegar até ali e morrer, me sentia fraca. Na verdade, quando eu tava fazendo

tratamento pra o câncer eu ouvi uma palavra assim, frase, né, não lembro nome da escritora, mas era assim: “eu não sou forte, mas eu descobri que ser forte era uma das formas de sobrevivência”, e depois eu pensei muito sobre isso de ser forte, sabe, todo esse estereótipo de ser forte sobre o corpo negro e o corpo das mulheres, que a gente é forte, e aí partiu do processo escravocrata, né, eu lembro que as vezes que eu tive meus direitos violados. E às vezes eu falo que eu não queria ser forte, eu só queria viver. E às vezes, conversando com os meus amigos, eu até disse assim, ele dizendo pra mim que quando me viu tinha medo de falar comigo pelo meu jeito, então entendi que você é tão discriminado por onde você passar que você acaba criando determinados comportamentos como se fosse um escudo, entende? E a gente tem que falar sobre isso, né. Isso são empecilhos, né. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

As narrativas também apontam para o fato de que poucas mulheres negras chegam à universidade, e acabam desistindo de continuar os estudos, mesmo quando conseguem concluir o ensino médio. Quando perguntadas sobre as colegas negras de infância ou do ensino médio que chegaram à educação superior, Monifa diz: “nenhuma da minha sala, pois, tudo era difícil, principalmente o fato de não ter universidade na época na cidade.” (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021). Já Zuri fala que: “me lembro de apenas uma a Juliana, hoje ela tá na Espanha, ganhou uma bolsa, mas teve que ralar muito, você sabe né, pra nós negras não é fácil.” (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021). Eno destaca que: “na comunidade rural, foi difícil até o acesso ao ensino médio; já à universidade, não tinha nem na cidade, nenhuma chegou.” (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

De acordo com dados do IBGE em reportagem da revista Carta Capital (9 de março de 2018), é visto que a porcentagem de mulheres brancas sobre as negras que conseguem ingressar e concluir o ensino superior significativa, as brancas têm muito mais oportunidades, as ‘brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%). Essa distância que tem como consequência as situações de desigualdades sociais vividas ao longo da sua vida escolar, trajetória essa que afeta psicologicamente as mulheres negras, principalmente em relação à sua autoestima, além dos aspectos sociais. Os depoimentos a seguir também apontam essa falta de ocupação, por corpos negros, do espaço universitário, ou seja, do lugar privilegiado para brancos.

Não, não lembro de nenhuma delas conseguir chegar. Na verdade, nenhuma delas conseguiu, chegaram apenas ao ensino médio ou fundamental. Estou falando a partir do meu território. Eu posso olhar, sempre sou de falar sempre do território para não criar muita abrangência, chegamos em 1906 no Ceará e na nossa comunidade quilombola, e em 2018 fui a primeira pessoa a ter minha primeira graduação dentro do território Quilombola. Então você vê a desigualdade que é pra nós. Hoje, em 2021, sou a única a cursar a segunda graduação e chegar ao mestrado. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

Alguns dos meus amigos homens que fizeram ensino médio comigo fizeram faculdade, alguns aqui na Unilab, outras em Fortaleza, principalmente pela política pública que o Lula implantou de interiorização. Agora eu tenho esse recorte das mulheres negras pouquíssimas, me lembro agora só de uma, eu tenho uma amiga que recentemente passou pro mestrado, ela fez biologia na Unilab e agora ela passou pra um Mestrado, e é uma das pessoas assim como eu, negra. Tenho muito respeito por ela porque teve e tem toda dificuldade na vida e conseguiu vencer todas as barreiras, sabe, mas as peças do cenário seriam bem diferentes, nós não teríamos nem ingressado na universidade na verdade, se não fosse o Enem e a UNILAB em Redenção. Quando terminei o ensino médio até pensei em estudar em Fortaleza, mas meus pais não tinham condições de me manter. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Dentro do conjunto de narrativas aqui analisadas, pude chegar à conclusão de que todas as interlocutoras são as primeiras mulheres negras de suas famílias a chegarem ao ensino superior, assim como destacou-se a efetivação do acesso a ensino superior através de Enem e do edital especial para quilombolas, como no caso de Adenike. O Brasil de 2002-2016 pôde vivenciar uma forte articulação dos movimentos sociais e de parte da população brasileira para a formulação de políticas públicas de gênero e diversidades étnico-raciais, construindo, desta forma, uma agenda de políticas afirmativas voltadas para grupos historicamente invisibilizados e excluídos no campo da educação formal (GROSSI e ALENCAR, 2020). A construção política democrática que se deu no Estado Brasileiro com a Constituição de 1988 serviu de base para essa mudança. “[...] No mundo ocidental moderno, a consolidação democrática requereu democracia social, isto é, redução das desigualdades socioeconômicas entre as classes sociais que torna possível o *empowerment* da população de cidadãos.” (ADORNO, 2008, p. 213).

A experiência colonial fez com que a religião católica fosse implantada no Brasil com o objetivo de catequisar os índios e libertar as/os negras/os de seus “demônios”, assim estariam mais suscetíveis à escravização. Em nome de Deus as nações imperialistas da Europa foram capazes de cometer várias atrocidades. Assim, percebe-se que, “nessa lógica, um grupo que é portador da Salvação se projeta sobre outros grupos que não a têm. Logo, aquele grupo que tem a Salvação precisa cumprir a sua missão benevolente de salvar aqueles que estão na perdição.” (RODRIGUES, 2020, p. 30). No entanto, a diáspora da população negra em nosso país fez com que essa população tivesse forças para continuar resistindo e praticasse o sincretismo religioso, dando origem às religiões de matrizes africanas e com influências do catolicismo. Vejamos o que me falou Eno sobre religião:

Não sou religiosa, tenho minha espiritualidade, mas é totalmente fora de religião. Bom, por mais que eu não tenha seguido as regras e normas e dogmas católicos, né, eu fui criada ao redor de pessoas que eram, então tenho certa simpatia, mas não por

uma questão de religião em si, mais por essa questão da espiritualidade. E também busquei conhecer, ter a oportunidade de conhecer terreiros, rituais indígenas, então eu busco muito. Essa é uma oportunidade que a antropologia te dar de conhecer, né, todas essas religiões. Principalmente as ligadas aos indígenas, aos povos negros, porque a gente sabe que o catolicismo, né, vem com uma coisa imposta pra gente e a gente que teve que lidar com toda nossa espiritualidade e essa imposição do cristianismo dentro das nossas culturas. Bom, eu acho que as religiões de matrizes africanas, né, que muitas delas carregam religiões de matrizes indígenas, né, eu acho que a principal contribuição que oferece pra nossa população em geral é o conhecimento ancestral. E o conhecimento que ela pode trazer, né, que é diferente, por exemplo, o cristianismo, né, quem são os ancestrais dessa galera? São os europeus que não são os nossos ancestrais, e quem são nossos ancestrais? Acho que essas religiões nos ajudam a identificar realmente é a nossa ancestralidade, mesmo que, a gente tenha uma mistura étnica, dentro da gente eu acho que elas nos ajudam bastante a compreender esse lado nosso lado. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

Na ocasião da escuta das narrativas, uma das questões conversadas com as interlocutoras buscava perceber a relação entre elas e as religiões de matrizes africanas: das cinco entrevistadas, quatro se definiram como católicas, porém pouco praticantes, e com uma visão atual, uma linha espiritualizada aberta a outras religiões; e somente uma, Jendayi, é evangélica. No entanto, todas afirmaram o respeito às religiões de matrizes africanas, e que passaram a relativizar seu pensamento em relação à religião. Na opinião de Adenike, se não fosse à imposição da religião católica pelo colonialismo, as outras religiões teriam mais espaços. Nos depoimentos abaixo, de Jendaye e Zuri, foi possível perceber como a intolerância por parte de muitas pessoas as RMAs ainda é muito presente:

Eu cresci na igreja, né, meu pai era obreiro na igreja evangélica e eu cresci na igreja, mas eu tenho uma visão muito mais aberta que a da minha família. Isso gera muitos embates com meu pai. Eu tenho uma mente mais aberta, certo, um olhar mais crítico. E toda essa questão, também o machismo, sexismo e o próprio racismo estão dentro da religião cristã, existe muita gente que não consegue lidar com isso, mas a religião me deu suporte em muita coisa na minha vida fora da igreja. Eu não conheço a fundo as religiões de matrizes africanas, mas tenho amigos que praticam e que são dessa religião, mas eu não vejo as religiões africanas diferentes da minha como algo errado ou que seja algo que não vamos para o céu. Respeito a religião, não me afasta das pessoas por causa da religião, respeitar a diferença é bom. Quando você tem que viver com pessoas que praticam outras religiões, você vê que tem muito da religião cristã, fazendo trabalhos e tal. Vê que existe todo um plano pra fazer aquilo de bondade, de ter aquela vivência com seu santo, eu tinha um olhar demonizado até conviver com essas pessoas. Acho que por conta da religião que eu cresci e quando eu conheci pessoas que praticavam de matriz africana mudou completamente a minha forma de ver, acho muito interessante. Não seria algo que eu seguiria, mas eu não acho ruim, não é algo ruim pra mim. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Me considero católica, sou de uma família católica, né, meio dividida entre evangélicos e católicos bem fervorosos. Fui criada nesse meio mesmo, de missa, de catequista de estar em terços e tudo foi bem assim, mas atualmente tenho minhas crenças e tudo mais, não sou mais de estar participando. Me considero hoje uma pessoa espiritualizada, né, quando você cresce na igreja católica, você está sempre acreditando em um ser superior e é nisso que acredito hoje. Eu acho que ter fé é

acreditar e ter força. Quando eu passei pela disciplina de religiões de matrizes africanas, eu pude olhar com outros olhos para outras religiões, pra questão de respeito, nós vivemos numa sociedade que não consegue lidar com o diferente, muitos acham que essas religiões são do demônio. A minha concepção antes de ter acesso de estar na Universidade era totalmente diferente, mas a gente vê que os processos mudam a gente e vê como eles também poderiam mudar outras pessoas, mas elas não querem, né, porque é muito forte aqui no Brasil isso de intolerância as religiões de matriz africanas. Minha concepção mudou totalmente em relação a isso, acredita? Eu olho e admiro a fé da outra pessoa, vejo a outra pessoa com olhar de admiração mesmo, hoje eu olho com admiração e vontade de conhecer mais essas religiões. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

O fato é que o conjunto formado pela presença da UNILAB, a chegada dos estudantes africanos e o acesso a disciplinas e leituras decoloniais, em minha opinião, fez com que as interlocutoras ampliassem seu olhar como mulheres negras, passando pelo que é chamado de descolonização do pensamento cristão. “Falar de RMA é incomodar aquele Brasil que não reconhece o continente africano na sua própria história, cultura e memória.” (RODRIGUES, 2020, p. 18). Percebo que, ao longo das narrativas, vou desvelando véus que nos aproximam numa relação de troca, e que falar de religião é algo muito significativo para mulheres que se descobriram negras na vida adulta, é mexer numa gaveta dolorida. Para mim, foi começar a entender o porquê de não existirem anjos negros na religião católica, já que o lado negro estava sempre associado ao “demônio”. Hoje entendo e admiro minha mãe, numa ocasião durante minha infância, numa coroação de Nossa Senhora, quando queriam me colocar em um lugar bem escondidinho, me colocou bem na frente e disse, “ela vai ser anjo sim e vai ficar aqui na frente!”. Era costume da época colocar na frente e nos lugares mais altos do altar as meninas loiras e com olhos azuis ou verdes. Mal sabia ela que a minha luta por espaço em meio à branquitude estava apenas começando.

4.3 Me gritaram negra! Mas não retrocedi, cheguei à Universidade

Numa sociedade com heranças de misoginia e racismo como o Brasil, chegar à universidade é um ato de profunda ousadia para mulheres de origem negra. Sabe-se que as políticas públicas têm corroborado nos últimos tempos para que isso aconteça, mas ressalto, em tempo, que tais políticas, mesmo contribuindo para o acesso destes grupos excluídos durante anos pelo Estado, ainda estão a anos luz de distância de uma diminuição efetiva do abismo dos indicadores de acesso que favorecem as pessoas brancas. Mesmo assim, contrariando o que está previsto pelo sistema para o corpo racializado, chegar à universidade

como mulher negra mexe com o que está posto sobre nosso gênero e raça. “É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas.” (AKOTIRENE, 2019, p. 29). Durante a conversa com Eno, busco evidenciar melhor qual o entendimento dela sobre o papel das políticas públicas no acesso à educação por mulheres negras. Ela me responde:

A gente sabe que existem vários movimentos, a Marcha Mundial das Mulheres, existe a Marcha das Mulheres Negras, ela é a mesma das mulheres da periferia, esses e outros movimentos que levantou essa pauta da educação. Aí até a gente vai vendo as políticas sendo consolidadas, é muito difícil e quando acontece uma política de governo, quando o governo sai, que outra galera vem volta de novo. E tudo que a gente lutou e viu que deu certo pra gente ter acesso à universidade a gente vê que é uma pauta de um movimento bem maior mesmo, nacional Movimento Negro. E a gente aqui no interior tem um pouquinho de acesso porque tem a mobilização dessa galera em nome de pessoas no Brasil inteiro, né, levantando essa bandeira, levantando essa pauta, mas eu acho que nós precisamos pensar formas dessa política de acesso à universidade, chegar nos espaços mais distantes nos municípios da cidade do interior, né. Porque a gente vê que aqui as mulheres negras do interior enfrentam muitos desafios, desassistidas de ambiente de saúde de acesso a emprego, elas são muito exploradas. Pras que são donas de casa e trabalham no centro de Redenção e Acarape, quando voltam pra sua casa não tem tempo para cuidar dos seus filhos. E como que essa mulher vai entrar na universidade? Ela mal tem esse tempo. Eu não encontrei nenhuma política de incentivo à educação superior em Acarape e Redenção, pelo contrário: vejo mulheres da minha idade que não sabem ler, isso me assusta isso pra mim, é um dado que assusta muito sim, pois são realidades diferentes dentro dessa cidade e a gente vai ter que abrir o olho pra isso. E se a gente que está na universidade hoje, tendo um pouquinho mais de espaço, é necessário que a gente olhe pra trás e veja nossas irmãs. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

A exclusão da mulher negra, ao longo dos anos, pelas políticas de Estado foi tão profunda que a ideia implantada de que a academia não é espaço para pessoas negras ainda mexe com a subjetividade destas mulheres, que, muitas vezes, mesmo estando neste espaço, chegam a duvidar de seu direito e capacidade de ocupá-lo. Estamos lidando aqui com o imaginário colonizador que sempre operou com a presença de uma supremacia branca. Pessoas negras têm que ter muita força para estar na academia e frequentemente são testadas sobre sua capacidade e conhecimento. “Neste sentido, a academia não é um espaço neutro nem tão pouco um espaço de conhecimento e sabedoria, da ciência e da erudição é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a.” (KILOMBA, 2019, p. 52). Vejamos a fala da interlocutora Zuri:

O acesso à educação superior é muito importante. Como falei, eu só acessei o ensino superior por conta dessas políticas de acesso, como as cotas. O acesso ao ensino superior é como sair do espaço de impotência e abrir os olhos pra sua força, e isso acontece através das políticas públicas. Pra mim, como mulher negra, acessar e ficar no ensino superior é como, todos os dias, me afirmar e lutar pelos meus objetivos.

Eu olho pra mim e eu tenho 28 anos e às vezes me pergunto: Meu Deus, como eu consegui chegar à universidade? Como? Sinto como se eu matasse um leão por dia, é como se nunca fosse suficiente. Parece que ainda não é suficiente, aí parece que a linha de chegada tá, lá, sempre tá mais longe. Parece que, para a mulher negra, nunca é suficiente em nossa sociedade. Sei que muitas não chegarão aqui e isso me deixa triste. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

Sobre a permanência na universidade, elas narram muitos desafios. Para Eno, estar longe da família, ser mãe solteira e ter que lutar por sobrevivência são elementos que dificultaram sua permanência no início da caminhada acadêmica. Eno e Zuri destacaram em suas falas que, sem o auxílio estudantil dado às alunas, não teriam conseguido permanecer na universidade:

Bom, eu acho que assim, o que tem ajudado bastante é o auxílio dado pra todo mundo na UNILAB, é o que tem mantido o aluguel. Os pais dos meus filhos dão uma contribuição, mas é ali para a alimentação, não ajudam com outras despesas da casa, então eu diria que a gente tem que dar um jeito organizar tudo, mas, assim, tem dado, né, teve um ano que eu fiquei sem auxílio e aí foi muito complicado, meus filhos não puderam estar morando comigo porque em uma hora eu estava na casa de alguém, uma hora eu estava num quarto, outra hora eu tava lá em Pentecoste tendo que vir de moto para Redenção, aí foi complicado. O auxílio é uma coisa que tem feito não só pra mim, mas pra outras mulheres negras a diferença na permanência. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

Na minha realidade de início, ter que trabalhar e estudar era muito difícil, pois atrapalhava muito meu rendimento. Quando consegui o auxílio e pude deixar de trabalhar o dia todo, melhorou. Hoje voltei a trabalhar e estou cursando ainda Pedagogia, e a minha realidade ainda é de estudante que trabalha e eu não consigo focar tanto em estudar. Agora com a pandemia, eu não consigo focar tanto nesse ensino à distância, essa vivência na universidade faz muita falta. Não tenho conseguido me adaptar a esse ensino. Acho que a maior dificuldade também é me ver numa família com um pai alcoólatra, né, não era bem estruturada, então convivi na minha infância com alcoolismo e todos esses problemas de pressão psicológica, ainda mexe comigo, isso eu sinto que foi muito forte. Às vezes dá desânimo, mas lembro da minha mãe, né, ela sempre desejou pra mim um futuro melhor. Aí continuo. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

Para as interlocutoras Monifa, Adenike e Jendaye, conciliar uma rotina de filhos/as com afazeres da casa e a carga horária imposta pelas disciplinas foi algo muito difícil. Muitas mulheres negras também enfrentam, em seu cotidiano, uma rotina puxada entre trabalho, estudo e família. Para dar conta de tantas atividades incorporando a universidade à sua rotina, essas mulheres têm que abrir mão de muitos momentos de convivência com a família e de autocuidado, o que, por vezes, gera em seu psicológico sentimentos de culpa, como percebi ao ouvir Monifa e Adenike.

Eu digo que foi cansativo no começo porque eu tinha que dar conta dos estudos e do trabalho, tinha que dar conta da casa e tudo isso cansa muito a gente que é mulher. O curso também exige que você se dedique muito, né, principalmente tendo parado de

estudar um tempo, mas deu para organizar, mesmo sendo difícil. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

É difícil permanecer na universidade, é um desafio muito grande por ti, principalmente você ser mulher, né. E aí você busca sempre estudar, mas você tem que cuidar da casa e dos filhos, das contas, de pensar com o quê que você vai pagar. E nesse período de pandemia ficou bem pior, né, isso pra mim é muito desafiante estar na universidade hoje é, sobretudo, resistência e resiliência. Você precisa pensar que a gente precisa estar nesse espaço, que a gente precisa romper com os muros e em algum momento é muito difícil permanecer, sobretudo nessa conjuntura atual. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

No caso de Jendayi, engravidar na universidade fez com que ela sentisse sobre si toda a cobrança da academia. Pergunto-me: será que se Jendaye fosse branca teria tido tantas barreiras criadas na universidade durante a gravidez? Pairava sobre ela, por parte dos docentes, o estigma da mulher negra que engravida e segue o ciclo de repetição? Assim, no imaginário das tramas sociais, estaria Jendaye em um espaço privilegiado que não era mais seu, pois não soube aproveitá-lo? Mereceria ela ser “castigada” com reprovações e faltas? Seriam essas atitudes tentativas de “responsabilizar o indivíduo pelo próprio fracasso diante de um cenário de precariedade no sistema de educação”? (ALMEIDA, 2019, p. 101). Escutei atentamente sua fala, e senti que ela segurava as lágrimas:

Eu falo que a minha permanência na universidade tem duas partes, antes da Amanda e depois da Amanda, porque eu engravidei ainda na universidade e foi complicado porque depois que uma mulher negra mãe engravida na universidade, é assim, a empatia dos professores com a gente é zero, eles mudam de acordo com o tom da nossa pele. E então eu fiquei assim até um período, que até é difícil falar disso porque eu tive ansiedade e tudo mais por conta de perseguição de alguns dos meus professores me reprovando. Porque eu tive uma gravidez de risco, não consegui ficar tanto em sala durante muito tempo, e eu fui reprovada em muitas disciplinas porque eu não conseguia ficar lá por questão de saúde. E daí eu resolvi parar porque eu estava me desgastando muito, pra não me desgastar mentalmente e afetar minha filha tive que parar. Depois voltei e tive que correr atrás para recuperar as reprovações. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Confesso que ouvir minhas interlocutoras e seus problemas para permanecer na universidade mexeu muito comigo, não que seja novidade no nosso país Brasil as desigualdades às quais as mulheres negras são submetidas – basta ligar a televisão e ver o quadro de miséria e desigualdade social que tem marcado nosso país, principalmente durante a pandemia, e com a política neoliberal do Estado. No entanto, quando é baixinho perto de você, ouvir bem no seu ouvido o “engolir do choro” de Jendayi é difícil, ou melhor, seria não humano, não sentir por um instante o sofrimento que ela passou. Dói na alma, afinal, ela era apenas uma jovem cheia de sonhos, não estava nos planos engravidar e ter que enfrentar o fato de ser filha de pastor evangélico que engravida na universidade de um aluno

internacional, tendo que enfrentar, além das fragilidades que a gravidez coloca a cada mulher, um contexto de incompreensão na academia. Sei do compromisso que assumi ao decidir optar por essa linha de pesquisa com minhas irmãs, mulheres negras, entendo também o compromisso ético com a pesquisa antropológica e vejo que o sentido de pesquisarmos e também mexer com estruturas, a partir do entendimento das tramas sociais vividas. Estou falando de vidas negras e do deslocamento destes corpos assim nesta vida tão desigual onde “o contexto é, então, teórico e político, exigindo pensar que toda e qualquer ciência seja sempre movimento e, neste caso, pensar tais relações a partir de um lugar específico: as “ciências sociais”.” (MENDES, 2015, p. 23).

O gênero e a raça são marcadores que perpassam a vida das interlocutoras: ser mulher e negra em um país onde o colonialismo e o patriarcado ainda se encontram em plena atividade, dividindo hierarquicamente homens brancos que são colocados em posições de poderes e que, quando abrem a boca, têm poder de fala pois sua fala é ouvida, assim como eram ouvidos os homens brancos senhores de engenho. Quando as pessoas negras, principalmente as mulheres, buscam debater temas importantes para a vida dos seus, ou até mesmo em situações corriqueiras do cotidiano quando alvo da branquitude, correm o risco de “[...] ouvir xingamentos do tipo “Que negra metida”, “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?” (RIBEIRO, 2018, p. 58). Assim, o que está em jogo é o lugar imposto pela força do heteropatriarcado a mulheres negras, trans, lésbicas, enfim, a toda comunidade lgbtqi+ pelas questões de gênero. Também entra em jogo o racismo da sociedade neoliberal que não se priva de achar normal que pessoas negras sejam assassinadas, morem nas periferias, ganhem baixos salários e não estejam nas universidades (ALMEIDA, 2019). Ao discutir gênero e raça, estamos tratando de um debate econômico que traz à cena os privilégios versus desigualdades sociais.

Conversei com as interlocutoras sobre como questões relacionadas a racismo, sexismo e intolerância religiosa vivenciadas na universidade. Diversos depoimentos apresentados abaixo apontam uma visão sobre essas situações:

Eu presenciei situações de sexismo, mas não comigo, com as professoras as que fiquei mais próximas, o racismo e sexismo institucional por parte de alguns homens brancos da instituição. Acho até que vai além, eu estou falando de relações conflituosas de algumas alunas com professoras negras, pois não aceitam a professora ser negra. Assim como fiquei muito próxima das professoras negras, sei um pouco como isso afeta elas. Eu fiquei muito próxima na Unilab, entendi sobre ser mulher negra empoderada, mesmo por entender um pouco mais o meu papel. Por estar nos projetos dentro da Unilab, me fez ouvir muitos relatos de sexismo das professoras. E também de ver como alunos brancos se posicionam em questionar as professoras negras. Assim de intolerância religiosa, eu só vi assim, nas disciplinas,

durante algumas partes de alunos bem fanáticos evangélicos, que tem a recusa a acessar o ensino por se tratar de outras religiões, têm determinados alunos que tem esse preconceito, se recusam a ouvir. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

Inclusive eu acho que os meninos fizeram um artigo sobre isso, sobre a gente ser visto por alguns professores que olham pra gente estranho, e deixam claro que a gente não tem capacidade cognitiva, que a gente não tem capacidade de estar ali, por ser preto e quilombola. Acha que a gente fala errado, pra estar em alguns cursos nós escutamos muito isso, nós escutamos pessoas que não querem ler porque a professora falava que eles não sabiam ler direito. É muito complicado. Então esses jovens do quilombo acordavam de madrugada para fazer um percurso muito grande pro ensino médio e tiveram muita dificuldade, isso se reflete na universidade, a gente chega na universidade faltando um monte de conhecimentos e uns professores não entendem, acham que é por ser preto e que preto tem dificuldade de aprender (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

A gente sofre esse racismo e a gente sofre por conta do inglês e outras línguas, dentro do ensino público ele não é muito comum e a gente ficava com muita dificuldade. Era uma das maiores das dificuldades que a gente passava dentro da administração pública. Que era o professor que chegava com uma linguagem muito americanizada, algumas coisas que eu nunca tinha tido contato e coisas que poderiam ser ditas pra facilitar o nosso aprendizado não eram feitas. E aí a gente ficava assim, e quando a gente tentava trazer o assunto pras nossas vivências era cortada, era exagero, era mimimi de gente preta. Também acho que gente é muito inferiorizada, quando a gente está dentro da sala de aula, se tem um homem falando, que a gente vai falar das nossas vivências, elas são postas em segundo plano, ou se a gente está falando primeiro e um homem alterar a voz, ninguém se importa com aquilo, acha que é o normal. Também dentro do movimento estudantil e em outros locais, eu levei muito nome de agressiva, mas não é isso de ser agressiva, quando eu tava lá as meninas conseguiram ser ouvidas, porque eu nunca tive esse problema de ser tida como pessoa raivosa, eu acho mesmo que as mulheres têm que falar, eu batia na mesa e falava mais alto. Eu sempre foi muito assim de peitar mesmo, mesmo, sabe, eu sofri muito isso dentro da universidade. Dentro desse curso de exatas não existe muito essa discussão de sexismo, mas a gente sempre tinha que ouvir calar e engolir a seco ou pegar uma briga com professor e não vale a pena brigar com professor, a maioria era homens e brancos. Também tenho vários amigos que são de religiões de matriz africana e a gente via esse preconceito com eles, eu via isso de perto, de até eles terem que se limitar as suas roupas nas suas falas até nas suas vivências por conta de professores que eram intolerantes com eles. E a universidade diz que faz alguma coisa, mas ela não faz e quando o aluno denuncia o professor a gente ainda sofre retaliação. Não sei tanto nas humanas, mas, falo por minha área de administração pública, nos cursos de exatas é assim. É como se tivesse uma UNILAB do dia e uma de dia totalmente diferente a noite das humanas. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Acho que até um tempo atrás, eu acho que eu não conseguia enxergar, sabe? Racismo, sexismo e outras coisas. Eu passei por um processo de descobrimento, e esse processo foi muito bonito, muito ardente e muito difícil, mas foi um processo mágico para mim e muito importante, porque aconteceu coisas comigo, por exemplo, eu sofri muitos processos de racismo e por não me considerar, porque não tinha essa questão de raça negra, eu não percebi que aquilo era um processo racista e que o problema estava nas pessoas. E aí assim, quando eu comecei a me ver, a me reconhecer, foi aí que eu percebi que muitas daquelas coisas que eu passei e passo é por conta da minha cor, entendeu? Por isso, acho que na universidade tem o lado bom, que foi a descoberta, e o lado ruim, que foi o racismo. Por exemplo, é bem assim, acho que os meninos que são brancos são mais ouvidos pelos professores, pois tem mais tempo para estudar, muitos não trabalham, né. Assim, pra mim, como

mãe e dona de casa e trabalhadora, é bem mais difícil. No curso de exatas as pessoas não falam muito sobre essas coisas de racismo. No caso dos professores negros, sentia que alguns alunos não gostavam. Também estranhavam muito os alunos africanos quando chegavam no Brasil por suas roupas, depois como eles mudavam pra roupas brasileiras acabavam ignorando, muitas vezes era como se não estivessem ali. Poucos brasileiros buscavam se relacionar com os alunos de fora da África. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

Eu já vi vivenciei. Eu já vi na minha sala, é um grande impacto quando você chega numa sala e tem uma professora negra, uma doutora, é um grande passo pra muitas meninas negras que não tinha esse costume. Pelo contrário, somos acostumadas a qualquer professora ou professor ser branco. Eu vi que ainda no Bacharelado em Humanidades, uma professora que sofreu muito racismo na nossa sala. Tal hora uma menina branca, disse a ela gritando, que não vou nem falar o nome dela aqui, da menina, mas ela não gostou de uma nota que a professora deu pra ela e ela perguntou a professora bem alto “*quem você pensa que é pra me dar uma nota assim?*”, ela gritou para a professora. E nesse momento a professora se desestabilizou, até porque ela é uma pessoa que batalhou muito na vida toda, pra estar naquele espaço e de repente ser questionada por uma coisa que ela estava fazendo como qualquer outro professor. E de sexismo também vivenciamos muito, principalmente nós, meninas, o assédio em si, que pra mim é sexismo, e eu não gosto de tolerar, mas a universidade finge que não tem. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021, grifos meus).

É interessante que se perceba nas falas trazidas pelas interlocutoras como a universidade também promove silenciamentos. Afinal, estamos falando de uma estrutura que há anos vêm sendo lugar privilegiado de pessoas brancas, onde relações conflituosas acontecem e onde o racismo estrutural também atua. Como contribui Kilomba (2019, p. 77): “Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegiada manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes.”

Nota-se que parte das falas traz à cena a atuação de sujeitos brancos sobre negros. É como se, insistentemente, a pergunta “Você sabe com quem está falando?” fosse repetida nas cenas que compõem a trama, assim, “[...] o sujeito negro é forçado a desenvolver um relacionamento com o eu e a performar o que tem sido roteirizado pelo colonizador, produzindo em si mesmo a condição, internamente dividida, de despersonalização.” (KILOMBA, 2019, p. 119). Posso dizer que já senti na minha pele negra a força do sexismo e do racismo, quando o professor homem branco da banca de entrevista me questionou, sobre a relevância de se pesquisar mulheres e suas trajetórias para a antropologia, lembro-me dele falando com um ar de crítica: Qual a importância de se estudar isso, lugar de fala de mulheres? No seu rosto, vi a imagem de alguém que se colocava numa posição de superioridade. Senti-me tão pequena e fragilizada que até fiquei gaga para responder. Hoje me questiono se o que se encontra em jogo na visão de tantos homens brancos presentes na

universidade é capacidade de produção de conhecimento por mulheres negras por conta de nossa cor e gênero. Na academia em muitas situações atitudes e “[...] comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes quando falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta às margens [...]” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Outro ponto compartilhado na escuta das narrativas foi sobre o currículo da universidade e a presença de autores e autoras/es negras/os nas disciplinas. Na conversa com Jendayi (diálogo realizado em 23/03/2021), ela falou: “nas disciplinas de administração não lembro nenhum autor negro, iniciei o contato com autoras negras através dos movimentos que participei.” Já Eno, que vem do Bacharelado em Humanidades e hoje faz Antropologia, destacou: “Sim, tive bastante, pra mim foi muito interessante porque, até então, eu nunca tinha tido acesso a autores negros e negras, mas logo em BHU eu já tive, fiquei feliz.” (diálogo realizado em 10/03/2021). Para Zuri, foi possível conhecer o mundo da literatura através de mulheres negras em pedagogia: “Conheci sim, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus na literatura. Eu amo! Tem outras, mas lembro dessas.” (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021). Nessa busca por incorporação de um currículo que contemple também leituras que vão na contra mão ao racismo e sexismo presente na academia, alguns dos professores e professoras presentes nela, em especial os da área de humanas, enfrentam o desafio de trazer para o cotidiano da UNILAB intelectuais negras/os.

4.4 O caminho das ialodês: Sobre lutas e Resistências!

Durante os diálogos que tive com as interlocutoras, pude sentir o quanto a realidade que vivemos se apresenta de forma violenta para essas mulheres. Nas conversas, a palavra “força” adquiria uma presença simbólica. Como já destaquei, os diálogos foram feitos de forma individual, no entanto, me pareceu evidente a necessidade destas mulheres em expressar sua força. Pergunto: Por que nós, mulheres negras, temos que investir tanta força para viver? No dicionário Buarque de Holanda encontramos duas definições para força:

s.f O que tem grande vigor ou potência física, que é forte. Física. O que altera ou provoca um movimento uniforme num corpo; v.t Fazer ceder a força; quebrar, romper: forçar uma porta. Constranger, violentar. Conquistar, conseguir obter por força (Dicionário online Buarque de Holanda, Aurélio, abril de 2021).

Para Vergés (2020), atualmente vivemos a continuidade da missão colonial, estamos em meio ao neoliberalismo, em que os direitos das mulheres passaram a ser manipulados através do poder do Estado, estando nas mãos destes poderosos. Olhando a partir

deste prisma, através da escuta das nossas interlocutoras e seus desafios de mulheres negras, vemos que o corpo da mulher negra coloca muita força para viver, o que faz com que esse corpo adoça fisicamente e mentalmente. Vejamos o que Eno diz:

Bom, pra mim eu tive que superar todas as minhas dificuldades, né, pra estar nos espaços que hoje eu estou. Aquela coisa de tipo, muitas vezes com meus problemas emocionais, como os problemas físicos para mostrar que é forte, pra mostrar que é guerreira, pra mostrar que consegue. Então assim, a mulher negra hoje tem que fazer tudo melhor que todas as outras pra ela poder ser aceita no espaço, ela tem que ser extraordinária, ela não pode nem ser boa trabalhadora, ela não tem que ser boa, ela tem que ser excepcional, se não for perde o emprego. Eu sempre tenho que passar aquela imagem de que estou disposta, aguentando cuidar dos filhos, trabalhar, estudar, cuidar dos pais. Eu acho que a mulher negra faz tudo, se sobrecarrega para chegar na hora certa, mas se atrasar no trabalho o patrão não vai ver o porquê de ela atrasar. Muitas vezes é um filho, né, que está com problema e até com uma coisa, só a gente sabe, a mulher negra está abaixo socialmente de todos os outros e outras categorias sociais, então ela é uma mulher batalhadora, mas ao mesmo tempo adocece mentalmente é difícil lidar com esses problemas. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

Nas conversas que tive com Monifa e posteriormente com Adenike a necessidade de ter força para protagonizar lutas em prol dos direitos das mulheres também apareceu. Elas destacam que é preciso se fazer forte, afinal estamos em uma luta que envolve gênero, raça e marcas do patriarcado que hoje trabalha sobre novas faces. “O objetivo das políticas destes patriarcas são os mesmos: servir ao capitalismo racial, explorar, extrair, dividir, despojar, decidir quais vidas importam e quais não importam.” (VERGÉS, 2020, p. 19). Vejamos suas falas:

Eu acredito que hoje ainda existem muitas pessoas que continuam com esse pensamento da mulher submissa, abaixo dos homens. Hoje ainda existem pessoas que ainda não passaram por esse processo de transformação que nós passamos. Acho que, como mulheres negras, hoje não podemos baixar a cabeça para ninguém, né. Temos que ser fortes e lutar pelos nossos direitos. Eu acredito, eu acredito, nossa, como eu acredito nessa luta! Porque nós somos mulheres de força, entendeu? E essa força é natural da mulher. Ser mulher negra pra mim é ter muita força. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

Ser uma mulher Quilombola é reconhecer que o Brasil tem uma dívida histórica com nosso povo, é que a gente tem que lutar pra que todo dia para que outras mulheres possam resistir, possam não precisar ter que colocar toda essa força que a gente coloca que possam viver e é isso. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

Outro dia, ao ler Audre Lorde, me deparei com a pergunta: Seu cabelo ainda é político? Na conversa que tive Jendayi, falamos muito sobre cabelo, sobre a força que o cabelo negro tem para a mulher que se descobre e se afirma mulher negra. Nesses dias, durante a escrita desta pesquisa, confesso que não tenho tido tanto tempo de organizar meu cabelo crespo, e fui surpreendida por uma pessoa branca que me disse “seu cabelo, tá muito

feio, devia era raspar com um PrestoBarba” (aqui no interior significa raspar com uma lâmina de barbear). Neste momento lembrei-me de Jendayi, de Lourde e de tantas outras situações que envolvem nosso cabelo encaracolado. Questionei-me: Por que os cabelos de negros e negras incomodam tanto a branquitude? Por que, em muitas das vezes que querem nos atacar, vão direto ao nosso cabelo? É como se nos apunhalassem com uma lâmina em um ponto de muitas cicatrizes. Aí vêm à cabeça todos os traumas desde infância. No seu texto, Lorde (2020) narra que, durante uma viagem que fez a Virgin Gorda, foi proibida de embarcar por conta do seu cabelo. “Não estava nem um pouco preparada para o que ela me disse, de repente, ainda sorrindo: Bem, você não pode vir aqui com o cabelo assim, sabe. Então pegou o carimbo e estampou “ não permitida” no meu cartão de entrada.” (LORDE, 2020, p. 70).

Na conversa, Jendaye me falou:

Depois que eu passei a transição capilar, senti mais forte o que é ser uma mulher negra, diria que é lutar numa sociedade racista. Quando pequena eu tinha muita, muita vergonha de soltar meu cabelo, era sempre preso, as pessoas falavam do meu cabelo, que eu era feia. E quando fiz a transição capilar e assumi meu cabelo solto, me doía muito quando eu ia para as reuniões representando os estudantes e não era chamada para as mesas. Assim, reuniões em outras cidades quando era convidada sempre ouvia “ajeita um pouquinho teu cabelo, passa uma maquiagenzinha, tem muita gente ali que é da alta sociedade”. E você fica meio doida, cansada. Na questão de trabalho também senti muito, quando olhavam pra mim e pro meu cabelo, parece que mediam minha capacidade. Eu não conseguia cargos mais altos, só trabalho de supermercado. Parece que dizem, “é aqui que é o seu lugar”, era como se as pessoas tivessem definido que o lugar para a mulher negra tem limite é até aqui. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Dentre as mulheres entrevistadas, Monifa também relatou o papel do acesso à universidade no seu assumir-se como mulher negra, processo esse que também passa pela aceitação do cabelo. Para nós, mulheres negras, a liberação dos cachos é uma liberação física, mas também da alma. É como aceitar ser coroada pela sua força negra, mesmo que a branquitude insista em tentar lhe desconstruir, insinuando, por vezes, que o cabelo negro é sujo e que não é bem cuidado. “Você penteia seu cabelo? Eu acho isso tão doentio e tão triste, sabe. Nosso cabelo parece diferente, mas não passa pela minha cabeça ver uma mulher branca adulta e lhe perguntar: “Com licença você lava seu cabelo?” (KILOMBA, 2019, p. 124). Sobre sua negritude e seu cabelo, Monifa falou:

Eu acho que eu, eu própria quando criança usava essas barreiras, acho que para me proteger, entendeu, principalmente sobre o meu cabelo? E aí quando a Unilab veio e trouxe todas as discussões que ela traz, trouxe professoras negras, estudantes africanos. Foi uma carga de conhecimento e cultura muito grande para mim, né. Eu comecei a perceber que eu precisava quebrar minhas barreiras, para poder, a partir de uma destruição, me reconstruir, sabe? A entrada na UNILAB me possibilitou,

essa quebra me trouxe esse processo de descoberta. Antes, por exemplo, pode ser uma besteira para os outros, mas pra mim não, a questão do cabelo. Antes tentava deixar o cabelo liso e tinha vergonha ou então direto preso, tinha vergonha dos meus cachos. Depois da Unilab comecei a mudar colocar trancinha, a libertar os cachos. Então assim, é um processo visual também, nesse processo está a descoberta de reconhecimento e afirmação da sua negritude. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

Esse percurso de auto aceitação da negritude acaba desaguando na necessidade de envolver-se em lutas coletivas. Assim “quando nós, negros, construímos a nossa identidade não a limitamos à esfera privada. Nenhum processo identitário se reduz a isso. Refletir e afirmar a identidade negra nos coloca no cerne de processos coletivos e públicos [...]” (GOMES, 2002, p.43). Sobre as políticas públicas para as mulheres, Eno e também Adenike afirmam que é preciso olhar para a saúde das mulheres.

Eu destacaria principalmente a saúde reprodutiva acessível, né, que a gente poderia pensar pras mulheres tanto na zona rural quanto na zona de periferia. Eu acho que a gente vê que a maioria delas não tem condições e só acessa o anticoncepcional, mas o funcionamento do seu próprio corpo as mulheres não sabem. Nós, mulheres negras, colocamos nossa vida na mão de um médico que só olha pra você e passa um remédio anticoncepcional ou uma camisinha, esquece totalmente de entender aquilo. Entender será que isso está sendo bom pra saúde dela, o anticoncepcional, ou será que ela está se alimentando bem será que ela tem tempo de se cuidar. Então assim, eu vejo que isso é tão forte que parece que naturalizou a mulher pobre da zona rural e de periferia tem muito câncer de útero, de mama, porque não tem acesso às políticas da saúde. A gente poderia evitar problemas que são muito grandes que depois não tem mais solução, como um câncer, se você descobrir bem depois já era. Quando descobre cedo tem toda uma chance, toda uma vida pela frente com cuidado. Agente tem toda uma questão de saúde física que a gente tem que cuidar. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

O SUS precisa olhar mais para as mulheres negras, que são as que mais precisam. Se você olhar para os atendimentos ainda falta muita coisa para melhorar as políticas de saúde da mulher, muitos exames demoram no SUS e aí particular é difícil pagar. A universidade também precisa pensar mais nas mulheres negras que são mães: como é que nós vamos estudar e dar de comida aos nossos filhos? Precisa ver isso também. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

Na opinião de Zuri, existe a necessidade urgente de uma agenda que busque garantir trabalho, principalmente para as mulheres negras em situação de vulnerabilidade:

É muito importante para as mulheres negras elas terem uma renda, às vezes a maioria dessas violências contra mulher negra que vemos tem a ver com a falta de renda. Aí a mulher que não tem uma renda vai depender daquela pessoa, que às vezes maltrata ela e os filhos. As políticas públicas precisam ajudar as mulheres que mais sofrem, pois passam muita necessidade. Elas precisam ter uma renda, né, e sair do desemprego. A mulher negra que vive excluída e que, muitas vezes, só consegue umas migalhas lavando roupa ou fazendo limpeza, precisa de uma melhoria de vida pra ela e para a família, né. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

A problemática que envolve uma agenda de política pública para as mulheres é também uma agenda de direitos humanos que ultrapassa o binário biológico homem e mulher e nos unifica. “Dessa forma, a noção de “direitos humanos”, nos seus múltiplos sentidos, revela-se como um campo de disputas e tensões, em nome do qual são construídos, legitimados e deslegitimados diversos processos de demanda [...]” (GROSSI, 2020, p. 150). Sobre a agenda de políticas públicas para mulheres durante minha conversa com Monifa, ela narrou:

Assim, eu não consigo vislumbrar espaços públicos, políticas públicas para a mulher. Eu vislumbro políticas públicas para crianças, para os idosos. E eu não consigo vislumbrar políticas públicas para mulher. Eu vejo políticas públicas pra gestante, mas cadê para aquela mulher que não está grávida? Cadê os espaços de lazer pra mulher? Cadê a saúde pública considerando as especificidades da mulher? Falta trabalho para a mulher negra, se quiser tem que estar nos cargos mais baixos. A mulher precisa levantar, se unir e fincar uma bandeira também. Por que a partir do momento que nós mulheres fizemos isso, muita coisa acontece. Eu acho que falta muito essa questão de organização de luta. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

Nessa direção, também foi possível entender melhor como cada uma destas mulheres negras exercem seu ativismo em prol de suas irmãs negras e suas vidas tão exploradas, porém tão necessárias dentro do sistema capitalista e colonialista, desde o processo de escravização. Adenike integra o movimento quilombola e nas últimas eleições foi candidata a vereadora; Monifa já foi diretora do DCE e hoje busca, através do grupo de teatro que participa, trabalhar temas que abordem desigualdades sociais; Zuri é uma das organizadoras do encontro anual As Pretas na UNILAB, e também desenvolve trabalhos junto a famílias vulneráveis; Eno também encontrou nas artes o seu espaço, atuando como produtora cultural, e buscando sempre desenvolver trabalhos que envolvam as mulheres negras.

Eu sou produtora cultural e a minha formação me permitiu trabalhar e estar dentro do movimento, desse espaço. Estamos lá pra fazer a mediação e é claro que nem todo poder público, toda a gestão, está ali aberta. Incluímos várias pautas, entre elas a questão social, procuro buscar sempre a pauta da participação das mulheres, principalmente as negras. A maioria é de homens, mas também existem mulheres negras como eu. Um resumo grande do momento cultural do Maciço [do Baturité] é que não é uma coisa institucionalizada, mas também não é só pessoas que participam do grupo são pessoas que buscar reivindicar ou espalhar alguma informação através da cultural para as comunidades. É mais ou menos assim que tem funcionado movimento. Não é assim tão fácil quando vamos atrás do poder público, às vezes você marca, eles não vão, mas às vezes eles não estão mesmo muito “afim” de escutar. Todos os gestores falam que o esporte e a cultura são importantes, mas na prática não acontece, nunca tem dinheiro para investir na política pública de cultura. Agora estamos tentando organizar um grupo de audiovisual, a gente percebeu que tem poucas mulheres dentro do visual, é

necessário que haja uma política pública cultural que atinja essa galera, as mulheres. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

Quando conversei sobre ativismo, e sua participação enquanto mulher negra na luta engajada, me chamou a atenção a iniciativa dela e dos membros do DCE na luta pela construção de uma brinquedoteca com fraldário. As mulheres negras que estão na base do sistema da hierarquia capitalista sofrem bastante com a ausência de creches onde possam deixar seus filhos em segurança, estejam elas na universidade ou nos seus postos de trabalho. Como a grande maioria, essa é apenas uma das carências pelas quais passam as vidas negras, por conta da ausência do Estado e a garantia de creches. “As mulheres de minorias étnicas têm particular necessidade de um sistema de creches amplo e acessível. Tal sistema deveria ser não racista, não sexista, estar disponível para todas as pessoas que precisassem contar com financiamento federal.” (DAVIS, 2017, p. 35).

Eu comecei meu ativismo em 2017. Eu tive contato com a Carol dentro da Kizomba, eles queriam montar um centro acadêmico dentro do meu curso e perguntaram se eu queria participar e basicamente eu entrei por esse motivo, pra estar dentro da cota de mulheres negras na gestão. E aí nós ganhamos e aí a gente começou contatos e trabalhos para deixar a universidade com mais acessibilidade e conseguimos uma emenda com uma deputada. E depois do centro, entrei no DCE e começamos a desenvolver ações voltadas para as mulheres por conta do assédio, principalmente as mulheres africanas. Também conseguimos outra emenda parlamentar para construir uma brinquedoteca dentro da unidade para que as mães tivessem onde deixar seus filhos. Foi muito da minha vivência enquanto mãe e mulher negra, né. Eu tinha essa dificuldade de estar na aula e ter um espaço na universidade que pudesse acolher a minha filha, além de tudo que já te falei antes, na gravidez. Essa brinquedoteca vai ter até fraldário. Por causa de pandemia, né, tá tudo um pouco parado. Semana passada a gente conseguiu uma promessa de emenda de R\$155.000 pra ajudar na assistência estudantil voltada para estudantes negros. Então assim, as pessoas me procuram muito, tá. Eu procuro ajudar sempre. Desde 2017 pra cá, foi muito trabalho, mas foi bem, foi bem marcante com certeza. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

A violência contra mulher é um tema importante que afeta, principalmente, as mulheres negras, e no Nordeste brasileiro, região onde vivemos, ela se manifesta de forma muito forte, pois predomina uma visão onde o homem tem que ser “macho”, e essa macheza é, muitas vezes, a raiz de feminicídios bárbaros. Na relação de violência, a mulher negra é tratada como objeto, como um mero corpo sem direitos. Ouvi sobre violência no meu encontro com Eno: “A violência contra mulher, eu acho que se fixou numa imagem de dominação, desde muito tempo atrás, da colonização, a gente precisa entender, né, que a violência atinge todas as classes, mas majoritariamente afeta a mulher negra.” (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021). Já para Zuri, violência contra mulher, machismo e racismo caminham juntos como marcadores sociais de gênero, raça e classe:

Eu posso dizer que eu vivenciei a violência contra mulher com a minha mãe. Nós filhas fomos vítimas do machismo, quatro mulheres. Digo isso porque fomos criados assim: enquanto as mulheres tinham que trabalhar, os meninos tinham que estar em casa assistindo televisão, fazendo qualquer outra coisa, mas quem fazia as tarefas eram sempre as mulheres. E a desigualdade já começava aí, o machismo e a desigualdade contra mulher vêm de casa, é estrutural, começa na criação dos filhos, né. Acho que a luta por reconhecimento e pelo fim do feminicídio, que tira a vida de mulheres todos os dias, é uma luta da gente. Também percebo que a violência tem a ver com racismo, certo. Eu posso dizer que percebi que eu sofria racismo só depois de adulta e como ele mexe com o psicológico da gente, quando eu era criança eu não queria a minha pele, minha cor negra, queria que eu fosse como a minha mãe, pois minha pele era como a do meu pai. Eu vivenciei o racismo dentro de casa também, ele perpassa todos os espaços até chegar ao ponto de tirar a vida de outra pessoa por ela ser negra, né. Eu acho que a gente tem vivido muito isso. Assim, tem jovens negros mortos todos os dias na periferia, tem mulheres negras sendo vítimas de violências. Mas a gente não lê a realidade que o racismo ele mata, ele tira a vida de muitas pessoas a luta da população negra é pela sobrevivência, para permanecer, a luta é pela vida e pelo básico. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

Enquanto falava com Adenike a respeito da violência contra mulher, ela chama atenção para a questão da vacinação do povo quilombola contra a COVID-19. Noto que o assunto a angustiava, uma vez que vivemos no Brasil um quadro de muitas mortes por conta da demora por parte do governo na aquisição de vacinas. A impressão que ela me transmitiu foi de se sentir violentada, junto com os seus, dentro de um sistema que não reconhece o valor de cada vida.

A violência contra mulher, contra a diversidade, o racismo, estão cada dia mais sutis. Os machistas, sobretudo desse governo, eles saíram de dentro dos armários. A gente percebe que nos espaços em que a gente está, as pessoas se incomodam com meu cabelo, a forma que eu visto, as pessoas aí têm racismo estrutural. É bem pior ainda, por exemplo, voltando agora para a pandemia, a gente não foi nem colocado no Plano Nacional de Vacinação e aí se cria, um cadastro, ele cria esse cadastro, mas só perguntou se você é Quilombola. Mas aí qualquer pessoa pode dizer isso. E as pessoas depois tomar o nosso lugar como já aconteceu com as cotas? Na questão de quando você preenche, vá pensar, como é que boa parte do nosso povo quilombola, pode fazer esse cadastro, sem ter escolaridade, não tendo condições materiais de preencher esse cadastro, e o mais agravante é que você tem que monitorar. É afastar a gente dos nossos direitos, assim como foi com a gente na educação, a gente precisa desses espaços. Parece que quer a gente morra de covid, como quem diz, “tu não morre com o sofrimento, mas morre de doença”. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

Neste sentido, continuaram minhas descobertas durante a escrita deste trabalho, e sigo pensando sobre meus marcadores raça e gênero. Em alguns momentos sinto uma constante desordem, diante de tantas informações, em outros me deparo com gatilhos de situações que também sinto. Penso sobre escravização/abolição e isso me faz recordar o antropólogo ao falar: “Você poderia comparar aquele tempo ao de agora, o antes e o depois, descrever como a vida costumava ser, e aquilo em que ela se tornou desde então” (GEERTZ,

2012, p. 9). No entanto, vejo que dar voz a essas narrativas é muito mais que escrever, é realmente pensar: O que mudou ao longo do tempo? Como o Estado continua a classificar os corpos e decidir quem tem direito à vida? Para encerrar essa sessão que abordou as lutas e resistências das mulheres negras, vejamos a narrativa de Eno, sobre a mulher negra ontem e hoje.

Eu sou bolsista do Arquivo Público do Ceará e no momento a gente está fazendo um trabalho que é lendo os arquivos que existiam sobre Acarape e Redenção de muito tempo atrás, de 1800, então a gente está revendo o material. Sobre as mulheres, os relatos falam de mulheres de Fortaleza, as irmandades que financiaram a liberdade. A história foi contada de uma forma pra exaltar o colonizador, e agora que a gente percebeu isso no nosso trabalho enquanto histórico de pesquisa, né. Bom, o pouco material que a gente já teve até agora da história, a gente tem notado a presença feminina, presente da mulher negra escravizada. Nesses arquivos que eu acabei de falar, a gente encontra muitos crimes de violência contra mulher escravizada, viu. Qualquer senhor de engenho de outra fazenda poderia violentar uma mulher de outro senhor uma mulher negra de outro senhor, inclusive, a gente tem nome tem data, qual é acusação, tem muita coisa que mostra essa mulher e como que era a vida dessa mulher escravizada. Na história oral em Redenção, no Museu Senzala, a gente encontra uma fala uma narração de uma mulher que foi enterrada viva dentro de uma senzala. Olha o nível de violência que sofreram essas mulheres. Na senzala também havia uma sala para as mulheres escravizadas que o senhor de engenho deseja, onde ele tinha acesso direto, essas mulheres elas eram estupradas e o que acontecia com essas mulheres era muito doloroso, ele poderia fazer isso porque ele era o dono delas, ela servia ao seu senhor e era judiada pela sua senhora, e até hoje é uma mulher negra é a mais sofrida. Mas vejo que hoje começamos a falar e vamos quebrando essas correntes de vez, invadindo os espaços. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

4.5 Fantasias de um imaginário de metáforas libertadoras

Este trabalho etnográfico também se dedicou a indagar sobre os mitos locais do feminino e qual a percepção das interlocutoras. Como abordado ao longo desta pesquisa, a cidade possui várias narrativas, os mitos estão presentes no imaginário social do fato heroico da “libertação dos escravizados”, e os monumentos e histórias a partir do olhar colonial estão por toda parte na cidade. Neste sentido, durante as conversas que tive com as interlocutoras, busquei ouvi-las sobre as metáforas libertadoras que invadem a mente de seus habitantes e refletem na memória coletiva. Assim, considero que, a partir “desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação.” (PEIRANO, 2008, p. 2). Na conversa que tive com Jadeny, ela destacou a romantização da cidade em relação ao feito histórico, e também relatou seu sentimento em relação ao racismo que sofrem os estrangeiros na cidade. Durante nossa conversa, sua voz embargou ao falar do marido:

As pessoas dizem que eu tenho muita polêmica quanto à história da cidade, eu acho que não é uma história bonita, não acho que é uma história pra sonhar, quando eu vejo as pessoas romantizando a história, fico pensativa. Acho que a morte e escravização de pessoas não é uma coisa romântica, engraçada, não é uma coisa que a gente deva estar fazendo como entretenimento, acho que existe uma dívida histórica não só no Brasil, mas também na cidade. Conseguiram enriquecer em cima do sangue de outros seres humanos, os escravizados. E quando a UNILAB veio para cá, essas pessoas continuaram ganhando com suas terras e aluguéis caros para os estudantes, isso diz muito sobre o racismo na nossa sociedade. As pessoas continuam enriqueceram em cima disso, em cima das pessoas negras. E quando os africanos chegaram aqui com a UNILAB, elas acharam ruim, que estejam pessoas africanas aqui, elas não concordam com isso, elas não gostam de pessoas africanas, elas têm preconceito, elas têm racismo com os estudantes africanos. Eles sofrem com esse preconceito. Meu marido esses dias estava com um caroço na garganta, e pra pedir uma autorização pra poder fazer um exame, ele sozinho não consegue, eu tive que ir lá, se não fazem de conta que não estão vendo ele lá. Eu sou casada com um estudante que é negro do Timor-Leste e a gente sofre racismo. As pessoas tem racismo aqui na cidade, eu me envergonho muito. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Dentre as experiências compartilhadas, falamos ainda sobre os monumentos da cidade. É interessante que o primeiro que vem à mente das interlocutoras, quando motivadas a falar, é a imagem mitológica da “Negra Nua”. Considero fascinante a força que este monumento tem sobre o imaginário social: “a imagem é, por um lado, guardada por um saudosismo; por outro, significa uma estratégia de controle dos homens sobre o tempo em que tudo se transforma, mudando a aparência dos objetos, uma fisionomia de pessoas ou as formas da paisagem.” (MATHIAS, 2016, p. 158). Zury falou comigo sobre a negação da existência de negros no Ceará, a valorização do Busto da Princesa Isabel e o lugar da mulher negra na cidade sobre sua ótica a partir do monumento “Negra Nua”:

Ao longo dos anos, não falamos sobre a luta das mulheres negras, geralmente não se pensa no processo de resistência, né. As pessoas dizem que não têm pessoas negras no Ceará, mas eu vejo que sim, não conseguimos visualizar porque homens e mulheres negras que foram escravizados, né, foram silenciados, todo o brilho vai pra uma princesa no final nossa luta é invisibilizada. A imagem que representa a cidade de Redenção é a imagem de uma mulher hiper sexualizada nua, e a gente pode ver que as mulheres negras foram mulheres que foram abusadas, estupraadas, já não bastava o trabalho forçado. E quando eu olho aquela imagem, eu penso em tantas outras mulheres, e vejo que aquela imagem, ela representa um corpo nu ali exposto. Enquanto a princesa Isabel tem seu busto com suas joias na praça, a negra está nua, exposta. É um processo muito violento de um monumento. Ainda tem aqueles bustos de homens negros com corrente que tem nas praças, as imagens em Redenção são muito isso, representações bem caricatas do que era realmente a história. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

Para Adenike, os mitos presentes na cidade representam o colonizador através de suas imagens. “Um depoimento, uma entrevista, não são apenas relatos referenciais e propositivos, não apenas duplicam uma realidade mental que descreve o mundo por equivalentes verbais. Muitos são os significados embutidos numa conversa.” (PEIRANO,

2008, p. 1). Sua fala corrobora com a de Zuri, no sentido da objetificação do corpo negro feita através do momento “Negra Nua”.

A nossa história sempre foi contada na ótica do colonizador e ele conta somente o que é conveniente pra ele. Quando você olha a olho nu pra Redenção você percebe isso, o Ceará não reconhece que tem negro. Quando eu ando na rua, as pessoas perguntam: Mas você é baiana? Penso, o que é isso? Por que não nos vemos negros? Na Negra Nua você vê a mulher nua, isso só aumenta discriminação da mulher como objeto. E aí você vai naquela coisa dos negros libertos, o Museu, é uma decadência, ali contam tipo como se fosse sempre motivo de graça. Rir da dor dos outros não é legal. Por outro lado, estamos aqui para desconstruir, né, estamos aqui e vamos contar outra história. Tem que pensar que hoje está difícil contar outra história, com esse homem tentando nos demonizar. Esse governo eleito agora fala, com isso, agora sempre com isso de nome de Deus, “em nome de Deus”. Tem um livro chamado O Menino 23, importante pra entender como esse processo se deu, e como as pessoas usam o nome de Deus para oprimir. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

O diálogo com Monifa vai na contramão do relatado feito pelas demais interlocutoras: para ela, o monumento “Negra Nua” transmite liberdade. Observei que ela parece relacionar na sua psique a imagem da “Negra Nua” com todo o processo de liberdade, que ela, Monifa, passou ao se assumir como mulher negra. Vejamos sua fala:

É até interessante isso, porque era como se ele não existisse para mim, entendeu? Era simplesmente um concreto que tava lá e que divide as duas pistas, mas não tinha muita relevância para mim aquele monumento. E aí eu passei por um período como guia turística. Quando eu passei por esse período como guia turística, no meu processo dentro do meu serviço público, eu tive que estudar. E foi aí que aquele momento ali, que o monumento apareceu pra mim. E passou a representar o sofrimento, a inferioridade da mulher, a falta de força que a mulher naquele período tinha né? A submissão. Antes não representava tudo aquilo pra mim, mas depois que eu passei pelo processo da Unilab, e aí eu acho que ela possibilitou abrir o horizonte para muitas coisas, sabe? Hoje eu olho o monumento Negra Nua e eu vejo o que ele realmente representa, que é a liberdade, entendeu, para mim, liberdade? Muitas mulheres acham que não, mas sinto como se fosse também a minha liberdade. O processo de ter me libertado e me reconhecer como mulher negra. O monumento Negra Nua ele representa a mulher, e essa mulher, ela não está ali de joelho submissa ao homem, ela está ali de joelho agradecendo a liberdade que tá chegando e quebrou as correntes para lutar por ela. A quebra de correntes é o começo de uma nova vida, porque a gente começa a vida nua, a gente começa na vida na posição fetal, então, para mim, é um começo de uma nova vida, sabe? Então, o monumento Negra Nua representa, pra mim, hoje a minha mudança. E eu acho assim, que as pessoas têm que deixar de olhar para aquele monumento e ver só a Negra Nua, têm que olhar e tentar pelo menos imaginar o quê que ela está contemplando ali naquele olhar dela, né? Vai muito além da Negra Nua. Vamos pensar assim, o monumento ele foi erguido, se não me engano, no cinquentenário da abolição, né? E aí assim, vamos pensar na sociedade naquela época. A sociedade naquela época, infelizmente as mulheres ainda eram na rédea dos homens. Acredito que existiam as que não tava, aliás, eu tenho certeza, tenho convicção disso, mas eles tinham a necessidade de fazer com que a mulher fosse para o lugar dela, a sociedade tinha. Talvez até a sociedade criou aquele monumento para tentar até insurgir um movimento feminino, que talvez já tivesse surgindo naquele momento. Talvez ali foi pra dizer assim: ó, volte lá pro seu canto! Talvez aquele monumento tenha sido erguido pra isso, entendeu? Para tentar nos calar, mas não conseguiram. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

O fato é que as representações visuais de Redenção se tornaram parte da cidade e sua história, representando o olhar de uma sociedade escravocrata “transformando em imagem, sendo uma prova ou vestígio de sua existência, uma maneira, por excelência, de determinar como coisas estão ou não estão no momento em que vê.” (MATHIAS, 2016, p. 158). No entanto, é necessário refletir sobre a necessidade de um olhar decolonial em que o sujeito não se veja preso nas tramas do passado, sentindo-se num cenário no qual “ele é aprisionado com o a/o “outro/a” subordinado e exótico.” (KILOMBA, 2019, p. 30).

4.6 Aquilombar-se: Memórias que inspiram

No que se refere à discussão aqui presente, dentro do exercício interpretativo que a escrita etnográfica nos desafia, partilho agora as memórias presentes nas narrativas a respeito das mulheres negras que inspiram nossas interlocutoras a lutar por um projeto democrático no qual os direitos das mulheres sejam respeitados. O que nos unifica ontem e hoje é humanitário é um convite para ocupação do lugar de fala, quando as mulheres negras dizem: “Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais.” (RIBEIRO, 2018, p. 27).

No final da tarde de 6 de março de 2021, Zuri falou comigo sobre seus sonhos, do desejo de que outras mulheres negras cheguem à universidade, e lamentou não ter conhecido sua avó negra, pois morava distante. Na flor da idade, com um sorriso encorajador, reforçou o desejo de ajudar os seus a promover a mudança.

Assim, em relação as mulheres negras que me inspiram, têm olhar que só vim ter na Unilab. A primeira pessoa que eu conheci e comecei admirar foi Carolina Maria de Jesus: eu me identifiquei muito na vida dela nas dores e dificuldades. Também tem Angela Davis, Conceição Evaristo e outras escritoras negras. Queria muito ter conhecido minha vó, mãe do meu pai, mulher negra, mas não deu. Também admiro a Jaqueline Silva, que foi minha professora essa mulher negra linda, aprendi muito com ela. Sobre nossas lutas, o que tenho a dizer é que enquanto as mulheres brancas já estavam lutando pelo direito ao voto, as mulheres negras ainda estavam lutando pela liberdade, né. Vivemos em uma sociedade estruturalmente racista e as lutas das mulheres brancas do feminismo não são as mesmas do feminismo negro. Não é fácil falar das mulheres que vieram antes de nós que lutaram pela liberdade – tem uma frase que diz: que nossos passos vêm de longe, né. Então os passos das mulheres negras vêm de longe, nós, mulheres pretas, precisamos estar atentas e preparadas pra lutar por justiça. É meu sonho de vida que outras mulheres como eu tenham acesso à universidade. Não é uma mudança rápida, mas eu sei que uma hora ela acontece, eu quero ajudar os meus a conquistar esses espaços. (ZURI, diálogo realizado em 06/03/2021).

Adenike, mulher negra quilombola, trouxe para nossa conversa a força das suas matriarcas, o apoio da amiga negra Cris que não soltou a sua mão e lhe incentivou a acreditar em seus sonhos. Adenike é uma mulher forte, de um axé que lhe contagia. Enquanto o sol se punha, pela chamada do celular através do WhatsApp, ela me falou:

Eu vou falar sobre três mulheres negras que fazem parte da minha história: A primeira delas é a Maria Tereza, né, eu aprendi muito eu lembro quando eu era criança eu ia pra Quixadá com ela, era uma mulher com muita melanina, que era bem acentuada, era também discriminada e eu via as pessoas rindo dela, eu tinha muita raiva porque eu era uma menina e eu não sabia o que fazer, eu não entendia o que era racismo. Com ela aprendi muito, a dançar, cantar, a celebrar, aprendi o dom da partida com ela e a fé. Com a minha mãe, que por sinal aprendeu com ela, aprendi a ser a Adenike, essa mulher acolhedora, minha mãe lutou pra que eu chegasse na universidade. Ela é única que conseguiu terminar o ensino médio da família de minha vó. Subiu estrada de madrugada pra cuidar dos filhos, pra mim ela é uma mulher maravilhosa, de uma sabedoria infinita e que não foi valorizada. E outra pessoa outra mulher que admiro muito é a Cris, uma professora mulher negra, e ela é muito importante na minha vida, porque se não fosse ela não estaria falando com você aqui, se não fosse ela não estaria na UNILAB. Esse é o papel de nós enquanto mulheres negras a gente vai puxando as outras, a gente vai encorajando as outras a seguir. Eu me lembro da Cris dizendo assim, “você consegue, você tem um conhecimento, então você consegue”, e aquelas palavras dela foram importantíssimas para eu estar aqui hoje. Bem marcante pra mim. As cotas foram importantes, hoje quando eu olho para minha filha penso “que coisa boa, minha filha não vai precisar entrar numa universidade depois dos 40 anos como eu”. Outras mulheres que me dão força, além das matriarcas do quilombo, são a Conceição Evaristo, a Carolina Maria de Jesus, a Beatriz Nascimento, a Tainara Eugênia, que é a minha sobrinha e escreve poesia sobre o Quilombo, são essas algumas das minhas referências oprimir. (ADENIKE, diálogo realizado em 20/03/2021).

A fala de Eno trouxe a força da mulher do campo, vinda de assentamento, e trouxe à memória a força de sua avó mulher negra que criou os filhos lavando roupa. Ouvi-la me fez perceber sua serenidade, mas também sagacidade para lutar pela vida na cidade, longe dos seus. Durante toda a nossa conversa, foi possível sentir a importância da comunidade na sua vida.

Eu acho que, assim, minhas maiores referências de militância e de vida foram os meus pais, que passaram a vida inteira participando de movimentos sociais ligados ao campo, ligados à ecologia. Essa questão de gênero, né, eu aprendi muito na minha comunidade porque as mulheres ensinaram bastante que a gente não precisa ser submissa, então eu aprendi muito isso. Antes de eu ter um conteúdo teórico, eu tinha um conteúdo de vida. Quando via elas fazendo alguma atividade, eu ia pra lá junto, e aprendia muita coisa. Na minha comunidade tem rezadeira, agricultoras, elas sempre foram muito batalhadoras em busca da reforma agrária e pelos direitos das mulheres do campo. Minha avó, uma mulher negra, também teve um grande impacto na minha vida, ela me influenciou muito. Foi a minha vó Maria André, pra mim ela só tem superação do início até a morte dela, ela foi uma grande base ela é a base da nossa família até hoje. Ela conseguiu criar oito filhos sozinha e a principal atividade dela era lavar roupa, entendeu. Ela pegava roupas das pessoas e lavava no rio, e assim ela criou todos os filhos dela, e se hoje eu estou na universidade os passos foram dela, só tenho gratidão pela vida dela e pela oportunidade de ter sido

neta dela. Enfim, ela é minha grande referência. (ENO, diálogo realizado em 10/03/2021).

Para a jovem Jendayi, sua participação no movimento estudantil, somada às referências do feminismo negro, faz com que continue firme em seus passos. Também destacou a importância da política de cotas para o acesso à educação superior. Saber que existem mulheres negras como Jendayi me enche de esperança. Ela falou:

Aqui em Redenção é difícil porque as mulheres não se reconhecem como uma mulher negra, então tem essa imagem de mulher negra, as pessoas estão acostumadas a fingir que não existe, né, vivendo esse racismo velado e se mantendo assim muito fechado. Minhas referências vêm do feminismo negro, foi nele que aprendi que as mulheres negras desde sempre são sexualizadas e inferiorizadas, são as que têm menos estudo, são as que trabalham em condições mais desumanas. O acesso à educação pelas políticas, deixa eu ver como eu posso dizer essa questão, mesmo com acesso muitas não permanecem, né. Tem que mudar todo o sistema porque as mulheres negras têm muitos filhos, têm que trabalhar, têm que sair pra trabalhar em decorrência de seus filhos mais novos, e então têm também que cuidar da casa, têm que ajudar e aí gera uma cadeia muito grande. E assim, as barreiras são muitas, basicamente tudo, tudo é difícil pra gente, mas não podemos desistir. Eu acho, assim, que é muito da minha visão, sabe. A gente discute muito isso, depois que a gente conseguiu as cotas, né, a gente conseguiu as mulheres negras dentro das universidades, foi plantando a sementinha. E aí veio e conseguiu entrar na universidade, conseguiu ser acadêmica, consegui escrever, conseguiu passar sabedoria dela pra outra mulher, conhecer o feminismo negro. E tudo isso, eu acho que isso foi muito importante. Eu sou uma grande defensora da política de cotas e eu ainda acho que deveria existir uma política de cotas especificamente para mulheres negras, porque quando você vai ver a política de cotas, que você separar por gênero, você vê que há predominância de homens, que muitas mulheres não conseguem ter uma nota suficiente nem pra chegar na política de cotas porque elas não têm ajuda, não têm um sistema que as ajude a chegar ali muito. (JENDAYI, diálogo realizado em 23/03/2021).

Através da sua expressividade e segurança no falar, Monifa destacou que é preciso ressignificar e honrar a memória. Ao longo da história, as mulheres negras passaram por um apagamento feito pelos homens. Essa foi a narrativa trazida por Monifa:

Acho que todas as mulheres negras que foram apagadas da história me fortalecem, é a nossa ancestralidade. A mulher foi apagada da história, a mulher negra foi apagada em toda a história. Por mais que a mulher esteja ali por trás, foi ela que direcionou, foi ela que criou a estratégia para certas coisas, por mais que tenha uma mulher de extrema importância ali, a história não mostra isso. É o homem o responsável por esse apagamento, ele está em todos os processos históricos do nosso país. Infelizmente, para a gente conseguir resgatar a história das mulheres negras, vai ter que cavar muito fundo, para a gente conseguir descobrir essas mulheres que foram apagadas. A história da escrava que foi castigada até a morte, se eu não me engano, foi enterrada viva. Assim, é um feminicídio que foi gravado na história de Redenção. E me entristece quando eu escuto essa história, e eu escuto alguns falarem com ar meio que de orgulho, sabe? Por isso ter acontecido, dói. Imagina o quanto ela sofreu. É impossível, é impossível não se colocar no lugar dela. E quando, quando eu escuto, como eu falei, né, quando eu escuto isso sendo contado com um certo orgulho, desse fato histórico que aconteceu, sabe? Às vezes a forma como se conta essa história faz parecer que Redenção tem orgulho desse fato, e eu

não tenho. Eu acho que não deve ser esquecido, mas que a gente precisa recontar ressignificar, né? Essa é a palavra. Quando eu trabalhava como guia de turismo, eu tinha muito cuidado pra não mostrar a escravidão como um troféu da cidade. A gente precisa ter esse cuidado. A história da escravidão em Redenção não foi troféu. A libertação sim é um troféu, mas alguns traços dessa história da escravidão em Redenção não devem ser falados com orgulho, pelo contrário, nós devemos nos envergonhar como seres humanos. Às vezes, perguntavam: E aí, nessa história da negra, um dos castigos que ela sofreu, é que ela foi queimada pedacinho por pedacinho ou foi enterrada viva? E aí cada vez que eu escuto essa história, eu me sinto queimada também. Como falei, é preciso ressignificar. Acho que temos que fazer uma releitura dessa história, como a gente faz. Acho que a partir do momento que as mulheres quiserem sair da sua acomodação e ocupar esses espaços, o jogo muda, o jogo vira, entendeu? É honrar a memória dessas mulheres. (MONIFA, diálogo realizado em 25/02/2021).

Foi muito especial escutar narrativas que contam histórias, cicatrizes, dores e conquistas. Ao longo dos encontros realizados com cada interlocutora, foi possível caminhar com mulheres negras fortes. A responsabilidade da ética na escuta e no olhar de cada participante desta pesquisa, me fez sentir o desafiado da escrita etnográfica. Espero que a apresentação destes relatos tenha sido capaz de trazer à tona a potência das falas de nossas interlocutoras, que a força do tempo presente o Aiyê ressonando no Orum espaço infinito, possa trazer para os leitores deste trabalho as reflexões necessárias.

5 CONCLUSÃO

Durante a realização deste estudo antropológico, busquei analisar as trajetórias femininas de mulheres negras a partir do acesso à educação superior, e o despertar do seu olhar para o espaço a partir do feminino. A primeira consideração que gostaria de fazer diz respeito ao acesso por parte destas mulheres: é possível afirmar que não foi fácil, para essas mulheres, o acesso à universidade. Estou, portanto, falando de mulheres que pertencem a um grupo historicamente marginalizado e excluído em nosso país. Para essas mulheres, esse acesso se tornou possível a partir da política de interiorização do ensino superior, através da política afirmativa de cotas, através do Enem – todos esses empreendimentos políticos possibilitaram o seu acesso ao ensino superior. Além disso, é impossível não considerar o esforço individual de cada uma destas mulheres, que visualizaram na universidade a possibilidade de acessar a educação, instrumento de mudanças e construção de uma realidade diferente para elas e para os seus.

Porém, também percebo que a permanência na universidade é marcada por situações que envolvem marcadores de raça e gênero, seja através de situações cotidianas que passam pelo silenciamento do seu lugar de fala de mulher negra, seja pelas dificuldades que envolvem ter que tomar conta dos seus filhos, seja por terem que buscar através do trabalho meios para sobrevivência. A conciliação entre essas obrigações, somadas às situações de violências simbólicas vivenciadas dentro da universidade, deixa traumas que mexem profundamente com a subjetividade destas mulheres.

Assim, minha segunda consideração diz respeito à ausência do Estado, principalmente no contexto neoliberal no qual hoje nos encontramos, na efetivação e implementação de políticas públicas que possam garantir a essas mulheres uma permanência mais digna. Foi importante criar a universidade e fazer com que ela chegasse a lugares distantes no nosso país; no entanto, também é fundamental que se debata a garantia de permanência a mulher negra posicionada na base da classe trabalhadora. É necessário que o Estado seja capaz de elaborar uma agenda ética que vai além dos direitos das mulheres, mas uma agenda de direitos humanos que seja capaz de criar possibilidades reais para a redução das desigualdades sociais em nosso país.

Nesse contexto, foi possível constatar, ainda, que as interlocutoras, enquanto ativistas embasadas pelo feminismo negro, assumem discursos anticolonialistas capazes de

lutar contra a misoginia, racismo, lgbtfobia e tantos outros apelos presentes no contexto atual. A necropolítica, ou seja, a precariedade da vida, com a restrição de políticas públicas básicas para a sobrevivência, faz com que essas mulheres tragam em suas falas narrativas de denúncias de violência de gênero, racismo, falta de acesso ao trabalho digno e à saúde pública.

A terceira consideração que desejo fazer diz respeito à mulher negra e as metáforas de liberdade presentes na cidade de Redenção – CE. É interessante como a transição capilar possibilitada pelo acesso à universidade através do encontro com outras mulheres negras fez com que algumas de nossas interlocutoras se libertassem, se assumindo enquanto mulheres negras. O cabelo, para a mulher negra, vai além da questão estética, afinal, muitos dos traumas ligados ao racismo foram implantados através da força da branquitude em atacar o cabelo afro. Assim, libertar os cachos significa também se libertar. A leitura de outras mulheres negras fez com que elas fossem capazes de pautar discursos fortes que as tornam potentes a partir da ocupação do seu lugar de fala. Foi possível, ainda, falarmos do simbolismo que certas imagens apresentam, das memórias coletivas de “orgulho dessa história” presentes nas tramas sociais da cidade, e dos horrores que certas imagens transmitem às nossas interlocutoras.

Convém lembrar, ainda, que essas mulheres trazem em seus corpos os marcadores de raça e gênero, e por essa razão a movimentação de seus corpos na universidade provoca experiências distintas que se entrelaçam à coletividade. É dentro de um cenário histórico de negação de direitos que elas se refazem, pois nada foi de graça, cada uma teve que lutar muito para chegar ao ensino superior. Como intelectuais negras, elas produzem em suas falas reflexões acerca da ausência de políticas públicas, e de como o vácuo na implementação dessas políticas pelo Estado faz com que a população negra não tenha acesso ao direito de viver uma “vida boa”, ou seja, uma vida com dignidade, em que os direitos humanos sejam efetivados e respeitados. Assim, percebe-se a existência de uma vida precária e sem redes de apoio. É nessa realidade que elas têm a possibilidade de potencializar sua voz, dando visibilidade às margens, mostrando que o debate é amplo e requer que pensemos sobre “[...] as vidas de quem já são consideradas não-vidas, ou apenas parcialmente vivas, ou já mortas e desaparecidas, antes mesmo de qualquer destruição ou abandono explícito?” (BUTLER, 2012, p. 12).

Por fim, trago a fala da intelectual e ativista Marielle Franco que me instiga e impulsiona ao questionar: “Quantos mais precisarão morrer ?” (G1- RIO DE JANEIRO, 15 de

março de 2018). Que nós, mulheres negras, possamos, a partir de acessos a direitos mais equitativos como a educação, trazer para a nossa escrita intelectual a sabedoria das mulheres negras guardiãs dos saberes, e a força do nosso ativismo nomeando todas as realidades que negam o direito dos corpos negros à vida. Que possamos seguir em frente honrando nossas ancestrais e construindo um futuro melhor para as mulheres negras que virão. Axé!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Direitos Humanos. *In*: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no Pós-colonialismo**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2013.
- BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Florianópolis: Estudos Feministas, 1995. ano 3, n. 2.
- BELTRAME, Priscilla Braga. Gênero como categoria de análise para antropologia: contribuições das abordagens pós-coloniais. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: [s. n.], 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difusão Editorial: Editora Bertrand, 1989.
- BONETTI, Aline de Lima. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**, Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/450>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.
- BUTLER, Judith/Tradução Fernanda Siqueira Miguens. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith/Tradução Alexia Cruz Bretas. Pode-se levar uma vida boa em uma vida ruim? *In*: CONFERÊNCIA DO PRÊMIO DE ADORNO, 2012 São Paulo. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/> Acesso em 05 de novembro de 2020.
- CAROLINA, Maria de Jesus. **Quarto de Despejo**. São Paulo: Edição Popular, 1960. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/mod/resource/view.php?id=149381&forceview=1>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. **Os Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã.”** *In*: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dezembro. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
Acesso em: 23 out. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de Gênero. 2011. Disponível em:
http://www.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: 17 jan. 2021.

CLIFFORD, James. **Verdades Parciais**. In: A Escrita da Cultura: Poética e Política da Etnografia. James Clifford e George E. Marcus/Organização; Maria Claudia Coelho/Tradução. Rio de Janeiro: Ed. UERJ e Papéis Selvagens, 2016.

CORRÊA, Mariza. O conceito de gênero e a antropologia. Entrevista a Camila Rocha Firmino e Natália Sganzella. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, São Carlos, v.2, n.1, p. 124-129, jan./jun. 2010.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Maria Edilene de Lima. **Turismo: a “Redenção” do Maciço de Baturité?** São Paulo: Bluncher Acadêmico, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetada. “Être Affecté.” **Gradhiva**: Revue d’ Histoire et d’ Archives de l’ Anthropologie, Paris, 8. p. 3-9, 1990 Tradução de Paula Siqueira Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/ MN/UFRJ e pesquisadora de grupos culturais, política e religião em Cadernos de campo n. 13.

FILHO, Francisco Airton Bastos Silva e MARTINS, Sílvia. O “eu” e o “outro” – estudo teórico contemporâneo acerca da alteridade como campo dinâmico do ser e fazer antropológicos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: [s. n.], 2018.

FONSECA, Cláudia. **O Anonimato e o texto antropológico**: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa” in: Experiências, Dilemas e desafios do fazer Etnográfico Contemporâneo. Schuch, Patrice; VIERIA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta (org.). Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2005.

FREITAS, Maria Valdelia Carlos Chagas de. **Santa Rita de Redenção: devoção à santa das causas impossíveis**. Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Redenção, 2014.

GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos-dois países, quatro décadas, um antropólogo**. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria: Revista De Estudos De Literatura, Minas Gerais, v. 9, p. 38–47, 2002.

GOMES, Nilma; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso Afro-brasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 24, 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/4178>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Rio de Janeiro: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.92, n. 93,1988.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GRISOTTI, Marcia. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. v. 30, n. 2, e300202, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. Na Busca do Outro encontra-se a si mesmo. *In*: LAGO, Claudia (ed.). **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Ano 1999. Disponível em <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/livros-artigos-e-publicacoes/artigos/>. Acesso em 19 de outubro de 2020.

GROSSI, M. P.; ALENCAR, A. Direitos humanos, antropologia e educação: revisitando o passado e avançando na caminhada por uma educação antidiscriminatória. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, p. 148-153, 2020.

HEIBORM, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 336, jan./abr. 2006.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. *In* INGOLD, Tim. **Being alive**. Routledge: London and New York, 2011. p. 229-243. Tradução e revisão para a língua portuguesa brasileira feita por Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles, de acordo com o texto original publicado em INGOLD, Tim. EPILOGUE: “Anthropology is not Ethnography.”

JOCA, Alexandre. **Educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual: reflexões, projetos e experiências**. Organizado por Francisco Hebert Lima Vasconcelos, Marcelo Natividade. Recife. 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KUSCHNI, Karina. Antropologia e política. Organizado por Eduardo Marques Cesar Leão et al. Dossiê: métodos e explicações da política. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 140-145, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200010>. Acesso em: 18 out. 2020.

LIMA, Antônio Ailton de Sousa. **As práticas de cura na umbanda em Redenção - CE**. 2016. Monografia (Curso de Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; CASTRO, João Paulo Macedo. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). **Revista Antropológicas**, Pernambuco, ano 19, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**. Organizado e apresentado por Djamila Ribeiro. Traduzido por Stephanie Borges. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LUCCA, Daniel de; BUTI, Rafael Palermo. Os Malês nas margens do Atlântico Negro: desafios da interiorização e da internacionalização da Unilab no Recôncavo Baiano **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. I, 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. São Paulo: UBU, 1978. Disponível em:

<http://www.ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/sele%C3%A7%C3%A3o%202016/Docfoc.com-MALINOWSKI>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MATHIAS, Ronaldo. **Antropologia visual**. São Paulo: Nova Alexandria, 2016.

MARÇAL, Matheus Menezes. Histórias Acumuladas no Tempo: A Vivência e a Religiosidade das Mulheres Negras em um Defeito de Cor e Bará na Trilha do Vento. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; 13th Women's Worlds Congress, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2017. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499482546_ARQUIVO_Historiasacumuladasnotempo-MatheusMarcal.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2020.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**: equipe de realização. Tradução: Rosa Krausz; Revisão: Dora Ruhman, Fany Kon, Geraldo Gerson de Souza e J. Guinoburg; Produção: Ricardo W. Neves e Adriana Garcia. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MENDES, Maria Manuela. **Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades**. Rio Grande do Norte. Vivência- Revista de Antropologia/UFRN, 2012.

MENDES de GUSMÃO, Neusa Maria. Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 21, n. 44, enero-abr. 2015.

NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília, DF: Paralelo Quinze; São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PARK, Robert E. **A cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

PEIRANO, Mariza. **A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou teoria vivida. **Revista Ponto Urbe**, São Paulo, ano 1, n. 2, 2008.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível.” **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 39, n. 3, 1987.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. **A força dos que resistem e a sanha dos que atacam: casos de racismo religioso e intolerância contra candomblecistas em Fortaleza e Região Metropolitana.** 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52990>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Vera. (2018). **Entre a Negra Nua e a Cidadania Negra:** notas etnográficas sobre identidade negra no nordeste do Brasil. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327549001_Entre_a_Negra_Nua_e_a_Cidadania_Negra_notas_etnograficas_sobre_identidade_negra_no_nordeste_do_Brasil. Acesso em: 12 nov. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela.** Departamento de Antropologia. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998.

SILVA, Francisco Rodrigues da. **Redenção:** palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da educadora dos redencionista – Maria Helena Russo. Sobral: Ed. Uva., 2004.

SILVA, Geysa Danielle Barbosa de Moura. Monumento Negra Nua: Símbolo da Liberdade ou de aprisionamento. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH-Brasil, 2019.

SOW, Marilene Mendes. A Participação Feminina na Construção de um Parlamento Democrático. *Camãra dos Deputados*, 2010. Disponível em : <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/41>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

SUÁREZ, Mireya. Enfoques feministas e antropologia. *In:* ENCONTRO NACIONAL ENFOQUES FEMINISTAS E AS TRADIÇÕES DISCIPLINARES NAS CIÊNCIAS E NA ACADEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1., 1994, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1994.

TAUSSIG, Michael, Entrevista: Entre a prática, a teoria, a escrita e a experimentação etnográficas. Entrevistadora Carolina Parreiras. **Revista Antropológica**, São Paulo, v. 63, 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: Para Todas, Tode e Todos.** 4 eds.- Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

URIARTE, Urpi. **O que é fazer etnografia para os antropólogos.** Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, nº 11, 2012.

VELHO, Gilberto. **Antropologia e Cidade.** *In:* CIDADE: história e desafios. Org: Lúcia Lippi Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

VERGÉS, Françoise. Um Feminismo Decolonial/Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FONTES ETNOGRÁFICAS

Vídeos

Rita de Redenção - Santa das Causas Impossíveis - DocFicção que retrata a devoção à Santa Rita de Cássia em Redenção - CE. Curta Metragem com roteiro e direção de Cássio Araújo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bd8FJQn-NtU>
Acesso em 18 de novembro de 2020.

Sites

BUARQUE, Aurélio de Holanda. **Dicionário Online**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARTA CAPITAL. Apenas 10% das mulheres negras concluem o ensino superior. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/educacao/21396/ibge-apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Redenção ganha selo de igualdade racial**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/redencao-ganha-selo-para-igualdade-racial-1.214555?page=1>. Acesso em: 6 jan. 2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. **41,5% das mortes maternas no Ceará foram de mulheres com somente o ensino fundamental**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/415-das-mortes-maternas-no-ceara-foram-de-mulheres-com-somente-o-ensino-fundamental-1.3070781>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Diário do Nordeste. Um em cada dez lares nordestinos amarga o nível mais grave de insegurança alimentar, Segundo estudo nacional. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/eu-aperto-a-barriga-para-amenizar-a-dor-sem-renda-cearenses-encaram-avanco-da-fome-na-pandemia-1.3069581>. Acesso em: 13 maio 2021.

Globo – G1. Vereadora Marielle é morta a tiros no Rio de Janeiro. 15 de março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quantos-mais-precisarao-morrer-postou-vereadora-um-dia-antes-de-ser-assassinada-no-rj.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2021.

Globo – G1. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas. 17 de maio de 2019. G1 São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>. Acesso em 22 de mar de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/pesquisa/37/0> Acesso em 20 de novembro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ. IPCE. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNILAB-NOTÍCIAS. **Encontro Internacional de Mulheres Afro-Latino Americanas e Caribenhas fomenta e divulga produção de saberes por mulheres negras**. Redenção, 3 jul. 2019. Disponível em: <http://unilab.edu.br/noticias/2019/07/03/iii-encontro-internacional-de-mulheres-afro-latino-americanas-e-caribenhas-fomenta-e-divulga-producao-de-saberes-por-mulheres-negras/>. Acesso em 23 de janeiro de 2021.

UNILAB- NOTÍCIAS. **Unilab lança cartilha de enfrentamento a violência de gêneros.** Redenção, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/04/05/unilab-lanca-cartilha-de-enfrentamento-a-violencia-de-generos/> Acesso em: 8 abr. 2021.

Documentos

REDENÇÃO. Câmara Municipal. **Lei nº 1157, de 24 de fevereiro de 2006.** Prorroga, no âmbito do Município de Redenção, o prazo de Licença Maternidade das Servidoras Públicas Municipais. Redenção: Câmara Municipal de Redenção, 2006.

REDENÇÃO. Câmara Municipal. **Lei nº 1170, de 19 de maio de 2006.** Assegura a redução do expediente diário ao Servidor que indica e dá outras providências. Redenção: Câmara Municipal de Redenção, 2006.

REDENÇÃO. Câmara Municipal. **Lei nº 1252, de 30 de novembro de 2007.** Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências. Redenção: Câmara Municipal de Redenção, 2007.

REDENÇÃO. Câmara Municipal. **Lei nº 1.481, de 01 de março de 2013.** Institui no âmbito do Município de Redenção a Semana da Mulher, e dá outras providências. Redenção: Câmara Municipal de Redenção, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Regulamenta a criação da UNILAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21, jul. 2010.

CARTILHA - UNILAB – **Enfrentamento a Violência de Gêneros.** Redenção: UNILAB, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/04/05/unilab-lanca-cartilha-de-enfrentamento-a-violencia-de-generos/> Acesso em: 8 abr. 2021.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO:

NOME _____ IDADE _____

ESTADO CIVIL _____ TEM FILHOS (AS) _____

PROFISSÃO _____ CURSO DE GRADUAÇÃO _____

2. TRAJETÓRIA DE VIDA

Conte um pouco sobre sua vida (família, amigos, vida afetiva, profissão)

Nessa trajetória de vida, quais os desafios enfrentados por você?

Como essas experiências contribuíram para suas escolhas de vida?

3. EDUCAÇÃO

Fale-me sobre seu ensino médio e como foi o acesso à educação superior?

Das colegas que você lembra da infância ao ensino médio, quantas chegaram à universidade como você?

Ao longo dessa trajetória poderia me descrever situações de racismo, sexismo e intolerância religiosa que tenha vivenciado na UNILAB.

A UNILAB é uma universidade que propõe uma proposta pedagógica de reconhecimento da população negra. Você teve acesso no currículo a autores e autoras negras?

Queria que você me falasse um pouco sobre sua permanência na UNILAB?

4. RELIGIÃO

Você participa de alguma religião?

Qual a importância dessa religião na sua vida?

O que pensa sobre as religiões de matrizes africanas?

5. ATIVISMO

Quais referências teóricas e pessoais tem contribuído para sua luta em prol de outras mulheres negras?

Em sua opinião, quais as principais lutas e conquistas das mulheres negras?

Você participa de algum movimento ? Fale-me um pouco sobre ele.

6. SOCIEDADE

Na nossa sociedade qual sua opinião sobre: racismo e violência contra a mulher.

Como você vê as políticas públicas de acesso à educação superior , para a vida das mulheres negras?

Qual outra política você considera importante para a vida das mulheres negras?

O que é ser mulher negra em nosso país ?

7.ATIVISMO

O que você pensa da cidade de Redenção e sua história? Você acha que as mulheres negras tiveram protagonismo nessa história?

O que você pensa sobre as imagens e histórias do feminino que estão pela cidade?

Finalizando, você lembra de alguma mulher negra que teve importância na sua vida ? Fale sobre ela ?

ANEXO B – REPORTAGEM DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE DE 13 DE MAIO DE 2018

Redenção é símbolo da memória da Abolição da Escravatura no Brasil após 150 anos

Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertao-central/historia/redencao-e-simbolo-da-memoria-da-abolicao-da-escravatura-no-brasil-apos-150-anos>

Também conhecida como **Rosal da Liberdade**, a cidade de **Redenção** é considerada o **símbolo da abolição da escravatura no Brasil**. A data é comemorada neste **13 de maio**, e apesar de a princesa Isabel ter sancionado a Lei Áurea no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, a antiga Vila Acarape, a pouco mais de 70Km de Fortaleza, **libertou seus escravos cinco anos antes, ao primeiro dia de janeiro de 1883**, com a alforria de 116 deles, além de ainda manter acervos históricos daquela época.

Hoje, oficialmente, a **abolição** da escravatura no Brasil **completa 150 anos**, mas para esta cidade cearense, o ato, praticado pelos abolicionistas, em 1882, criando a Sociedade Redentora Acarapense, lhe rendeu então o reconhecimento histórico de **primeira cidade brasileira a libertar seus escravos**, história essa contada no Museu Municipal da cidade, onde ainda são mantidas algumas peças e documentos comprobatórios desse feito.

Esses motivos, aliados aos vários monumentos alusivos à escravidão, e ainda o **Museu Senzala Negro Liberto**, onde no porão da antiga fazenda do coronel português Simião Jurumênia é preservado o cativeiro dos seus escravos, além de a Casa Grande manter ainda suas características originais, atraem dezenas de visitantes todos os meses, principalmente nesta época do ano, na maioria excursões de estudantes.

Os guias turísticos do Museu fazem questão de descrever minuciosamente o sofrimento dos negros. Também como as escravas eram tratadas e abusadas pelo seu “dono.” Ao perceberem a **crueledade** praticada pelo **Senhor do Engenho** logo o silêncio bate, de espanto, e de respeito por quem viveu acorrentado e era obrigado a trabalhar em condições subumanas. Cada detalhe impressiona o visitante, explica o guia Kleudes Saraiva.

Na entrada do antigo engenho da fazenda uma mensagem lembra que esses homens e mulheres foram arrancados das suas terras e trazidos para servirem de escravos nas plantações do Brasil. **“Nosso país deve muito ao trabalho e aos ensinamentos dos povos africanos.”** Neles estão incluídos costumes, a música, culinária e até a cachaça, bebida de preferência nordestina, acrescenta o recepcionista do Museu.

ANEXO C – ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO EM 29 DE MARÇO DE 2019

As Mulheres e os 150 anos de História de Redenção

Por Ana Paula Braga Mestranda em Antropologia

Link para Acessar: <https://www.oestadoce.com.br/opiniao/as-mulheres-e-os-150-anos-de-historia-de-redencao/>

A cidade de Redenção é conhecida historicamente pela liberdade dos seus escravizados em janeiro de 1883 quando ainda era chamada de Acarape. Segundo a história, animada pelo movimento abolicionista, Redenção marca o seu nome com um ato que teve grande repercussão nacional: antes da Lei Áurea que deu liberdade a todos os escravizados do Brasil em 1889. Quando leio ou escuto os fatos relacionados à libertação dos escravizados em Redenção, sempre me inquieto e pergunto, onde estariam às mulheres em especial as negras escravizadas, quais falas foram silenciadas ao longo da História da “terra da liberdade.” Uma das poucas vezes que essa história relata o nome de uma mulher é citando que na manhã de 1883 veio a Redenção um filho ilustre de uma ex-escrava que era José do Patrocínio. Redenção completa 150 anos de municipalização em dezembro de 2018, ao longo destes anos, com certeza mulheres escravizadas, parteiras, benzedadeiras, lideranças cotidianas, políticas, estudantes e tantas outras tiveram muitas vezes suas falas, negadas por uma sociedade de poder patriarcado. No entanto, hoje através de muita luta e resistência à mulher vem ocupando novos espaços com o empoderamento feminino. A cidade de Redenção no contexto atual motivada pela presença da Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira vive um momento em que muitas mulheres emergem e trazem a pauta de questões que envolvem gênero, racismo, objetificação da mulher, violência contra a mulher, participação política, acesso ao trabalho que são temas relevantes na sociedade mais igualitária. Assim ao celebra os 150 de história temos presente as mulheres do hoje que possuem a força da sua ancestralidade e que entendem que lutar contra a invisibilidade histórica, ocupando seu lugar de fala na construção de uma Redenção que deve libertar com novas narrativas da presença feminina é urgente na luta contra tudo aquilo que muitas vezes parece natural, mas, que, no entanto, nega seu direito de ser mulher. As mulheres fizeram e fazem história em Redenção, por tudo isso, celebramos e resistimos.

ANEXO D – LEI DE CRIAÇÃO DA UNILAB

LEI Nº 12.289, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.7.2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Unilab, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu estatuto e das demais normas pertinentes.

Art. 4º O patrimônio da Unilab será constituído pelos bens e direitos que ela venha a adquirir e por aqueles que venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

§ 1º Só será admitida doação à Unilab de bens livres e desembaraçados de qualquer ônus.

§ 2º Os bens e direitos da Unilab serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Unilab bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento, integrantes do patrimônio da União, bem como a transpor, remanejar, transferir total ou parcialmente, dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2010 e em créditos adicionais da Universidade Federal do Ceará - UFCE, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 5º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração de valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2010 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 6º Os recursos financeiros da Unilab serão provenientes de:

I - dotações consignadas no orçamento da União;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais; e

V - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da Unilab fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 7º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos, para compor a estrutura regimental da Unilab:

I - os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II - 150 (cento e cinquenta) cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior;

III - 69 (sessenta e nove) cargos efetivos técnico-administrativos de nível superior, conforme o Anexo desta Lei; e

IV - 139 (cento e trinta e nove) cargos efetivos técnico-administrativos de nível médio, conforme Anexo desta Lei.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a IV as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam as Leis nºs 7.596,

de 10 de abril de 1987, 11.784, de 22 de setembro de 2008, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Aplicam-se aos cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior as disposições da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.

§ 3º Aplicam-se aos cargos efetivos do Plano de Carreiras e Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação - PCCTAE as Leis nºs 10.302, de 31 de outubro de 2001, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Art. 8º O ingresso nos cargos do Quadro de Pessoal efetivo da Unilab dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 37 (trinta e sete) Cargos de Direção - CD e 130 (cento e trinta) Funções Gratificadas - FG, necessários para compor a estrutura regimental da Unilab, sendo:

I - 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 15 (quinze) CD-3 e 20 (vinte) CD-4; e

II - 40 (quarenta) FG-1, 30 (trinta) FG-2, 30 (trinta) FG-3 e 30 (trinta) FG-4.

Art. 10. O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 11. A administração superior da Unilab será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Unilab.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da Unilab disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 12. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro tempore por ato do Ministro de Estado da Educação até que a Unilab seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 13. Com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar recursos humanos aptos a contribuir para a integração dos países membros da CPLP, especialmente os países africanos, para o desenvolvimento regional e para o intercâmbio cultural, científico e educacional com os países envolvidos, observar-se-á o seguinte:

I - o quadro de professores da Unilab será formado mediante seleção aberta aos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versará sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos de forma a estimular a diversidade do corpo docente;

II - a Unilab poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, observadas as disposições da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

III - os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa dos países membros da CPLP;

IV - a seleção dos alunos será aberta a candidatos dos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versará sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos; e

V - os processos de seleção de alunos serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa dos países membros da CPLP.

Art. 14. A Unilab encaminhará ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 2010; 189^o da Independência e 122^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

ANEXO E – REGISTRO DA IMPLANTAÇÃO DA UNILAB EM REDENÇÃO



INAUGURAÇÃO DO CAMPUS DA LIBERDADE

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2010)

ANEXO F – FOTOS DO PROJETO AS CORES DE REDENÇÃO REALIZADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA UNILAB



FONTE: Arquivo pessoal da pesquisadora (2009)

ANEXO G – IMAGENS DO BRASIL COLONIAL EM REDENÇÃO



BUSTO DA PRINCESA ISABEL

FONTE: Arquivo Pessoal (2015)



MUSEU SENSALA NEGRO LIBERTO

FONTE: www.rodandopeloceara.com.br

ANEXO H – REGISTROS DAS RODAS DE CONVERSA



RODA DE CONVERSA COMUNIDADE PARADA

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2019)



RODA DE CONVERSA SEDE DE REDENÇÃO

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2019)



RODA DE CONVERSA COMUNIDADE BARRA NOVA

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2019)



RODA DE CONVERSA COMUNIDADE SERRINHA BELA

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2019)



RODA DE CONVERSA DISTRITO DE ANTONIO DIOGO

FONTE: Arquivo Pessoal (2019)

ANEXO I – REGISTROS DOS DEBATES NO PROGRAMA NOS PASSOS DA FÉ



DEBATE SOBRE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2019)



DEBATE SOBRE JUVENTUDE E MULHERES

FONTE: Arquivo Pessoal da Pesquisadora (2019)

ANEXO J - CULMINÂNCIA COM ENSAIO FOTOGRÁFICO DO PROJETO DE AUTOIMAGEM FEMININA NA ESCOLA CAMILO BRASILIENSE REALIZADO COM JOVENS DE FAMÍLIAS VULNERÁVEIS



ENSAIO FOTOGRÁFICO

FONTE: Arquivo Pessoal (2019)

**ANEXO L – REGISTROS DO ENCONTRO MULHERES QUE LIDERAM NA
POLÍTICA E NA COMUNIDADE**



FOTOS DO EVENTO NA CAMÂRA MUNICIPAL

FONTE: Arquivo Pessoal (2020)

ANEXO M – REGISTROS DO ENCONTRO ÀS PRETAS NA UNILAB 2019



FOTOS DO EVENTO PRETAS NA UNILAB

FONTE: Arquivo Pessoal (2019)

**ANEXO N - LEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO
RELACIONADAS ÀS MULHERES**



**ESTADO DO CEARA
Câmara Municipal de Redenção**

LEI Nº 1157, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2006.

Prorroga, no âmbito do Município de Redenção, o prazo de licença-maternidade das servidoras públicas municipais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE REDENÇÃO.



Faço saber que a Câmara Municipal de Redenção aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogado por sessenta dias a duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais da Prefeitura de Redenção.

Parágrafo Único – A prorrogação será garantida à servidora pública municipal mediante requerimento efetivado até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

Art. 2º - Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora municipal terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime de previdência do Município de Redenção.

Art. 3º - Durante a prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo Único- Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora pública perderá o direito à prorrogação da licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção, em 24 de fevereiro de 2006.

JWA IB
Francisca Torres Bezerra
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO CEARA
Câmara Municipal de Redenção

LEI N° 1170, DE 19 DE MAIO DE 2006

Asseguro o redução do expediente dilirio ao
Servidor que indica e dá outras providências.

A Prefeito Municipal de Redenção.

Faço saber que a Prefeita Municipal de Redenção, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

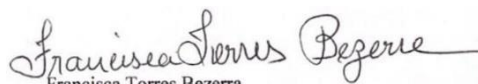
An. 1º - É assegurado ao servidor público municipal da administração Direta e Indireta e das Fundações, pai ou mãe de excepcional portador de deficiência motora, mental ou sensorial, a redução de 50% (cinquenta por cento) de seu expediente diário.

Parágrafo Único - Na hipótese de ambos os pais serem servidores públicos municipais, a redução de que trata este artigo será assegurada somente para um deles mediante livre escolha, faculta, porém a alternância, entre um e outro, desde que periodicamente.

Art. 2º - Para fazer jus ao benefício desta Lei, o servidor deverá comprovar a condição de excepcional do filho, através de laudo fornecido por junta médica .

An. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção, em 19 de maio de 2006.


Francisca Torres Bezerra
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DO CEARÁ

Prefeitura Municipal de Redenção

GR

LEI Nº 1252, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007.

cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE REDENÇÃO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Redenção aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPITULO I
Dos Objetivos

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, órgão deliberativo, com a finalidade de formular diretrizes, programas e políticas públicas relacionadas com a promoção de uma sadia qualidade de vida das mulheres, de modo a assegurar-lhes uma atuação plena e igualitária.

§ 1º São considerados órgãos setoriais de apoio ao CMDM os órgãos ou entidades da administração pública municipal, estadual e federal cujas atividades estejam associadas à proteção da mulher e promoção da igualdade entre os gêneros.

§ 2º São considerados como órgãos locais de apoio ao CMDM aqueles ou as entidades municipais responsáveis pelas atividades referidas no parágrafo anterior, no âmbito da jurisdição do Município de Redenção.

Art. 2º - Respeitada as competências exclusivas dos poderes Legislativo e Executivo Municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

- I- Prestar assessoria direta ao Executivo nas matérias referentes aos Direitos da Mulher;
- II- Estimular, apoiar e desenvolver um estudo aprofundado e debates acerca das condições de vida das mulheres do Município de Redenção, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;
- III- Promover e firmar convênios com organismos municipais, Estaduais, Nacionais e Internacionais, Públicos e Privados para a execução de programas relacionados aos direitos da mulher;
- IV- Receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam atos de discriminação das mulheres em todos os setores da sociedade, encaminhando-as aos órgãos competentes em defesa da mulher e

ESTADO DO CEARÁ

Lei nº 10.000, de 20 de maio de 2009

que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, institui o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, para promover a defesa e a promoção dos direitos da mulher, em especial, das mulheres em situação de vulnerabilidade social, econômica e física, e para assegurar o acesso das mulheres a serviços e programas de assistência social, em especial, de proteção social básica e complementar, e de assistência técnica e social, e para assegurar o acesso das mulheres a serviços e programas de assistência social, em especial, de proteção social básica e complementar, e de assistência técnica e social, e para assegurar o acesso das mulheres a serviços e programas de assistência social, em especial, de proteção social básica e complementar, e de assistência técnica e social.

- V- Desenvolver projetos que incentivam a participação da mulher em todos os setores da atividade social, criando instrumentos que permitam a organização e mobilização feminina, dando total apoio às organizações focadas a tutela dos direitos fundamentais outorgado à mulher;
- VI- Zelar pelo real cumprimento do respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora.
- VII- Estimular a desenvoltura de linhas de pesquisa sobre as necessidades da mulher, para integrante deste contexto social, construindo acervos e propondo novas diretrizes políticas de inserção da mulher, ou seja, na cultura, política, saúde e assistência social, a fim de fomentar o seu ingresso no cenário social;
- VIII- Fiscalizar e exigir o real cumprimento da legislação específica em vigor que trata dos direitos da mulher;
- IX- Sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derogar a lei, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher;
- X- Sugerir a adoção de providências legislativas que visam eliminar a discriminação de gênero, encaminhando-as ao poder público competente;
- XI- Estabelecer critérios para a ampliação dos recursos do fundo Municipal dos Direitos da Mulher;
- XII- Convocar a cada 2 (dois) anos, conferência municipal dos direitos da mulher, que terá a atribuição de avaliar a situação da política para as mulheres e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIII- Aprovar a política municipal para as mulheres.

Art. 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá a seguinte composição:

- I. Um colegiado de Conselheiras, formado por representantes legais do poder público municipal e da sociedade civil, sendo o mandato de 02 (dois) anos permitindo-se uma recondução consecutiva;
- II. Uma diretoria composta por Presidente e Vice-Presidente, escolhidas por maioria simples do colegiado de Conselheiras, para exercer um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzida por mais um mandato;
- III. Uma Secretaria Executiva;

ESTADO DO CEARÁ
Lei nº 11.111 de 2011
 que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras providências.

§ 1º. O Colegiado de Conselheira é a instância superior de **deliberações**;

§ 2º. Para ocupação da função de Secretária Executiva, deverá ser obrigatoriamente um servidor que pertença ao quadro direto da administração direta do município de Redenção;

§ 3º. Cabendo ao Colegiado de Conselheiras as seguintes deliberações:

- a) cada membro do **CMDM** terá direito a um voto na reunião plenária;
- b) as decisões do **CMDM** serão consubstanciadas em deliberações;
- c) com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em vigência, o **CMDM** fará publicar Edital para a convocação de nova eleição ao novo Colegiado.

Art. 4º. O colegiado de Conselheiras será composto por 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 04 (quatro) representantes do poder público e 04 (quatro) representantes da Sociedade Civil.

§ 1º. As instâncias que representarão o poder público será composta por representantes das:

- Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Cultura e Turismo.

§ 2º. As representantes governamentais serão indicadas pelo poder público municipal e as representantes da sociedade civil serão eleitas pelas entidades não governamentais em fórum próprio para comporem Conselho.

§ 3º. O Poder Executivo estabelecerá, em Decreto, as regras, de funcionamento do Conselho, considerando o seu regimento interno e a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, observada a indicação dos representantes da Sociedade Civil por entidades não-governamental.

§ 4º. As comissões de Trabalho Especializadas são encarregadas de analisar, elaborar, monitorar e compatibilizar planos, projetos e atividades de proteção aos direitos humanos da mulher, com normas que regem a matéria no âmbito de sua competência, sendo composta por Conselheiras e por servidores(as) municipais, que deverão ficar cedidos(as) para o exercício pleno desta função.



SEÇÃO I Dos Recursos

Art. 5º. As funções exercidas dentro do Conselho não serão remuneradas, mas consideradas com serviço público relevante.

Art. 6º. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), que tem como objetivo principal, prover recursos para a implantação de programa, desenvolvimento e manutenção das atividades relacionadas aos direitos da mulher no município de Redenção.

Art. 7º. Os recursos do fundo Municipal dos Direitos da Mulher deverão estar em consonância com critérios estabelecidos pelo CMDM e deverão ser aplicados em:

- I. Divulgação dos programas e projetos desenvolvidos pelo CMDM;
- II. Apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socioeconômica relacionadas aos direitos da mulher; Programas e projetos de qualificação profissional, destinados a inserção ou reinserção da mulher no mercado de trabalho; Concessão de
- III. financiamento a micro e pequenas empresas locais que priorizem, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho, à utilização de mão de obra feminina;
- IV. Programas e projetos destinados a combater a violência contra a mulher;
- V. Outros programas e atividades do interesse da política municipal dos direitos da mulher.

Art. 8º. O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher será gerido pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social e terá rubrica no orçamento Municipal de 2007.

SEÇÃO II Do Funcionamento

Art. 9º. O CMDM terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio, que deverá ser elaborado obedecendo as seguintes normas:

- I. Colegiado de Conselheiras como órgãos de deliberação máxima, sendo competente, inclusive para propor ao Executivo

ESTADO DO CEARÁ

Lei nº 1.211, de 30 de novembro de 2007.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM) e dá outras providências.

com a maioria dos membros que constituem o conselho.

11. A construção e elaboração do Regimento Interno pelo Colegiado de Conselheiras.

CAPÍTULO II
Das Disposições Finais e Transitorias

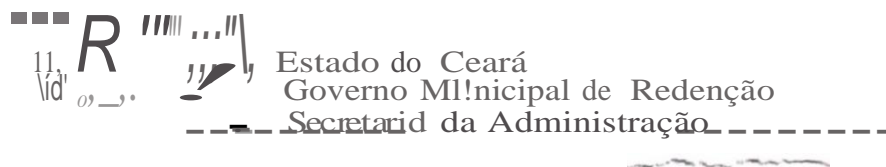
Art. 10. Os efeitos jurídicos decorrentes da implantação do FMDM serão verificados a partir da publicação da Lei, do Regimento Interno do Conselho.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar do orçamento específico da Secretaria do Trabalho e Assistência Social o valor de até R\$ 4.000 (quatro mil reais) para as despesas decorrentes da implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção, aos 30 de novembro de 2007.

Francisca Torres Bezel
PREFEITA MUNICIPAL



LEI Nº 1.481, DE 01 DE MARÇO DE 2013.

Institui no âmbito do Município de Redenção
 a Semana da Mulher, e dá outras
 providências.

APREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Redenção aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 12 - Fica instituído, no âmbito do município de Redenção, a Semana da Mulher, que deverá acontecer anualmente no período de 02 a 08 de março.

- **Art. 22** - A Semana da Mulher constará no calendário oficial de eventos do Município de Redenção.

Art. 32 - Na Semana da Mulher, o município promoverá ações culturais recreativas e educativas com participação de entidades representativas e realizará entre outras atividades, palestras e eventos que venham contribuir com o bem estar e incentivar a mulher no seu dia a dia.

Art. 42 - Caberá à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e lazer, a responsabilidade pela organização e realização da Semana da Mulher, nos termos previstos nesta lei.

Art. 52 - Para atender às despesas decorrentes da execução das atividades previstas nesta lei, o poder executivo poderá firmar convênio, ou termo de cooperação com pessoas físicas e jurídicas da iniciativa privada e com entidades representativas.

Art. 62 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 72 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção, em 01 de março de 2013.


Manuel Soares Bandeira
 PREFEITO MUNICIPAL